

A MODERNIZAÇÃO VIOLENTA:

PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA CAPIXABA

Hildo Meirelles de Souza Filho

Angela Kageyama

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da Univer-
sidade Estadual de Campinas.

Orientador: Profa. Dra. Angela A. Kageyama

CAMPINAS - SP

1990

So89m

13052/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*Este exemplar
corresponde ao original da
tese defendida pelo
aluno Hildo Meirelles de
Souza Filho e orientado pela
Profa. Dra. Angela A. Kageyama
em 1989*

Instituto de Economia

A meus pais,
a Maria Renata e
a meus filhos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I - PRINCIPAIS ASPECTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO	6
1. Constituição da Economia Cafeeira e sua Subordi- nação à Dinâmica da Pequena Propriedade	8
2. O Surgimento de Indústrias e a Aventura Industria- lizante do Estado	28
3. Expansão da Agropecuária: da Crise de 30 à Crise dos Anos 50	38
4. A Erradicação dos Cafezais	60
5. Modernização da Agricultura e Industrialização ..	70
II - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO ...	85
1. Cronologia da Modernização no Brasil	87
2. Evolução das Culturas e da Pecuária. As Políticas Agrícolas	94
3. Indicadores da Modernização	130
3.1. Base técnica	130
3.2. Emprego e relações de trabalho	139
3.3. Os complexos agroindustriais	147
3.4. Resultados: concentração fundiária, produ- tividade e êxodo rural	158
CONCLUSÕES	174

APÊNDICES	183
I - Mapa 2: Estado do Espírito Santo. Divisão segundo microrregiões homogêneas (MRH)	184
II - Participação das microrregiões homogêneas no total da produção. Espírito Santo. Diversos produtos	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ÍNDICE DAS TABELAS	200

INTRODUÇÃO

As transformações observadas na agricultura brasileira, a partir de meados da década de 60, estabeleceram-se sob um padrão de modernização, amplamente conhecido na literatura econômica por suas características ao mesmo tempo conservadoras e revolucionárias. Foi possível promover profundas mudanças nas condições técnicas da produção e nas relações de trabalho, mantendo-se inalterado o perfil concentrador da apropriação da riqueza gerada. Esse processo foi fruto do desenvolvimento capitalista no campo, onde a quase totalidade das atividades agropecuárias sujeitou-se à dinâmica dos mercados e da acumulação. A formação de "complexos agroindustriais" vinculou o trabalho no campo aos objetivos do capital industrial e/ou financeiro. Os resultados mais visíveis dessas transformações consignaram-se no aumento da produção e da produtividade do trabalho, na concentração da propriedade fundiária e na dramática exclusão de parcela significativa da força de trabalho rural.

Apesar de a modernização ter abrangido todo o país, ela não homogeneizou o espaço agrícola nacional. Kageyama demonstrou que a base atrasada de algumas regiões - especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste - estabeleceu entraves à absorção do progresso tecnológico, determinando diferen-

ças em termos de ritmo e intensidade.

"A modernização da agricultura atingiu de forma profundamente diferenciada as regiões do Brasil, modernizando-as mas reforçando suas desigualdades historicamente estabelecidas. As formas locais de dominação da atividade agrícola pelo capital mercantil, conjugadas ao caráter de intervenção do Estado, condicionaram os efeitos dinâmicos da modernização, ensejando benefícios mais significativos às regiões previamente desenvolvidas." (1)

O trabalho ora proposto tem, por objetivo, estudar as especificidades da modernização agrícola no Espírito Santo: seus condicionamentos históricos, o papel do Estado e o efeito desses elementos sobre o ritmo e a intensidade do processo.

O capítulo I resgata a evolução da economia capixaba, notadamente os seguintes elementos históricos, que serviram de fundamento para as transformações desencadeadas a partir da década de 60: a constituição da economia cafeeira baseada na pequena propriedade, a resistência às tentativas de industrialização e às crises, a integração ao mercado nacional e

(1) - KAGEYAMA, A.A. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*. Campinas, 1986, p.304.

a erradicação dos cafezais, desembocando no crescimento industrial e na modernização agrícola das últimas duas décadas.

O capítulo II inicia-se estabelecendo uma cronologia para a modernização no Brasil. Isto permitirá, por um lado, compreender-se a ampla dimensão desse movimento; e, por outro, criar uma referência para a construção de uma periodização histórica da agricultura capixaba (a ser realizada na Conclusão). Em seguida, paralelamente às políticas agrícolas, examina-se a evolução das culturas e da pecuária, no Espírito Santo, de 1960 a 1985. Assim, será possível determinar o que há de específico, em termos de alterações, na pauta de produtos e na intervenção do Estado. Encerra-se o capítulo com uma análise dos indicadores de modernização. Trata-se de um estudo que procura averiguar as transformações na base técnica, no emprego e nas relações de trabalho, a formação dos "complexos agroindustriais", e os efeitos sobre a estrutura fundiária, a produtividade e o deslocamento da população rural. Esses indicadores constituirão uma base para medir-se o ritmo e a intensidade da modernização.

Finalmente, chega-se à conclusão de que a modernização da agricultura afetou o Espírito Santo de forma diferenciada, segundo as especificidades de sua formação histórica e das políticas agrícolas adotadas. Não houve uma transição gradual da antiga para a nova estrutura, mas a destruição da base produtiva pretérita. É nisto que reside a particularidade da modernização agrícola no Espírito Santo, justificando seu es-

tudo como um caso "sui generis" entre todos os Estados brasileiros. A modernização atrasou-se, inicialmente, para, em um momento posterior, ser mais rápida e intensa. Estas características traduziram-se em violência na concentração da propriedade fundiária, no êxodo rural, na miséria dos migrantes que "incharam" os centros urbanos e na pobreza dos que ficaram no campo.

I - PRINCIPAIS ASPECTOS DA FORMAÇÃO
ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO

Este capítulo divide-se em cinco seções. A primeira mostra como se constituiu a economia cafeeira e como se subordinou à dinâmica da pequena propriedade agrícola. Essa recuperação histórica permitirá definir as principais características que fundamentaram a economia agrícola do Espírito Santo. A segunda relata as tentativas de industrialização, levadas a cabo pelo Estado, no início do século, bem como o fracasso destas experiências no interior da estrutura sócio-econômica então vigente. A terceira demonstra, em primeiro lugar, os reduzidos efeitos diretos da crise dos anos 30, sobre as condições de reprodução da economia cafeeira, baseada na pequena propriedade. Em segundo lugar, explicita os efeitos da integração do mercado nacional - que, a partir daí se tornou possível - sobre o processo de expansão e mercantilização da produção agropecuária capixaba. A quarta seção diz respeito às políticas intervencionistas do Estado na cafeicultura, a partir da crise de superprodução, ocorrida no final da década de 50; objetiva-se, fundamentalmente, demonstrar como a erradicação dos cafezais afetou a estrutura da produção capixaba. Por fim, na quinta seção descreve-se brevemente a precária base industrial do Espírito Santo, até fins dos anos 60, para depois contrastá-la com o intenso processo de industrializa-

ção e modernização da agricultura que, a partir daí, se inicia.

1. Constituição da Economia Cafeeira e sua Subordinação à Dinâmica da Pequena Propriedade

Na primeira metade do século XIX, a atividade de maior valor mercantil, exercida no Espírito Santo, era a produção do açúcar. A base territorial para o cultivo da cana e a sede dos engenhos concentravam-se nas faixas menos acidentadas, entre o litoral e a Serra do Mar. As dificuldades de penetração na densa floresta tropical, a existência de rios encachoeirados e o temor aos indígenas faziam do interior capixaba "um vazio demográfico a (sic) que não ousavam ocupar os lusos-brasileiros". (2) Destacavam-se as regiões produtivas da capital e as fazendas que se seguiam ao sul, próximas aos rios Benevente, Itapemirim e Itabapoana. Mas a atividade canavieira não chegou a constituir uma economia mercantil de grande expressão; mesclava-se com uma pobre agricultura de subsistência, onde as pequenas propriedades retinham ainda o caráter da auto-suficiência. Registrava-se, também, o cultivo de algodão, feijão, café, milho e legumes.

A região que se estendia do norte da capital até a foz do Rio Doce era pouco povoada e tinha um número me-

(2) - BITTENCURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Vitória, Cátedra, 1987.

nor de engenhos. Excetuava-se, neste contexto, a Vila de São Mateus, no extremo norte, onde as condições naturais de portagem permitiram a especialização na produção e exportação de farinha de mandioca. É importante, ainda, assinalar o cultivo de arroz na Vila de Vitória, onde, em 1818, se registrava a exportação de quatro mil alqueires do produto beneficiado.(3)

A magnitude da produção açucareira do Espírito Santo não foi relevante no contexto nacional, principalmente, quando comparada com a produção do Recôncavo Baiano. No entanto, não resta dúvida de que essa atividade condicionou a estrutura sócio-econômica de uma parte do território capixaba, durante a primeira metade do século XIX. Assim como em todo o complexo canavieiro nacional, o escravismo predominou como relação de trabalho. As fazendas constituíam enormes sesmarias, parcialmente exploradas nas áreas de mais fácil acesso.

Em meados do século XIX, o café começaria a assumir importância na agricultura nacional. Com a desorganização da produção francesa, no Haiti, as exportações brasileiras deste produto tornaram-se significativas. A expansão da produção ocorreu, inicialmente, em áreas da região montanhosa, próxima ao Rio de Janeiro, estendendo-se, posteriormente, por quase todo o Vale do Paraíba. A primeira fase de crescimento da atividade cafeeira deu-se a partir do reaproveitamento, tanto de terras, quanto de mão-de-obra escrava, subutilizados di

(3) - Bittencurt, G. *Op.cit.*, p. 53.

ante da crise da economia açucareira. (4) Apenas em etapa posterior, as áreas virgens seriam ocupadas pelo café, assim como o escravismo somente cedeu lugar à utilização do trabalho assalariado quando a cultura atingiu o planalto paulista.

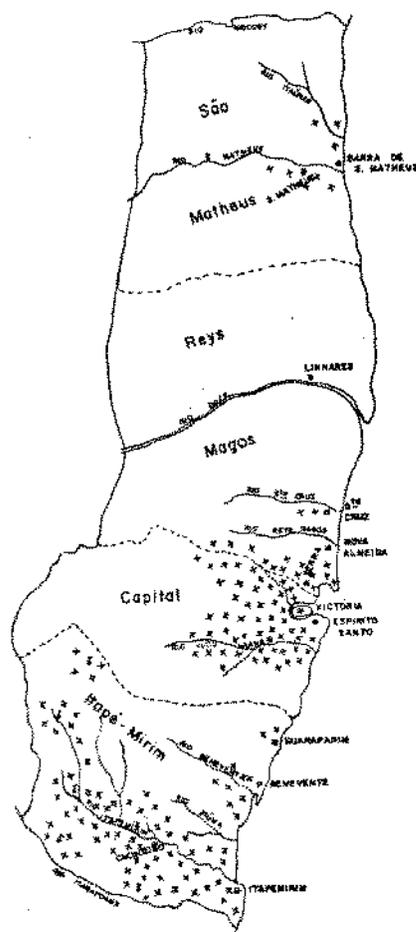
A expansão da cafeicultura nacional apresentou desdobramentos significativos para o Espírito Santo. Logo o produto iria ocupar as terras capixabas vizinhas a seu eixo inicial. Fazendeiros mineiros e fluminenses passariam a requerer áreas devolutas nas proximidades do Alto Itapemirim, dos rios Castelo e Itabapoana, determinando o primeiro movimento de ocupação do interior sul espírito-santense (ver Mapa 1). A formação de novas fazendas nesta região iria reproduzir a mesma estrutura das grandes propriedades escravistas do Vale do Paraíba. No entanto, o tamanho dos estabelecimentos seria ainda maior, dada a grande disponibilidade de áreas virgens.

A lucratividade oferecida pela nova cultura acabaria por alterar o destino das áreas de produção açucareira, próximas ao litoral e vizinhas à expansão cafeeira. Eram pouco promissoras as possibilidades de recuperação dos preços internacionais do açúcar, e o Brasil enfrentava a concorrência da produção antilhana, da expansão do cultivo da cana na Lui-

(4) - FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 114.

MAPA 1. PRODUÇÃO DE CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO. 1873.

+ = CAFÉ - 2.000 arrobas



Fonte: AIMADA, V.P. de. *Escravidão e transição. 1850-1888.*
Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984, p. 67.

siânia e do açúcar de beterraba europeu. Além disso, Cuba, oferecendo fretes extremamente mais baixos, já se tornara o principal supridor do mercado americano. (5) Nestas condições, as grandes fazendas do litoral capixaba, assim como suas congêneres do Vale do Paraíba, logo redirecionariam parte da força de trabalho escrava e das terras exploradas para a produção cafeeira. A disponibilidade prévia de força de trabalho representava uma posição vantajosa destas fazendas, diante das novas áreas de expansão do interior, principalmente, quando se tornaram mais fortes as limitações ao tráfico negreiro. No entanto, em curto espaço de tempo, a qualidade dos solos mais próximos ao litoral iria constituir entrave à adaptação da nova cultura. Nem mesmo as facilidades oferecidas pela maior disponibilidade de força de trabalho poderiam contrabalançar a impropriedade das terras e do clima para o cultivo do café, havendo uma reversão para a cana-de-açúcar, a partir da década de 70. Também na região de São Mateus - extremo norte do Estado -, ocorreu uma rápida tentativa de produção cafeeira que logo cedeu lugar ao tradicional cultivo da mandioca. (6)

Verifica-se, portanto, nesta primeira fase de implantação e expansão da lavoura cafeeira, a sua concentração no sul da província. Isto se deveu, principalmente, à pro

(5) - *Id. Ibidem.* p. 111-112.

(6) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M.da P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930.* Vitória, UFES/CCJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1983. p. 17.

ximidade do Vale do Paraíba e das antigas regiões produtoras de Minas Gerais, onde a limitação de terras e a dilapidação dos solos exigiam o crescimento extensivo da cafeicultura. Tratava-se de uma característica da agricultura escravista-mercantil, de baixa produtividade e crescimento extensivo por agregação de novas áreas. A expansão não se realizava com inovações tecnológicas. Era, portanto, uma atividade predatória que exigia a constante utilização de terras virgens. (7)

Em decorrência da continuidade com o Vale do Paraíba, a produção capixaba vinculou-se integralmente à base exportadora, sediada no Rio de Janeiro. O precário transporte terrestre do interior forçava a utilização de rios de difícil navegabilidade para que o produto alcançasse o litoral, donde, por via marítima, chegava ao porto carioca. Os pesados custos desse trajeto reduziam a rentabilidade do cultivo, apesar de as plantações estarem localizadas na região mais próxima ao litoral fluminense.

Não obstante, a produção quintuplicou entre 1850 e 1872. Contudo, a participação capixaba na produção nacional deste período não ultrapassou o percentual de 5%, não só dando mostras de sua condição marginal na expansão da cafeicultura brasileira, como também revelando diferenciações em relação às novas áreas de cultivo do oeste paulista. O isolamento das fazendas capixabas e a relativa autarquização causada pela precariedade dos transportes distinguiam-nas do "com-

(7) - NOVAES, F.A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 95.

plexo paulista", então em formação. (8) Com solos mais férteis e melhores condições de transporte, a cafeicultura paulista apresentava produtividade, rentabilidade e capacidade de acumulação extremamente superiores às plantações capixabas.

No caso paulista, verificou-se não apenas maior rentabilidade, mas, principalmente, uma superior capacidade do capital mercantil local de reter excedente e reinvesti-lo de forma diversificada, propiciando a constituição de uma economia com maior grau de mercantilização em várias atividades. Tornou possível, inclusive, a construção das primeiras ferrovias. Já a expansão cafeeira no Espírito Santo não foi capaz de gerar tal "complexo". Em primeiro lugar, a baixa produtividade física e as dificuldades de transporte comprometiam a rentabilidade e, em segundo, o capital mercantil local mantinha-se raquítico e subordinado às grandes casas exportadoras do Rio de Janeiro. Desta forma, uma parcela do excedente gerado era para lá transferida por meio da cadeia mercantil, controlada pela praça carioca. A parte retida, por sua vez, não era integralmente investida na lavoura ou outras atividades da região, sendo aplicada em títulos de bancos sediados também no Rio de Janeiro. Não é de se estranhar que a primeira ferrovia capixaba somente tenha sido construída numa fase posterior da expansão ca

(8) - CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2a.ed, São Paulo, T.A. Queiroz, 1983, p. 17-18.

feeira. Desta forma, a economia crescia muito lentamente, mantendo baixos índices de urbanização, sem que fosse possível o surgimento de atividades terciárias (bancos, comércio, comunicações). (9)

A partir de 1870, os preços internacionais do café estariam em ascensão, resultando em novo surto expansivo. A malha ferroviária carioca já havia atingido as proximidades dos limites com o Espírito Santo, o que contribuía para reduzir os custos de transportes até o porto exportador do Rio de Janeiro. O aumento de rentabilidade resultante da elevação dos preços internacionais e da queda nos custos de transporte tornou possível ampliar as áreas de cultivo em terras virgens mais distantes.

Essa etapa de expansão coincidiu com o início da imigração européia para o Brasil. A "Política Imperial de Imigração/Colonização" permitiu a ocupação de terras a partir do estabelecimento de núcleos de colonos pequenos proprietários. Além do seu sentido colonizador, essa política tinha, também, o objetivo de elevar as receitas dos governos provinciais, com a venda das terras devolutas aos imigrantes, bem como ampliar a oferta de trabalho para as grandes fazendas. A constituição diversa dos interesses regionais iria estabelecer reações, por parte dos setores dominantes da sociedade, diante dos projetos de imigração no país. O sucesso da economia cafeeira paulista, por

(9) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, passim.

exemplo, levou os grandes fazendeiros da região a opor resistência à ocupação de terras com núcleos coloniais. Ali a imigração apenas seria vantajosa se a força de trabalho imigrante atendesse às necessidades das grandes fazendas, ou seja, se permitisse o estabelecimento de taxas de salários baixas, com razoável apropriação de excedente. Todavia, isso só poderia ocorrer caso o acesso ao meio de produção fundamental (terra) fosse uma exclusividade do latifúndio, não uma opção do trabalhador. Assim, como a imigração para o oeste paulista deveria ter objetivos explícitos de atender as necessidades de força de trabalho da economia cafeeira, o acesso à terra foi, em grande medida, vedado aos imigrantes.

O mesmo não ocorreu em outras partes do país, onde as grandes extensões de terras devolutas e despovoadas - como em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo - e o fato de que a implantação dos núcleos não contestava os interesses estabelecidos tornaram possível a colonização a partir da pequena propriedade.

Com efeito, em 1888, apenas 15% das terras do Espírito Santo haviam sido apropriadas, 85% constituíam-se de terras devolutas de propriedade do Estado. (10) Enquanto a região sul era ocupada pelo café e por uma agricultura canavieira em crise, as regiões central e norte, excetuando-se a capital e o

(10) - ALMADA, V.P.F. de. *Op. cit.*, p. 83.

povoado de São Mateus, constituíam imenso vazio territorial, desconsiderando-se, é claro, a floresta atlântica e os indígenas que a habitavam. Mesmo a produção cafeeira ainda era pouco expressiva, se comparada à paulista. Não havia indícios de escassez de mão-de-obra escrava nas fazendas do sul e tampouco da utilização em larga escala de máquinas de beneficiamento e/ou equipamentos que representassem transformações na agricultura mercantil-escravista. Assim, a ação do Estado, dirigindo a ocupação do território vazio, por meio das políticas de imigração, não contrariava os interesses fundamentados na cafeeira. Ao contrário, a ocupação de áreas circunvizinhas a Vitória iria estabelecer atividades que, efetivamente, atenderiam aos objetivos do capital mercantil sediado naquela capital. Na realidade, a colonização da região central iria vincular-se ao porto de Vitôria, fortalecendo esta praça, em contrapeso ao eixo sócio-eco-nômico do sul, então vinculado ao Rio de Janeiro. A imigração européia, portanto, fez expandir a ocupação territorial na região central e, à medida em que crescia a produção, criava escala suficiente para poder exportar diretamente pelo porto de Vitória. Por outro lado, cumpria-se o objetivo principal de sua formação: fortalecer as finanças públicas.

No entanto, não se pode negar a existência de iniciativas particulares de grandes proprietários de terras, no sentido de fomentar a imigração como objetivo implícito de eliminar a carência da força de trabalho. Na principal região cafeeira, estas ações realizaram-se por meio de mecanismos disfar

çados de geração de oferta de trabalho.

"... a forma de ocupação das terras da colônia particular foi realizada através de um contrato de foro perpétuo que dava ao colono, foreiro, o uso e gozo da terra, mas ao mesmo tempo impedia que estes foreiros dispusessem dos lotes, a que conferia um quadro diferente da propriedade plena." (11)

Dificuldades de toda ordem, como terrenos pequenos e imprestáveis para o cultivo, impediam que os colonos se transformassem em produtores independentes dentro destes núcleos. Como forma de complementar a renda de subsistência, tornaram-se inevitáveis os contratos de parceria com os fazendeiros. Mas, mesmo sob este regime, as condições de vida eram péssimas, o que os conduzia à fuga, como tentativa de tornarem-se pequenos proprietários de terras devolutas ou de terras nos núcleos oficiais de colonização, ainda parcialmente ocupados.

Nesses núcleos, localizados em sua maioria na região central, embora fossem também precárias as condições de existência humana, era facultada ao imigrante a condição de pro-

(11) - DERENZI, L.S. Os italianos no Espírito Santo. Rio de Janeiro, Artenona, 1974, p. 50. In: ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 48.

prietário privado de uma gleba. As dificuldades enfrentadas nos primeiros anos do assentamento obrigavam-nos, muitas vezes, a a ceitar as "esmolas" pagas pelo Estado nas frentes de trabalho, destinadas à construção da infra-estrutura do próprio assentamento, ou, alternativamente, a se assalariarem temporariamente nas fazendas de café. Superados os obstáculos, resultava uma es trutura sócio-econômica baseada na pequena propriedade familiar, com predominância da produção de subsistência. A proximidade do porto natural de Vitória e a articulação travada pelo capital mercantil no seio desta estrutura viabilizavam a produção cafeira como único valor comercializável de expressão. A venda do café ao comerciante local significava a mercantilização de um excedente com o qual o colono obtinha mercadorias não produzidas na unidade familiar.

Após 1886, três fatores iriam possibilitar uma segunda etapa de incremento da imigração européia. Em primeiro lugar, os preços internacionais do café mantiveram-se em elevação até 1896, impulsionando a expansão da produção. Por sua vez, a abolição das relações escravistas estabeleceu limites à conti nuidade da acumulação nas grandes fazendas, colocando a imigração como alternativa ao suprimento de mão-de-obra. Em terceiro lugar, a proclamação da República garantiu aos governos esta duais maior autonomia em relação à política local, o que deu cer ta independência na formulação de projetos e na contratação de recursos para seu financiamento.

"Em 1894, o Governo do Espírito Santo lançou em Paris, títulos de 500.000 francos num valor total de 17.500.000 francos. Este empréstimo equivalia a 10.452.389\$470, ou seja duas vezes e meia a arrecadação orçamentária prevista para aquele exercício.

Os recursos obtidos com a contratação deste empréstimo se destinaram ao início da construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e à promoção da imigração.

É preciso ressaltar que após a abolição, a inserção dos imigrantes europeus na economia capixaba passou por profundas alterações: enquanto na vigência da escravidão, a quase totalidade dos imigrantes foi localizada nas colônias oficiais, onde lhes era garantida a propriedade de um pequeno lote de terra, tendo sido poucos os que foram localizados nas fazendas, após a abolição, esta situação se inverte, sendo a maioria dos imigrantes contratados como parceiros nas fazendas de café." (12)

Era fundamental para as finanças do Estado estimular a produção cafeeira, seja nas grandes fazendas, seja nos

(12) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M.da P. *Op. cit.*, p. 60.

núcleos oficiais da região central. Entre 1890 e 1895, cerca de 80% da receita do tesouro estadual provinham do imposto cobrado sobre a comercialização deste produto. O café era responsável por 99% das exportações estaduais, apesar de a produção local corresponder a apenas 6% da produção nacional. A elevação dos preços internacionais e/ou do volume produzido localmente resultavam em imediato fortalecimento das finanças públicas.

De 1897 a 1910 e de 1913 a 1918, os preços do café declinaram, invertendo as condições de financiamento dos projetos do Estado e reduzindo o fluxo migratório. Contudo, a estrutura fundiária da região central, baseada na pequena propriedade familiar, já havia se consolidado. É interessante observar que sua distinção em relação às grandes fazendas do sul iria revelar uma reação diferenciada diante da crise. Para o colono, a redução dos preços significava apenas uma queda em sua renda mercantilizada. Ou seja, uma redução do excedente que não inviabilizava a reprodução da unidade familiar, uma vez que continuava a praticar a agricultura de subsistência. Contudo, apesar da diminuição da renda monetária, não se abandonava o pequeno cafezal. Tratava-se de uma lavoura permanente em que os frutos estavam anualmente disponíveis para colheita, sem que houvesse gastos significativos com tratamentos culturais. Dada a natureza da pequena produção, não existia cálculo capitalista que embutisse, nos custos de produção, o valor da renda da terra. Também não existia a alternativa entre abandonar os frutos nos pés e dedicar-se a outra atividade mercantil, porque simplesmente não e-

xistia tal grau de mercantilização envolvendo outras culturas.

A crise abalava menos a pequena propriedade do que a estrutura comercial dependente do seu excedente comercializável. Enquanto o colono apenas reduzia seu consumo de bens importados, a malha mercantil, composta por agentes que iam desde o comerciante local até as grandes casas importadoras e exportadoras, sediadas na capital, via reduzidos seus negócios, gerando quebras e falências. Eram estes últimos que tinham capital investido não só em instalações e estoques de mercadorias, mas também em equipamentos e máquinas para beneficiar o café bruto adquirido dos produtores.

Se a crise não destruía a pequena unidade familiar, o mesmo não se verificou nas grandes propriedades do sul. O golpe sofrido pela abolição levou-as a adotar a parceria como meio de reter força de trabalho. Para o parceiro, esta era apenas uma condição provisória até tornar-se proprietário. Desta forma, os fazendeiros somente conseguiam atrair os imigrantes se oferecessem vantagens, caso contrário sempre haveria a possibilidade de estes tornarem-se posseiros em terras devolutas. Estas vantagens estavam, muitas vezes, representadas nos contratos de parceria pela permissão de cultivar-se lavoura branca sem obrigá-los a dividir o produto. Isso levava o produtor a realizar um sobretrabalho, por ele integralmente apropriado. Esta era a condição para que, tão logo fosse possível, adquirisse uma gleba de terra e abandonasse a parceria. Na verdade, a abolição, ao direcionar as relações de trabalho para a par-

ceria - e não para o assalariamento -, teve como resultado uma redução na capacidade dos fazendeiros de reter excedente. A crise causada pela queda dos preços internacionais do café significou a debacle final daquela estrutura, pois, na impossibilidade de aumentar a exploração dos parceiros, a única forma encontrada para obter recursos monetários seria com a venda de lotes de terra. Vários latifúndios foram total ou parcialmente divididos. Aquilo que deles restava poderia, então, ser operado produtivamente. As antigas sedes e a fração de terra que lhes sobravam ficavam circundadas por novos pequenos proprietários, na maior parte antigos parceiros, que poderiam ser utilizados como assalariados temporários nas lavouras que ainda havia no velho latifúndio.

Os efeitos da crise sobre a estrutura mercantil podem ser exemplificados pelas quebras dos comissários locais e o consequente fortalecimento dos vínculos com o Rio de Janeiro. Gradativamente, as casas exportadoras cariocas passam a comprar diretamente do fazendeiro. A ligação ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro, completada em 1903, selou os laços desta dependência.

Resta examinar o que teria acontecido com a faixa litorânea sul, pioneira no cultivo de cana-de-açúcar e, posteriormente, pioneira, também, na cafeicultura do Estado. Nesta região, as lavouras de café já haviam atingido uma idade média avançada e apresentavam baixos índices de produtividade. Por outro lado, a precariedade das condições de transporte contribuía para inviabilizar economicamente seu cultivo. O prolonga-

mento desta situação conduziu os proprietários a iniciarem uma reversão para a cana-de-açúcar. Contudo, houve significativa transformação na estrutura fundiária em relação à primeira metade do século. A crise da economia açucareira teria facilitado a subdivisão das fortunas e transformado os filhos dos grandes latifundiários em pequenos proprietários. Este fracionamento reduzia a capacidade de acumulação da agricultura canavieira, onde, devido aos vultosos recursos necessários à sua implantação e às condições históricas de sua constituição no Brasil Colonial era imperativa a concentração da terra. (13) As já mencionadas dificuldades de contato com o exterior, por sua vez, impunham às fazendas a necessidade de se auto-abastecerem, impedindo que se dedicassem a uma única cultura. Isto tornava cada vez mais reduzidas as escalas de produção canavieira e colocava o pequeno lavrador inteiramente sob a tutela do comerciante. Na ausência de opção mais rentável em uma economia pouco mercantilizada, have

(13) - O passado colonial impunha à economia brasileira uma articulação dependente para com o mercado internacional. O "Antigo Sistema Colonial" constituiu-se explicitamente como um mecanismo de transferência de renda para as metrópoles européias. Assim que o açúcar foi transformado em objeto de transação mercantil à escala internacional, tratou-se de montar estruturas produtivas que propiciassem tal transferência. "De fato, é essa concentração de renda que faz com que, apesar de os mecanismos do regime de comércio transferirem o maior quinhão para a burguesia européia, os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa (...)". NOVAES, F.A. *Op. cit.*, p. 93.

ria, ainda assim, a reversão para a cana-de-açúcar.

Percebe-se, então, que, historicamente, consolidou-se, no Espírito Santo, uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade. Inicialmente, a expansão da economia cafeeira assentou-se na constituição de grandes propriedades escravistas no sul. Posteriormente, sua continuidade associou-se à política de imigração, resultando na ocupação da região central, circunvizinha a Vitória. Ali se instalaram os núcleos oficiais de colonização, caracteristicamente formados pela unidade familiar de pequena dimensão, voltada para a produção de subsistência e de um excedente representado pelo café. A crise da cafeicultura pouco abalou as condições de reprodução desta estrutura. O mesmo não ocorreu nas fazendas escravistas do sul, principalmente após a abolição. A queda nos preços internacionais do café e a impossibilidade de submeter a força de trabalho a um grau mais intenso de exploração resultaram no esfacelamento do latifúndio, transformando, aos poucos, antigos parceiros - e/ou novos imigrantes - em virtuais pequenos proprietários. Por fim, a faixa litorânea, diante da crise da economia açucareira, e não podendo converter-se para o café, entrou em estado de letargia, transformando a antiga fazenda escravista em minifúndios, herdados por gerações subseqüentes.

O "Recenseamento Geral do Brasil", realizado em 1920, comprova a predominância da pequena exploração no Estado. Do total de estabelecimentos existentes, 89% não ultrapassavam 100ha e correspondiam a 52% da área total, enquanto os estabe-

lecimentos com tamanho superior a 1.000ha representavam 0,3% do número e apenas 10% da área.No entanto, ainda era baixo o nível de ocupação territorial: cerca de 71% das terras eram devolutas e florestas virgens; somente 18% da área total dos estabelecimentos eram cultivados. Do total cultivado, 68% eram destinados ao café, 5% à cana e o restante, às culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca e arroz). O café concentrava-se nas regiões central e interior-sul, o açúcar na faixa litorânea-sul e a produção de subsistência estava dispersa por todas as áreas ocupadas. (14)

É importante mencionar que as terras situadas ao norte do Rio Doce, que correspondem a, aproximadamente, 55% da área total do Estado, ainda eram muito pouco exploradas. Somente em 1917 o Estado concedeu grandes áreas a particulares, às margens do Rio Doce, com o objetivo de ali desenvolver a cultura do cacau. Além da concessão de terras, o governo instalou uma fazenda experimental com a finalidade de desenvolver pesquisas e estender a cacauicultura. (15)

Foi dentro deste quadro que a cafeicultura continuou a expandir-se na década de 20. Apesar de não ter participado das três operações de valorização do café, realizadas até 1924, o Espírito Santo recebeu os benefícios oriundos da

(14) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 93-98.

(15) - *Id. Ibid.*, p. 99.

defesa da renda interna. (16) A elevação da receita pública criou condições para que os gastos do governo se ampliassem, notadamente no setor de transportes. Desde 1903, Cachoeiro de Itapemirim, principal centro polarizador do sul do Estado, estava ligado ao Rio de Janeiro pela estrada de ferro pertencente à Leopoldina Railway Company Limited, o que consolidou a exportação do café capixaba, através da capital federal. Esta situação somente se reverteu após 1923, quando foi concluída a Estrada de Ferro Itapemirim, ligando Cachoeiro à chamada Villa de Itapemirim. O objetivo era transportar o café do interior-sul até a foz do rio Itapemirim, de onde seria conduzido, por navegação de cabotagem, para a capital do Estado. Além desta ferrovia, foi necessário ampliar a rede de estradas de rodagem e reaparelhar o porto de Vitória. Acrescente-se, ainda, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que permitiu exportar produtos mineiros, principalmente o café, por aquele porto. Em 1931, cerca de 80% do café capixaba e 30% do mineiro já eram para lá escoados.

O resultado foi o fortalecimento e crescimento das casas exportadoras, sediadas na capital. De 1922 a 1931, elas eram 28, sendo que as dez maiores dominavam 94% das exporta

(16) - A respeito das políticas de valorização do café, ver FURTADO, C. *Op. cit.*; DELFIM NETO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV/SEPLAN, 1979; CANO, W. *Op. cit.*, 1983; MELLO, J.M.C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo. Brasiliense, 1982; AURELIANO DA SILVA, L.M.L. *No limiar da industrialização: Estado e acumulação de capital, 1919-1937*. Campinas, 1976.

ções. Destas últimas, três eram filiais cujas matrizes localizavam-se ou no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e as restantes foram fundadas por imigrantes europeus que se estabeleceram no Espírito Santo. Dada a natureza da estrutura produtiva, baseada na pequena propriedade, eram essas casas exportadoras que representavam a presença hegemônica do capital mercantil-exportador, "única forma de existência do capital na economia local". (17)

2. O Surgimento de Indústrias e a Aventura

Industrializante do Estado

Até 1850, predominava, no Espírito Santo, uma formação econômica com reduzida divisão social do trabalho. As atividades agrícola e manufatureira (artesanal) voltavam-se para a produção de valores de uso (exceto o açúcar), denotando-se a ausência de um mercado interno significativo. Existiam algumas dezenas de engenhos, engenhocas e destilarias sem expressão em termos de sua participação na produção nacional. Destacava-se, ainda, a fabricação da farinha de mandioca na Vila de São Mateus, de onde era exportada para as zonas açucareiras do resto do Estado e, também, para a Bahia. Outra atividade de menor importância era um rudimentar artesanato têxtil, destinado à

(17) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 115.

confeção do vestuário dos escravos. Nesta última,

"... a matéria-prima era beneficiada por pequenos descaroadores, máquinas bi-cilíndricas capazes de separar uma arroba de algodão por dia, quando operada por duas pessoas." (18)

Esse era, resumidamente, o "complexo rural" (19) formado em torno da produção açucareira no Espírito Santo.

Mas, diferentemente de outras regiões, como São Paulo, por exemplo, a crise da agricultura canavieira e a expansão da cafeicultura no Espírito Santo resultaram na formação de uma economia agrícola baseada na pequena propriedade, bem como em relações de trabalho do tipo parceria. A não-constituição de um mercado de trabalho e a auto-suficiência do núcleo familiar impediam o crescimento do mercado interno e uma maior divisão social do trabalho. O baixo potencial de acumulação da unidade produtiva implicava precárias condições de produção e reduzida capacidade de absorção tecnológica. "Somente a partir de 1879 começaram a aparecer no Espírito Santo as primeiras máquinas de beneficiar o produto". (20) As possibilidades de surgimento de

(18) - Bittencurt, G. *Op. cit.*, p. 60.

(19) - Para discussão do "complexo rural" brasileiro, ver: KAGEY AMA, A.A.; GRAZIANO DA SILVA, J. *A dinâmica da agricultura na brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas, 1988. (Mimeo)

(20) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 138.

indústrias mantinham-se, desta forma, restringidas pelo reduzido mercado local. A não-formação de núcleos urbanos de maior envergadura, por sua vez, significava uma modesta demanda por produção alimentar, o que impedia ampliar a geração de excedente na pequena propriedade.

Para entender essas diferenças, em relação ao complexo paulista, deve-se ter em conta que, além das especificidades regionais, a vanguarda da industrialização ali iniciada definiu uma "periferia" (21) que não mais conseguiria competir com aquele centro dinâmico. Por exemplo, a demanda por máquinas e equipamentos para beneficiamento do café, gerada pelo capital mercantil sediado no Espírito Santo, seria atendida pela indústria paulista já instalada, não cabendo outra formação fora de São Paulo. Assim sendo, o impulso dinâmico da cafeicultura capixaba era lançado para fora de suas fronteiras.

Embora historicamente estivessem determinadas essas dificuldades locais de industrialização, os governos estaduais buscariam fórmulas para estabelecer atividades industriais. (22) Em 1892, o Estado do Espírito Santo oferecia garantia de juros para empresas que instalassem fábricas de tecido, óleos e engenhos centrais de açúcar. Essa garantia estendia

(21) - q.v. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970*. São Paulo, Global, 1985.

(22) - A respeito dos esforços industrializantes do Espírito Santo na Primeira República, ver BITTENCURT, G. *Op. cit.*, p. 117-143 e ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 135-174.

se aos investimentos em aquisição de terra e força de trabalho. Posteriormente, os incentivos foram ampliados com a concessão de empréstimos privilegiados. Desta política resultaram vários contratos firmados entre o Estado e particulares, para a instalação de diversos empreendimentos: um engenho central para o fabrico de açúcar no Vale do Itapemirim, uma fábrica de tecidos de algodão e outra de papel a serem instaladas na capital ou em Vila Velha, uma fábrica de tecidos no município de Benevente e uma fábrica de tecidos de meia em Vila Velha. Na realidade, em termos concretos, esta primeira iniciativa de industrialização, a partir da intervenção do Estado, revelou-se um verdadeiro fracasso: o único projeto concluído foi a fábrica de tecidos de meia.

O primeiro obstáculo para a instalação de indústrias era o baixo potencial de acumulação dos capitais locais. Este problema foi solucionado com a concessão de incentivos e empréstimos privilegiados. No entanto, as verdadeiras barreiras à industrialização ainda residiam na constituição estrutural da economia regional. A ausência de um mercado de trabalho tornava problemática a contratação de operários para as plantas industriais e impedia a realização do plantio das matérias-primas (cana-de-açúcar e algodão), em bases capitalistas. Ressalte-se, ainda, a inexistência de um sistema de geração de energia elétrica, o que obrigava cada fábrica a proceder uma inversão adicional de capital para produzir sua própria energia.

Apesar dos fracassos iniciais, o objetivo de industrialização não foi abandonado. O discurso adotado pelos presidentes republicanos para justificar a alternativa industrializante era o de que a economia capixaba - e as próprias finanças públicas - estavam extremamente dependentes das flutuações do preço internacional do café. Esta verídica constatação fez com que o Presidente Jerônimo Monteiro (23), embora professando o liberalismo econômico, se decidisse por uma intervenção mais audaciosa do Estado, no sentido de diversificar a economia local.

Além dos incentivos então existentes, foram acrescentadas novas facilidades, como isenções de impostos estaduais, doações de terreno para implantação de fábricas, fornecimento gratuito de energia elétrica. Uma das primeiras medidas foi a construção da Hidrelétrica de Jucu, primordialmente projetada para atender às necessidades de iluminação da capital e cidades vizinhas, mas que acabou fornecendo energia para as novas indústrias implantadas. Foram assinados contratos para a construção de uma fábrica de tecidos em Vitória, outra de produtos sílico-calcários em Vila Velha; e foi feito com a Companhia de Estrada de Ferro do Espírito Santo um contrato para a exploração e o beneficiamento da mandioca. Além disso, o Estado investiu diretamente, através de "adiantamento de capital" (24), em um conjunto de projetos

(23) - Presidente do Estado de 1908 a 1912.

(24) - "O Estado fez aquilo que o Presidente chamava de 'adiantamento de capital', ou seja, o contratante, à medida que ia executando as obras, ia também recebendo do Estado os recursos financeiros necessários." ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 161.

industriais integrados no Vale do Itapemirim:

- a) fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis;
- b) usina de açúcar no baixo Vale do Itapemirim (Paineiras);
- c) fábrica de cimento em Cachoeiro de Itapemirim;
- d) fábrica de papel;
- e) fábrica de óleo vegetal;
- f) serraria industrial;
- g) usina hidrelétrica do Rio Fruiteiras. (25)

O mercado que se pretendia atingir obviamente transcendia os limites estaduais, impondo a estes empreendimentos a necessidade de grande potencial competitivo. Para tanto, seria fundamental equacionar os problemas relativos à carência de mão-de-obra e incorporar tecnologia avançada, bem como romper as dificuldades de transportes e fornecimento de matérias-primas. Neste sentido, procurou-se dar continuidade ao programa imigratório com objetivo de incrementar a oferta de trabalho e de excedentes agrícolas. Para modernizar a agricultura, Jerônimo Monteiro, com sua visão precursora - em bora historicamente equivocada -, implantou duas fazendas ex perimentais: "uma, situada no baixo vale do Rio Doce, contra

(25) - BITTENCURT, G. *Op. cit.*, p. 129.

ta a experiência do cacau", e a "outra, próxima à capital, destinar-se-á ao ensino da mecanização e técnicas agrícolas 'avançadas'". (26)

Para solucionar o problema de transporte na região do Vale do Itapemirim, foi idealizado um conjunto de obras que permitisse a navegação do rio no trecho compreendido entre Cachoeiro de Itapemirim e a foz. Era necessário retificar o leito e elevar o seu calado. Tanto o material flutuante quanto o acessório funcionariam alimentados pela eletricidade da Usina Fruteiras, integrante do conjunto de projetos.

A instalação destes projetos deveria permitir a diversificação da economia e a expansão de lavouras tradicionais, como a de cana-de-açúcar e a de algodão, que estavam sendo substituídas pelo café. A fábrica de cimento utilizaria como matéria-prima a calcita, existente em abundância nas jazidas localizadas em terras da família de Jerônimo Monteiro. A serraria industrial viabilizaria a exploração da imensa reserva natural representada pela Floresta Atlântica. A fábrica de papel foi projetada para utilizar como matéria-prima a palha de arroz ou o bagaço de cana.

Dificuldades de toda ordem impediram, porém, o sucesso dos empreendimentos industriais e agrícolas. Com a crise pré-guerra, reduziu-se o preço do café e, conseqüentemente, a capacidade de financiamento do setor público. A partir

(26) - *Id. Ibid.*, p. 130.

de 1913, o governo sucessor de Jerônimo Monteiro buscou sistematicamente retirar o Estado das atividades industriais, procurando, muitas vezes sem sucesso, transferi-las para o setor privado. A Primeira Guerra Mundial estabeleceu dificuldades para importação de bens de capital, o que atrasava a conclusão das plantas produtivas. A precária infra-estrutura de transportes elevava o custo com fretes e reduzia a capacidade de concorrência em mercados externos. O mercado local, por sua vez, continuou diminuto e pouco dinâmico, dado o próprio insucesso da tentativa de diversificar a economia. Existiam, ainda, problemas na oferta de trabalho livre, principalmente de mão-de-obra especializada, o que estabelecia níveis salariais elevados e reduzia a competitividade das empresas.

Dentro deste quadro, sobreviveram, apenas, as tradicionais indústrias ligadas à produção de açúcar e tecidos, que, ainda assim, não escaparam aos problemas arrolados. Em 1920, a estrutura industrial do Espírito Santo era composta pelo pouco que havia resultado do esforço industrializante do Estado - notadamente através da "aventura" de Jerônimo Monteiro, no Vale do Itapemirim - e por pequenos engenhos e engenhocas para fabricação de açúcar e aguardente, bem como pequenas usinas para beneficiamento de café e arroz. Estas últimas, localizadas em sua maioria nos estabelecimentos rurais, correspondiam às "indústrias rurais" que existiam em quase todas as re-

giões do país. (27) A Tabela 1 permite observar os principais ramos da indústria capixaba, de acordo com os dados ex-

TABELA 1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, VALOR DA PRODUÇÃO E NÚMERO DE OPERÁRIOS SEGUNDO RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ESPÍRITO SANTO. 1920.

RAMOS	Nº DE ESTAB.	VALOR DA PRODUÇÃO (CONTOS)	Nº DE OPERÁRIOS
MINERAIS NÃO METÁLICOS	16	145	65
METALURGIA	3	176	27
MADEIRA	6	2232	156
MOBILIÁRIO	2	303	42
COURO E PELES	4	168	13
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	2	24	2
TEXTIL	2	2643	498
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTÉFATOS	3	114	10
PRODUTOS ALIMENTARES	28	16791	240
BEBIDAS	11	953	56
TOTAL	77	23549	1109

FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920 in ROCHA, H. C., COSSETTI, M. da P., Op. cit., p.184.

traídos do censo de 1920. Observa-se que os três principais

(27) - Constituíam exceções duas grandes usinas de beneficiamento de café, localizadas em Castelo e Vitória, cuja proprietária era a firma Vivacqua & Comp., grande exportadora de café. ROCHA, H.C.; COSSETTI, M.da P. Op. cit., p. 175.

ramos - Madeira, Têxtil e Produtos Alimentares - perfaziam 92% do valor da produção total, representando uma reduzida diversificação industrial. Esta constatação é mais contundente ao verificar-se que Produtos Alimentares, majoritariamente compostos pelo beneficiamento do café e pela indústria açucareira, representavam 71% do valor da produção industrial.

Durante os anos 20, o governo estadual procurou não intervir diretamente na implantação de novas indústrias. Os gastos públicos redirecionaram-se com maior ênfase para a formação de infra-estrutura e modernização urbana, notadamente em Vitória. Privilegiou-se também a construção de vias de transportes (estradas de rodagem, pontes, estradas de ferro, etc.) que permitiram, a médio prazo, a ocupação econômica de áreas até então intocadas. As fábricas haviam se transformado em grande fonte de despesas para o governo, o que explica o redimensionamento de sua política. Apesar disso, várias encampações foram realizadas ao longo da década. O Estado socorria as empresas e garantia os ganhos do capital privado, tornando-se proprietário da maioria das grandes fábricas falidas do Espírito Santo, apesar de ter refreado sua intervenção direta na implantação de novos projetos. O fracasso da tentativa de industrialização, levada a cabo por Jerônimo Monteiro, foi o exemplo marcante das dificuldades impostas por aquela rígida organização sócio-econômica, sob a qual prosperava a pequena propriedade.

3. Expansão da Agropecuária: da Crise de 30 à Crise dos Anos 50

A expansão cafeeira verificada até os anos 20 fundamentou-se, caracteristicamente, na pequena produção familiar. Este tipo de organização da produção resistiu às crises de preços e solidificou uma estrutura incapaz de gerar mercados de consumo e de trabalho, impondo resistência ao surgimento de indústrias e à própria transformação tecnológica na agricultura.

O exame do processo de produção da pequena propriedade é revelador de sua precariedade diante da cafeicultura nacional, especialmente a do oeste paulista. Os cafezais normalmente tinham vida mais curta, eram de baixa produtividade e geravam um produto de qualidade inferior. O início do processo produtivo consistia na preparação das novas áreas de plantio. Isto era feito através da derrubada da mata e realização da queimada, método consagradamente predador do solo. Em etapa posterior, realizava-se o plantio das mudas de café, sem que houvesse qualquer processo mais avançado de melhoramento ou seleção. Geralmente, aproveitavam-se aquelas de um a três anos de idade que cresciam espontaneamente nos cafezais antigos. O plantio era feito em filas perpendiculares, à base das encostas e com pouco espaçamento para melhor aproveitar os terrenos. Este sistema resultava em rá-

pida degradação do solo, excessivo sombreamento e deficiente ventilação na "roça" de café. Os tratos culturais não eram menos precários, a aradura e a adubação apenas excepcionalmente utilizadas. Colhia-se o café manualmente, através de um rudimentar método de bater na planta com varas, o que lhe retirava as folhas e lhe quebrava os galhos, resultando em danoso desgaste do arbusto que contribuía para a redução da sua vida útil. Finalmente, para o beneficiamento adotavam-se as tradicionais técnicas de secagem ao sol nos terreiros, descascamento com ajuda do monjolo e abano com peneiras; apenas os maiores estabelecimentos utilizavam o moinho de pilar e ventiladores. Será sobre esta estrutura que irá desencadear-se, no Espírito Santo, a política cafeeira brasileira, resultante da crise dos anos 30.

A safra brasileira de café, prevista para o período 1927/1928, estava estimada em 28 milhões de sacas. A esta altura já era nítida a ampliação do descompasso entre aquela oferta e a capacidade de absorção do mercado internacional. A fim de encontrar mecanismos de defesa para a crise latente, organizou-se, em 1927, o Segundo Convênio Cafeeiro entre os Estados produtores. (28) Apesar do controle paulista sobre as políticas cafeeiras até então adotadas, a continuidade de sua liderança demandava entendimentos com as demais

(28) - A respeito da política cafeeira nos anos 30, ver nota (16).

regiões produtoras do país, as quais incluíam Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Deste Convênio, resultaram três propostas básicas de medidas a serem adotadas: ampliar o controle das entradas de café em todos os portos, fixar cotas de exportação da produção e intensificar a propaganda do café no país e no exterior.

Apesar da pequena influência capixaba nas políticas propostas, a partir da celebração dos acordos, em julho de 1927, foi criado o Serviço de Defesa do Café (SDC) do Espírito Santo, cuja finalidade era elaborar a política para o Estado, dentro dos termos firmados pelo Convênio. Seria a primeira instituição pública estadual destinada a intervir diretamente na cafeicultura, embora já existisse a Inspetoria de Fiscalização da Exportação, que apenas cumpria papel fiscalizador. A função do SDC estaria circunscrita à adoção de medidas relativas à retenção de estoques, ao financiamento e à propaganda. Isto implicava criar armazéns reguladores, bem como um sistema de crédito de apoio à agricultura, notadamente por meio de estímulos ao surgimento de instituições financeiras que libertassem os pequenos produtores das altas taxas de juros cobradas pelo capital usurário. O sentido da propaganda, por sua vez, não era apenas elevar o consumo de café, mas criar um serviço de informações e estatísticas que resultassem na melhoria de qualidade do café capixaba. Foi de extrema importância a atuação do SDC do Espírito Santo na consecução desse objetivo. Boletins mensais, distribuídos gra

tuitamente, veiculavam orientações técnicas que procuravam furar o bloqueio da pequena produção em relação à absorção técnológica. Com este mecanismo buscava romper-se o atraso das condições de produção. Foram realizadas campanhas em prol da melhoria da qualidade do café; criaram-se incentivos e severas medidas fiscalizadoras: "o café que não atendia às exigências mínimas era apreendido, além de multas impostas aos 'maus produtores'" (29)

Outra instituição que contribuiu para a melhoria da qualidade do café no Espírito Santo foi a Bolsa do Cafê de Vitória. Apesar de existir legalmente desde 1921, foi regulamentada apenas em 1929, com o apoio do SDC. "Essa demora provavelmente seria reflexo das pressões contrárias à sua instalação, movida por algumas empresas comerciais, denunciadas pelo SDC." (30) A mais importante atribuição da Bolsa era a classificação do café, o que permitia alcançar melhores preços para o produto de qualidade superior. Esse procedimento permitiu, além do estímulo à produção de cafés finos, a eliminação do estigma existente no mercado, onde qualquer cafê originário do Espírito Santo era considerado de qualidade inferior e alcançava baixas cotações. Na proporção em que os negócios da Bolsa cresciam, atraindo contratos antes fecha-

(29) - FERREIRA, S.P. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração do mercado nacional - 1849/1960*. Rio de Janeiro, 1987, p. 92.

(30) - *Id. Ibid.*, p. 92.

dos na praça do Rio de Janeiro, Vitória se consolidava como importante centro de comercialização.

Apesar das políticas adotadas através do Convênio, a partir do segundo semestre de 1929, o preço do café caiu ainda mais. Os efeitos da Grande Depressão sobre a economia mundial ampliavam as dificuldades do Brasil em vender os estoques, que, por este período, já atingia cerca de 20 milhões de sacas. Em 1930, o Governo Provisório assumiu a gestão da política cafeeira, e, no ano seguinte, iniciou-se a destruição de estoques, atingindo, em 1944, um total de 78,2 milhões de sacas eliminadas.

As diversas alterações da política cafeeira durante o período afetaram os trabalhos que o SDC havia iniciado no Espírito Santo. Em fins de 1930, suas publicações foram paralisadas, e, em 1933, o órgão foi extinto. Destituído das suas funções mais eficientes, principalmente no campo da "extensão rural", iniciada com os boletins informativos, restaram apenas as limitadas políticas da Interventoria Federal no Espírito Santo.

O objetivo principal do governo interventor era tentar diversificar as fontes de receita pública, uma vez que era diagnosticada a virtual dependência das finanças do Estado, em relação aos impostos sobre a exportação do café - 74% da receita estadual. Para alcançar este intento foram reduzidos os impostos de exportação para diversos produtos, no sentido de diversificar a pauta e suavizar os traumas causa-

dos pelas variações no preço do café. (31) Em relação a este último, a Interventoria procurou apoiar os comerciantes e conceder isenções de impostos para o produto de qualidade superior. Essa medida era bem menos eficiente quando comparada com as políticas conduzidas pelo SDC. Apenas a Bolsa de Café de Vitória procurou preencher melhor este espaço com ações que visavam a instruir os agricultores no sentido de melhorar as técnicas de colheita e beneficiamento.

É importante ressaltar que, a partir de meados da década de 30, foram implantadas duas importantes instituições financeiras, com o objetivo de destinar recursos à produção agrícola. Em 1935, o Governo do Estado criou o Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, para o qual foi alocado um crédito de cinco mil contos de réis. Dois anos mais tarde, era fundado o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A - Ruralbank, composto por 93 acionistas, sob a liderança do Estado. Apesar de ter sido criado para fomentar o desenvolvimento agrícola, o Ruralbank, a princípio, teve sua atuação extremamente limitada neste sentido, pois apenas poderia operar com lavradores inscritos na Secretaria da Agricultura e, posteriormente, no Ministério da Agricultura. No entanto, os cadastros destas instituições eram muito reduzidos, diante da enorme quantidade de pequenas propriedades

(31) - "Este movimento de diminuição dos impostos não foi uma prática isolada do Espírito Santo, mas comum a todos os Estados cafeeiros, pelo menos entre 1931 e 1933." FERREIRA, S.P. *Op. cit.*, p. 103.

que deveriam ser atingidas, para cumprir os objetivos do fomento agrícola. Desta forma, a primeira atividade do banco foi somente o cadastramento dos lavradores domiciliados no Espírito Santo.

A política cafeeira praticada no Brasil durante a crise dos anos 30, embora tenha tido relativo sucesso na sustentação dos preços e manutenção da renda interna, não parece ter afetado significativamente a economia capixaba, quando comparada com outras regiões produtoras. A produção continuou a crescer até a safra 1933/34. Isso era plausível, tendo em vista que os cafezais plantados na década anterior continuavam a produzir e não houve relevante destruição ou abandono dos pés antigos. Na segunda metade da década, quando seria de se esperar significativa redução da área plantada - a exemplo do que ocorreu em determinadas regiões de São Paulo -, houve uma queda muito pequena deste indicador e a produção manteve-se oscilante em torno de 1,5 milhão de sacas (ver Tabelas 2 e 3). A hipótese levantada por Ferreira a respeito do desempenho da cafeicultura capixaba era a de que "a partir de 1935 já houvesse sido retomado o plantio do café no Estado a um ritmo considerável". (32)

Em São Paulo, nas regiões onde a crise foi mais intensa, mas o desenvolvimento capitalista havia avançado (como Campinas e Ribeirão Preto), a produção agrícola di-

(32) - FERREIRA, S.P. *Op. cit.*, p. 111.

TABELA 2. PRODUÇÃO ANUAL DE CAFÉ. ESPIRITO SANTO.
1930/31 - 1939/40. (EM 1.000 SACAS DE
60 Kg)

SAFRA	PRODUÇÃO	SAFRA	PRODUÇÃO
1930/31	1.666	1935/36	1.623
1931/32	1.802	1936/37	1.813
1932/33	1.858	1937/38	1.415
1933/34	1.857	1938/39	1.786
1934/35	1.350	1939/40	1.500

FONTE: DNC. ANUARIO ESTATISTICO DO CAFÉ. 1939/40
in FERREIRA, S.P., Op. cit., p. 109.

TABELA 3. ÁREA PLANTADA COM CAFÉ. ESPIRITO SANTO.
1930 - 1938.

ANO	ÁREA (ha)	ANO	ÁREA (ha)
1930	277.010	1935	262.000
1931	278.230	1936	263.000
1932	296.500	1937	263.500
1933	271.549	1938	265.000
1934	271.000		

FONTE: DNC. ANUARIO ESTATISTICO DO CAFÉ. 1939/40
in FERREIRA, S.P., Op. cit., p. 109.

versificou-se: houve expansão da cotonicultura, da agroindústria açucareira e da produção alimentar, vinculada ao crescimento do mercado urbano. No Espírito Santo, ao contrário, a inelasticidade-preço da produção da economia agrícola, baseada na pequena propriedade familiar, impediu que essa diversificação ocorresse com tal magnitude. Apesar da redução na renda monetária, em razão da queda nos preços da produção mercantil de maior relevância, a agricultura de subsistência garantia a reprodução daquela estrutura e o café continuaria a ser colhido e plantado no mesmo ritmo anterior à crise.

Além desta resistência da base produtiva, os dados a respeito da retenção de estoques no Estado parecem indicar que uma parcela diminuta do café capixaba era contingenciada. À exceção das safras de 1933/34, 1936/37 e 1938/39, a relação café liberado/café produzido ficou acima dos 90%, durante toda a década de 30. Da mesma forma, supõe-se que não tenha sido grande o volume de café destruído no período. (33) Deve-se ter em conta que cerca de 25% da produção capixaba eram destinados ao mercado nacional. Isto reduzia o alcance do controle oficial, o qual visava primordialmente a influir sobre o mercado internacional. Portanto, o Espírito Santo não foi tão pesadamente prejudicado pelas políticas de retenção e destruição, mas se beneficiou dos resultados alcançados pela sustentação dos preços. Por outro lado, benefi-

(33) - FERREIRA, S.P. *Op. cit.*, p. 114.

ciou-se, também, dos efeitos positivos relacionados com a atuação do SDC na melhoria de qualidade da produção, bem como da ação do Estado na criação de instituições financeiras de fomento agrícola.

Não se pode negar completamente que tenha havido alguma diversificação da produção agropecuária. A queda na renda monetária da pequena propriedade familiar era respondida com uma ampliação da produção de subsistência, na tentativa de gerar-se um excedente comercializável. Isso é mais verdadeiro neste período do que nas crises anteriores. Afinal, o crescimento de centros urbanos, como Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e o grande mercado do Rio de Janeiro, já constituía importante fonte geradora de demanda para a produção agropecuária. Além disso, as medidas decretadas pela Interventoria, em 1932, isentando impostos com objetivo de diversificar a pauta de exportações, levaram o capital mercantil a operar com outros produtos que não o café.

É importante ressaltar que, após a crise de 1929, foi possível ampliar a dimensão dos mercados. Duas fortes barreiras à formação do mercado nacional foram eliminadas. A primeira era a existência de impostos interestaduais sobre o comércio de mercadorias, os quais foram abolidos pelo Governo Provisório, em 1931. A segunda refere-se aos meios de transportes necessários aos deslocamentos das mercadorias entre as regiões. Até 1940, a rede ferroviária e a navegação de cabotagem constituíam as principais modalidades de trans-

porte existente no país. Em 1929, as ferrovias já atingiam 32 mil quilômetros, resultado dos investimentos realizados nas décadas anteriores, em que praticamente se consolidou a malha nacional. Nos anos subsequentes, pouco foi adicionado às ferrovias, mas ampliaram-se significativamente as rodovias, as quais se tornariam mais tarde o principal meio de transporte de carga do país. (34)

Desde o início do século, o Espírito Santo já estava ligado ao Rio de Janeiro por ferrovia. Em grande medida, a formação econômica do sul do Estado realizou-se em razão da expansão cafeeira do Vale do Paraíba. A praça de negócios do Distrito Federal contraía com a região cafeeira capitava um volume de transações superior ao verificado com Vitória. Mesmo após 1910, quando se concluiu o trecho ferroviário de Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, não foi possível realizar imediatamente a transferência do escoamento de café. É provável que a viabilidade do novo ramal exigisse um volume de carga de retorno que a capital estadual não poderia oferecer, mas que o Rio de Janeiro há muito já expedia. Os produtos ali manufaturados, devido à proximidade e fácil acesso, encontravam no Espírito Santo um mercado que crescia em importância, principalmente tendo em vista o avanço da concorrência paulista.

(34) - A respeito da integração do mercado nacional, ver CANNON, W. *Op. cit.*, cap. V.

Além disso, havia o comércio com Minas Gerais, cujas transações foram favorecidas após a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, estabelecendo, no Espírito Santo, um corredor para as exportações mineiras, principalmente de minério de ferro e café. O reaparelhamento do porto de Vitória, na década de 20, reforçou esta posição capixaba, determinando o marco em torno do qual seria consolidada sua função na industrialização brasileira, posterior ao Plano de Metas.

Ao final da década de 30, o café representava cerca de 70% das exportações, sendo realmente o fator de integração da agropecuária do Estado na economia nacional. Seguiam em importância a madeira, o milho, o cacau, o feijão, o arroz, as aves e o gado vacum. Em menor escala, mas ampliando-se, estava o açúcar. Estes produtos eram exportados não só para o Distrito Federal e Minas Gerais, os mais importantes mercados, mas também para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Para o exterior eram vendidos o café, o cacau (maior parte para os EUA) e uma parcela pequena de madeira (ver Tabela 4).

Quanto aos efeitos desta integração, pode concluir-se que representaram um estímulo para a diversificação, permitindo que a economia agrícola capixaba, baseada na pequena propriedade e no elevado grau de auto-suficiência da célula produtora, adicionasse demanda ao seu exíguo mercado interno. Não há dúvida de que o café também foi estimulado,

TABELA 4. PRINCIPAIS PRODUTOS VEGETAIS EXPORTADOS. ESPIRITO SANTO. 1935/1940.

ANOS	CAFE		FEIJAO		MILHO		CACAU		MADEIRAS		ARROZ	
	VOLUME (Sc.60 Kg)	VALOR (Cr\$ 1.000)	VOLUME (T)	VALOR (Cr\$ 1.000)	VOLUME (Kg)	VALOR (Cr\$)						
1935	1.298.516	184.491	701	263	1.714	376	360	350	40.530	7.878	112	57
1936	1.312.408	172.536	1.203	743	9.754	2.956	445	572	93.015	13.176	96.897	39.201
1937	1.165.543	192.556	2.171	1.381	11.938	3.243	622	1.799	93.444	23.060	106.993	64.237
1938	1.692.112	166.482	2.075	955	10.274	4.093	347	565	90.085	18.136	111.130	77.791
1939	1.348.713	147.987	432	378	6.300	2.162	479	783	96.938	17.562	756.744	454.448
1940	750.947	75.597	1.092	805	1.442	388	467	811	99.673	11.032	628.551	173.956

FONTE: DEE in FERREIRA,S.P., Op. cit., p. 163.

haja vista o relativamente elevado percentual de sua produção, destinado ao mercado nacional, o que contribuiu para suavizar os efeitos das políticas de retenção, durante o período dos Convênios. Por outro lado, estiveram presentes efeitos de bloqueio ou inibição (principalmente na produção de agro-industrializados, como o açúcar, o charque e a banha). Verificaram-se, também, casos de destruição pela concorrência, com o fechamento de fábricas de bebidas e têxteis.

A produção de feijão, milho e arroz cresceu significativamente na primeira metade da década de 30, nos anos em que se havia paralisado a plantação de novos cafeeiros. Já na segunda metade da década, quando o plantio de café recomeçou, a produção daquelas lavouras de subsistência se estabilizou, mas suas exportações continuaram a crescer, provando que a pequena propriedade estava, paulatinamente, ampliando sua incorporação ao circuito mercantil. Ocorreu significativo crescimento da área explorada, seja através da ocupação da fronteira interna dos estabelecimentos, principalmente no sul e centro, seja através do desbravamento pioneiro das florestas no norte do Estado. Como resultado, alterou-se a distribuição espacial da produção, verificando-se taxas modestas de crescimento para todas as culturas no sul e centro - regiões mais antigas -, e notável expansão no norte.

Durante os vinte anos que separam o início da Segunda Guerra Mundial e a crise da cafeicultura do final dos anos 50, a produção agrícola do Espírito Santo apresentou

se crescente. Isso é verdade para produtos como o arroz, o cacau, o feijão e a mandioca, cujas colheitas dobraram durante o período (ver Tabela 5). O mesmo não se pode afirmar em relação à cana-de-açúcar e ao milho, que tiveram sua produção estagnada. O café continuou sendo a principal fonte geradora de renda. Apesar de sua produção não ter crescido durante a década de 40, o bom comportamento dos preços, nos anos anteriores a 1954, resultou em crescente expansão da área plantada até 1958, quando se precipitou uma nova crise de superprodução (ver Tabela 6).

Embora tenha ocorrido expansão na produção de alimentos, os dados sugerem que a produtividade da terra não se elevou expressivamente (exceto para a mandioca), chegando mesmo a cair para algumas lavouras (milho e feijão). Outro fato a observar é que o crescimento da área colhida com alimentos não pode ser considerado fenomenal, quando se tem em conta que a população estadual aumentou de 696.107 habitantes para 1.177.132, aproximadamente 70%, entre 1940 e 1960. O conjunto destas constatações - expansão da produção e da área colhida, o desempenho insatisfatório da produtividade da terra e o aumento populacional - reflete uma expansão da fronteira agrícola no Estado, cuja base territorial não estava ainda plenamente ocupada.

De fato, na década de 40, a área interna dos estabelecimentos nas regiões centro e sul continuou a expandir-se, permitindo o crescimento das principais culturas. Na

TABELA 5. QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRICOLAS. ESPIRITO SANTO. 1939/41 - 1957/59.
MEDIAS TRIENAIS, PRODUCAO EM TONELADAS E RENDIMENTO EM T/HA.

ANO	ARROZ		CACAU		CANA-DE-ACUCAR		FEIJOAO		MANDIOCA		MILHO	
	QUANT.	REND.	QUANT.	REND.	QUANT.	REND.	QUANT.	REND.	QUANT.	REND.	QUANT.	REND.
1939/41	10.955	1,33	1.414	0,42	517.060	35,77	15.219	0,88	230.348	10,65	96.632	1,02
1942/44	17.385	1,37	1.403	0,41	551.623	34,89	14.696	0,76	310.647	11,21	71.043	1,01
1945/47	19.970	1,29	1.596	0,39	464.875	28,74	19.964	0,64	369.255	14,44	69.287	0,83
1948/50	24.944	1,48	2.935	0,40	439.438	28,05	24.941	0,67	303.228	13,62	70.107	0,87
1951/53	26.532	1,45	3.642	0,33	462.891	29,23	21.929	0,62	298.522	14,50	76.464	0,88
1954/56	23.565	1,22	3.433	0,29	493.750	28,64	26.270	0,66	387.971	16,15	79.727	0,82
1957/59	34.168	1,48	5.366	0,33	595.433	30,54	31.784	0,64	463.846	17,39	129.891	0,90

FONTE: IBGE - ANUARIOS ESTADISTICOS in FERREIRA, S.P., Op. cit., p. 182.

TABELA 6. QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFE (1.000 SACAS DE 60 Kg) E AREA PLANTADA (ha). ESPIRITO SANTO, 1940-1959.

ANOS	QUANTIDADE	AREA	ANOS	QUANTIDADE	AREA
1940	1.160	178.514	1950	1.416	219.506
1941	1.950	265.352	1951	1.627	231.755
1942	1.433	232.407	1952	1.180	240.027
1943	1.570	219.130	1953	1.656	244.290
1944	1.398	221.341	1954	1.713	265.133
1945	1.987	225.419	1955	1.911	270.148
1946	1.658	226.361	1956	1.630	271.925
1947	1.660	227.010	1957	2.172	281.670
1948	1.236	227.728	1958	2.527	321.697
1949	1.918	227.973	1959	2.396	299.150

FONTE: ANUARIOS ESTATISTICOS in FERREIRA, S.P., Op. cit., p.184.

década seguinte, o comportamento da produção nestas duas regiões apresentou um quadro de estagnação (ver Tabela 7). Na ausência de progresso técnico, isto sugere o fechamento da fronteira agrícola. No norte do Estado, ao contrário, observa-se que, durante todo o período, houve um excepcional crescimento da agricultura, principalmente o café. Este comportamento definiu uma nova distribuição espacial da cafeicultura. A rudimentar técnica de plantio nas antigas regiões produtoras do sul e centro provocavam constante desgaste do solo e reduziam sua capacidade de produção. Com o tempo, algumas áreas foram ocupadas por pastagens, destinadas à criação de gado leiteiro. Os vales médios do Itapemirim e Itabapoana começavam a fazer contigüidade com a bacia leiteira da Zona da Mata

TABELA 7. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS POR REGIOES. ESPIRITO SANTO. 1940-1950(*)-1960.

(EM t)

PRODUTO	CENTRO			SUL			NORTE		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
ARROZ	2.382	2.984	5.677	8.161	11.587	10.065	3.110	4.244	10.950
CACAU	3	5	1	1	-	-	999	2.603	3.771
CAFE	25.534	59.925	50.155	44.953	108.922	81.910	11.186	61.363	111.360
CANA-DE-ACUCAR	7.769	65.501	47.409	127.843	150.698	278.563	18.837	43.263	41.252
FEIJAO	2.435	7.638	6.366	4.560	15.250	5.248	793	6.584	4.265
MANDIOCA	65.579	48.672	54.008	23.824	15.821	18.610	42.875	95.331	79.266
MILHO	32.754	36.172	39.374	66.602	74.917	42.223	17.085	33.384	38.197

FONTE: IBGE, Censos Agropecuarios, 1940, 1950 e 1960 in FERREIRA, S. P., Op. cit., p 187.

* O censo agricola de 1950 nao inclui a producao das exploracoes destinadas exclusivamente ao consumo domestico, substituindo as quantidades totais produzidas comparativamente aos demais Censos.

mineira e, aos poucos, transformavam-se em importantes fontes de abastecimento para o Rio de Janeiro. Por outro lado, o crescimento populacional, aliado às dificuldades da pequena produção em reter mão-de-obra excedente, ampliou o fluxo migratório do centro para o meio-norte, reproduzindo aí a mesma estrutura agrária das antigas áreas de colonização. Desta forma, aquela região tornou-se a principal produtora de café em fins dos anos 50. Ao findar a década, por exemplo, o município de Colatina, às margens do Rio Doce, transformou-se em um dos maiores produtores de café do país.

O avanço da fronteira norte contribuiu, também, para a expansão da pecuária e da exploração madeireira, ambas com altas taxas de crescimento durante o período. O efetivo de bovinos e a produção leiteira mais que dobraram no Estado, enquanto a extração de madeira em toras e lenha decuplicou. As bacias dos rios Doce e São Mateus tornaram-se importantes exportadores de madeira para os mercados em expansão do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O extremo norte, com solos pouco férteis, assistia à destruição de suas florestas e ao avanço da pecuária extensiva de gado bovino. Especificamente aí, não se reproduziu o mesmo ciclo de ocupação do solo, mata-café-pastagem, característico das zonas pioneiras da expansão cafeeira. As grandes extensões de mata virgem eram apropriadas e, após a derrubada, diretamente transformadas em áreas de criação, consolidando uma estrutura fundiária com índices de concentração da posse da terra maiores do que a média estadual.

Dentro deste quadro pôde-se verificar o crescimento da agricultura sem que necessariamente ocorresse a destruição da pequena propriedade familiar. Ao contrário, além de ter sobrevivido à crise dos anos 30, o número dessas propriedades expandiu-se pela ocupação de novas áreas em todo o Estado, exceto no extremo norte. O alargamento da fronteira agrícola entre 1920 e 1940 incorporou aos estabelecimentos mais de 700.000 ha de terras, igualmente distribuídos pelas três regiões mencionadas. Este crescimento manteve inalterada a estrutura básica de distribuição da posse da terra, havendo, inclusive, desconcentração: o índice de Gini caiu de 0,581 para 0,529, durante esses vinte anos. (35) Nas duas décadas seguintes, apesar de a tendência ter sido revertida, o Espírito Santo ainda apresentava a distribuição da posse da terra menos desigual no país. A força de trabalho, em sua esmagadora maioria, era composta pela mão-de-obra familiar e por parceiros que respondiam por mais de 80% do pessoal ocupado na agricultura em 1950.

Esta forte presença de membros não-remunerados da família e parceiros assentava-se em razões históricas já mencionadas. A região central, correspondente à zona privilegiada pela imigração européia, foi constituída por pequenas propriedades, operadas à base do trabalho familiar. No sul, o

(35) - MORANDI, A.M. et alii. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo - 1930-1970*. Vitória, UFES/CEJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisa, 1984, p. 58.

fim do escravismo provocou o esfacelamento das grandes fazendas, dando origem ao emprego de parceiros como forma de reter força de trabalho. No entanto, a participação relativa de parceiros é cadente para todo o Estado, cedendo lugar à mão-de-obra familiar e ao assalariamento temporário. Esse fato ocorre em paralelo ao esgotamento das possibilidades de ocupação de novas terras naquelas duas regiões e ao alargamento da fronteira, rumo ao norte. É provável que muitos parceiros tenham migrado para tornarem-se proprietários em áreas localizadas acima do Rio Doce. Ao reduzirem-se as disponibilidades de novas áreas no sul e centro, reduzia-se a capacidade de reter força de trabalho. O crescimento das famílias - constituídas em torno de 10 membros -, a impossibilidade de fracionamento das pequenas unidades de produção e o esgotamento da fertilidade dos solos inviabilizavam o acesso à terra, por parte dos filhos mais novos; muitos deles acabavam migrando. Uma parte desse excedente deslocava-se para as zonas urbanas em expansão no Rio de Janeiro e na Guanabara, ou mesmo para Vitória, que dobrou sua população na década de 50. (36) A outra parcela dirigia-se para as áreas rurais em formação, compreendidas pelo norte do Estado e, também, pelas regiões vizinhas de Minas Gerais. A expansão cafeeira da década de 20 e a construção da ponte sobre o Rio Doce, em 1928, haviam

(36) - Apesar disso, a taxa de urbanização do Espírito Santo ainda era baixa em 1960: 29% da população habitavam as cidades e 71%, o campo.

marcado o início dessa ocupação. Com a crise, esse fluxo migratório rural-rural é refreado, mas, em fins dos anos 30, volta a intensificar-se, atingindo seu auge na década de 50. No final deste período, avolumam-se os conflitos em torno das condições de acesso à terra, no norte do Estado, dando mostras das dificuldades encontradas, para que a estrutura de pequena propriedade continuasse a reproduzir-se.

Em 1960, 58% dos estabelecimentos do Estado com mais de 1.000 ha estavam concentrados no norte. Embora esse dado revele uma estrutura fundiária mais concentrada, não se pode negar que a pequena produção se tenha expandido. Os dados relativos à composição da força de trabalho indicam que ali se estabeleceu, inicialmente, uma estrutura semelhante à da região central, de onde veio a maioria dos imigrantes. À medida que avançava a ocupação das terras menos férteis, próximas ao sul da Bahia, com a finalidade de praticar a pecuária extensiva, as apropriações passaram a realizar-se por grandes glebas, estabelecendo uma distribuição mais desigual da posse e reduzindo o uso da mão-de-obra familiar. Em fins dos anos 50, além das freqüentes invasões de terras devolutas, verificavam-se conflitos, envolvendo, inclusive, disputa por áreas já legitimadas.

Em resumo, durante esses trinta anos, assistiu-se à continuidade da expansão da agropecuária no Espírito Santo, verificando-se um aumento da produção mercantil, sem que se observassem ganhos significativos de produtividade. A cafei-

cultura, baseada na pequena propriedade, permaneceu como principal atividade, mas seu avanço nas regiões pioneiras encontrou limites que forçaram a ocupação do norte do Estado, reproduzindo aí sua estrutura característica. Contudo, a fronteira agrícola avançava para o extremo norte, por meio de grandes estabelecimentos voltados para a pecuária extensiva, ocasionando uma redistribuição espacial da atividade agropecuária, acompanhada de ligeira elevação nos índices de concentração da posse de terra.

No período compreendido entre 1945 e 1955, os preços internacionais do café quadruplicaram. Se o peso relativo da cafeicultura na geração da renda estadual já era grande, durante esses dez anos acentuou-se. Os estímulos advindos das elevadas cotações terminaram por desembocar em uma crise de superprodução, acompanhada de quedas sucessivas dos preços, a partir da segunda metade dos anos 50.

A seguir, serão analisadas suas conseqüências para o Espírito Santo.

4. A Erradicação dos Cafezais

A dinâmica do setor cafeeiro no Brasil, desde o início do século, esteve fortemente determinada pela intervenção do Estado. Na seção anterior, mostrou-se que a ação do governo federal, através das políticas de sustentação dos preços do café e de defesa da renda, não abalou significativamente a

cafeicultura e a economia capixaba, inclusive durante a crise dos anos 30. A razão concreta desta rigidez encontrava-se na sua característica estrutura fundiária. A unidade celular da economia - a pequena propriedade familiar - não absorvia os mecanismos da intervenção e era imune às baixas dos preços.

A partir de 1955, o preço do café exportado iniciou um movimento de queda, contido apenas em meados da década seguinte (ver Tabela 8). A crise daí resultante suscitou novas

TABELA 8. PREÇO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO DO CAFÉ. ESPÍRITO SANTO.
1945/1983. (US\$/SACA DE 60 Kg)

ANOS	PREÇOS	ANOS	PREÇOS	ANOS	PREÇOS
1945	16,18	1958	53,36	1971	44,68
1946	22,41	1959	41,98	1972	55,81
1947	28,17	1960	42,37	1973	67,83
1948	28,85	1961	41,86	1974	73,81
1949	32,61	1962	39,24	1975	63,96
1950	58,34	1963	38,27	1976	153,70
1951	62,79	1964	50,83	1977	259,19
1952	66,07	1965	52,40	1978	182,81
1953	70,05	1966	45,41	1979	193,81
1954	86,83	1967	42,29	1980	182,21
1955	61,61	1968	41,88	1981	110,25
1956	61,67	1969	43,11	1982	123,60
1957	59,05	1970	57,46	1983	131,33

FONTE: IBC. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1927/1970 (50 Anos).
____. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, 1984.
in MORANDI, A. M., ROCHA, H. C. Antecedentes e evolução da economia capixaba. Vitória. UFES/CCJE/Depto. de Economia/ Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1986. p. 28.

fórmulas de controle econômico para o setor, as quais vieram acompanhadas por fortes instrumentos de interferência na esfera da produção. A política cafeeira praticada a partir deste período não se restringiu, apenas, a sustentar os preços internacionais pela retenção de estoques, mas agiu firmemente no sentido de introduzir transformações tecnológicas na atividade produtiva, criando-se condições objetivas para promover uma rápida destruição da antiga estrutura da produção cafeeira. Na realidade, a melhoria das condições técnicas de produção sempre esteve inserida, enquanto proposta, em vários planos e programas elaborados para a agricultura brasileira, no passado. Contudo, nunca se produziram efeitos fenomenais. Somente a partir de meados dos anos 60, foram encontradas as condições históricas necessárias para sua concretização. (37) Foi diante dessa crise, bem como por força dos mecanismos implementados com objetivo de superá-la, que tiveram início, no Espírito Santo, profundas alterações em sua estrutura agrária, alterações que não haviam sido logradas nem pela tentativa de industrialização, levada a cabo por Jerônimo Monteiro, no início do século, nem pela profundidade da crise dos anos 30.

Em 1959, iniciou-se a execução do Plano de Renovação da Lavoura de Café. (38) Seu objetivo era diminuir a ca-

(37) - Uma vez que aí se inicia o que na literatura ficou conhecido como "modernização conservadora", tem-se implícito, na dimensão deste conceito, aquilo que se está sugerindo como condições históricas.

(38) - Sobre os planos e programas do setor cafeeiro no Brasil para o período em análise, ver GUARNIERI, L.C. *Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeeicultura*. Campinas, 1979.

pacidade produtiva pela erradicação de cafeeiros velhos e, si multaneamente, renovar as plantações, substituindo os pés arrancados por novos à razão de uma muda para cada três pés velhos. Para implementar o Plano foi criada a Comissão de Erradicação de Cafezais Deficitários, da qual resultou a proposta de criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA. O novo órgão deveria traçar diretrizes para a cafeicultura e, ao mesmo tempo, colaborar com a política econômica global, dado que as políticas para o setor cafeeiro afetavam, em profundidade, o controle monetário e cambial do país. Assim, sua composição envolvia membros do IBC e representantes de outros órgãos e ministérios.

Em 1962, o GERCA elaborou o seu Plano Diretor, com objetivo precípuo de reduzir a produção excessiva de café, por meio do planejamento da esfera produtiva. Diagnosticavam-se futuras elevações nas quantidades produzidas, sem o concomi tante crescimento dos mercados, o que provocaria uma tendência à ampliação dos estoques. Isso era apontado como um foco inflacionário, pois exigiria brutal elevação do gasto público com aquisição de excedentes e construção de armazéns. Para eliminá lo, propunha-se a erradicação dos cafeeiros antieconômicos e a ocupação de parte das áreas liberadas com culturas que propiciassem o aumento da oferta interna de alimentos a preços mais baixos. Para não comprometer o futuro da cafeicultura, uma par cela dos cafezais deveria ser renovada em condições técnicas corretas, pois a baixa produtividade e a ineficiência econômi-

ca das explorações eram resultado de uma estrutura incorreta de custos, onde os custos fixos representavam alta porcentagem dos custos totais da lavoura. Portanto, encontrava-se implícito no Plano não só a intenção de substituir culturas, mas também de promover transformações qualitativas na agricultura.

O principal instrumento para a consecução destes objetivos deveria ser o crédito oficial, cujos agentes executores seriam o GERCA e o Banco do Brasil. Para promover a erradicação, conceder-se-ia um crédito, o qual se converteria em indenização, uma vez constatada a diversificação da área liberada. Exigia-se, ainda, a apresentação de um projeto técnico para a liberação do empréstimo. Essa preocupação com mudanças na base técnica estava, também, presente nos objetivos de diversificação, para os quais seriam concedidos financiamento de custeio, acoplados com incentivos para o uso de fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas e melhores técnicas de aproveitamento do solo.

Na realidade, os resultados alcançados não foram exatamente aqueles previstos na concepção original do Plano. A preocupação em não executá-lo com "recursos inflacionários" determinou um corte nos orçamentos e conseqüente redução das metas, mantendo-se, no entanto, prioridade para os objetivos de erradicação e diversificação. Aproximadamente 80% dos recursos alocados em 1963 foram destinados à erradicação. De junho de 1962 a agosto de 1966, foram destruídos, no Brasil, 723 milhões de pés, correspondendo a uma área liberada de 818 mil hectares. Mais de 80% desses totais concentraram-se no pe-

ríodo compreendido entre junho de 1962 e dezembro de 1963. No Espírito Santo foram erradicados 68 milhões de pés, liberando uma área de cerca de 51 mil hectares. Esses números ficaram distantes daqueles inicialmente propostos. Mesmo no Espírito Santo, onde estava presente parcela significativa dos cafezais ineficientes, não ocorreram maiores traumas, pois havia preocupação por parte do GERCA em vincular a erradicação a um percentual do número de cafeeiros e à capacidade produtiva de cada propriedade.

A recuperação das áreas liberadas, por sua vez, frustrou-se quanto aos objetivos de diversificação. A tendência de preços baixos para alimentos e matérias-primas, destinados ao mercado interno, não estimulou os produtores mais capitalizados, enquanto os pequenos não tiveram acesso fácil aos financiamentos, dada a obrigação de oferecerem propriedades como garantia dos empréstimos. Tampouco a renovação dos cafezais teve sucesso: apenas 0,5% da área erradicada foi reocupada com novos plantios, quando a meta prevista era de 8,3% para o Brasil. No Espírito Santo, este percentual foi ainda menor: do total da área erradicada, apenas 0,2% destinaram-se aos novos cafeeiros, cerca de 70% foram ocupadas por pastagens, 10% com mandioca, 9% com milho e o restante distribuiu-se entre outras culturas.

O fracasso inicial do Plano Diretor estava representado pelo acúmulo de 60 milhões de sacas de café, em poder do governo, no decorrer daqueles anos. Na órbita da produção, continuavam baixos os níveis de produtividade e rendimento.

to. Isto conduziu o GERCA a estabelecer para o período 1966/1967 o segundo Programa de Erradicação. A mais importante alteração nos instrumentos de intervenção foi uma elevação considerável da indenização paga por cafeeiro erradicado. Desta feita, os resultados superaram as metas previstas. Entre 1966 e 1967, foram destruídos, no Brasil, mais de 655 milhões de pés e liberados 674 mil hectares. Cerca de 35% destes totais (235 milhões de pés e 239 mil hectares) corresponderam à contribuição capixaba, ou seja, o Espírito Santo foi o Estado relativamente mais atingido, superando em mais de duas vezes a cota que lhe cabia. Este resultado deveu-se em grande medida à predominância de cafeeiros de menor produtividade e de cafeicultores em pior situação financeira, o que determinou alta receptividade para as indenizações oferecidas pelo GERCA. Quanto à diversificação, pouco se fez de concreto nestes dois anos, pois sequer haviam sido formuladas as diretrizes, cujos estudos ainda encontravam-se em execução. Em março de 1967, por ocasião das mudanças políticas e administrativas no Governo Federal, as propostas de reocupação das áreas liberadas foram momentaneamente abandonadas.

Os efeitos da erradicação cafeeira promovida em 1966/1967, no Espírito Santo, podem ser resumidos pela seguinte citação:

1. Erradicação de 167.000ha (45% da área total de café existente em 1966).

2. Liberação de 50.000 empregos e conseqüentemente marginalização de 150.000 habitantes rurais (20% da mão-de-obra agrícola do Estado em 1967).
3. Redução da safra de café em 336.000sc. beneficiadas (22% da média do período 64/67).
4. Decrêscimo de NCr\$ 38.568.580,00, a preços de 1967, da renda do café para o produtor primário (16,9% do PBA apurado para 1967). (39)

A patente clareza de resultados traumáticos no âmbito social levou o governo federal a implementar o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. A dificuldade em ampliar o mercado interno havia tornado infrutíferos os incentivos à produção de alimentos, o que resultou no abandono desse objetivo. O sentido da diversificação passou, então, a orientar-se para a produção de exportáveis. No entanto, as deficiências de infra-estrutura das zonas erradicadas eram apontadas como um entrave à competitividade internacional dos produtos que viessem a ser produzidos, pois elevavam os custos entre o pós-colheita até o porto de embarque. Partindo desse diagnóstico, o Programa teria como principais objetivos, em primeiro lugar, dotar as regiões cafeeiras de infra-estrutura

(39) - ESPÍRITO SANTO (ESTADO), Governo. *Plano de diversificação e desenvolvimento agrícola: síntese*. Vitória, 1969, p. 1.

adequada (eletrificação rural e construção de estradas) e, em segundo, promover a industrialização dos produtos agrícolas substitutivos. Haveria, ainda, recursos a serem alocados em pesquisa, experimentação e assistência técnica.

É interessante observar que, apesar destes objetivos gerais terem definido o Programa, o Governo do Espírito Santo havia elaborado um Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola que continha outras sugestões. Constatava-se que as dificuldades impostas pelo mercado impediam a diversificação com produtos destinados ao mercado interno.

As novas culturas exigiam elevados gastos de custeio para obterem rendimentos competitivos. As terras erradicadas encontravam-se desgastadas pela erosão e pelo uso incorreto do solo, além de possuírem topografia inadequada para os novos padrões tecnológicos então solicitados. Por tudo isso, compreendia-se a preferência pela pecuária na reocupação daquelas áreas. A mão-de-obra familiar tendia a alugar ou alienar suas terras para os maiores proprietários, os quais se dedicavam à pecuária extensiva.

A solução então proposta na versão local do Plano de Diversificação era uma forte ação institucional no sentido de "comercializar artificialmente" todo o possível excedente de produção, criando segurança e eliminando incertezas. Esta segurança seria suficiente para estimular a substituição.

O GERCA não aceitou reeditar políticas semelhantes àquelas que, no passado, haviam criado problemas para as finanças públicas. É bom lembrar que a própria erradicação tinha como uma de suas finalidades evitar o desembolso de recursos estatais na compra de estoques e construção de armazéns. Não era salutar eliminar uma sangria do Tesouro introduzindo outra. A proposta capixaba parece não ter encontrado acolhida, uma vez que nenhuma ação institucional foi promovida no sentido de criar mercados agrícolas artificiais. Assim, a fim de implementar seu Programa, o GERCA concedeu empréstimos para a efetivação de projetos agroindustriais, infra-estrutura e compra de equipamentos. Foram celebrados convênios com as Companhias e Bancos de Desenvolvimento dos Estados atingidos, que passaram a ser as instituições executoras dos financiamentos. (40) Além disso, o IBC firmou convênios com instituições estaduais de pesquisa. O espaço agrícola liberado pela erradicação dos cafezais no Espírito Santo - que deveria ser reutilizado com culturas que propiciassem a elevação na oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, reempregasse a mão-de-obra - foi, na realidade, reocupado principalmente com pastagens. As atividades agroindustriais implantadas com apoio do IBC/GERCA direcionaram-se, prioritariamente, para a nova conformação agropecuária. Ou seja, a maior parte das a-

(40) - Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo - CODES, Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR, Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG e Banco do Estado de São Paulo - BANESPA.

plicações destinaram-se para as indústrias da carne, do café e do açúcar. A primeira, ligada à expansão das pastagens, e as duas últimas, vinculadas à modernização de lavouras tradicionais. Desta forma, torna-se fácil perceber que o Programa de Diversificação não conseguiu resolver os problemas relativos ao desemprego da força de trabalho e a geração de maior oferta de alimentos. Pois, por um lado, nem a pecuária nem as agroindústrias tinham capacidade de reabsorverem o contingente desocupado. Por outro lado, a concentração de renda, resultante do modelo de crescimento econômico brasileiro, inviabilizava a criação de mercados capazes de sustentar uma rentabilidade atrativa para o cultivo de alimentos.

5. Modernização da Agricultura e Industrialização

Após o esforço de industrialização, empreendido por Jerônimo Monteiro, no início do século, não houve qualquer experiência de proporções semelhantes. O fracasso na tentativa de implantar unidades não-tradicionais - como as fábricas de papel, óleos, cimento e mesmo as serrarias - resultaram em baixo dinamismo da indústria de transformação, no Espírito Santo, durante as décadas seguintes.

De 1919 a 1939, a indústria local cresceu a uma média de 2% ao ano, enquanto para o Brasil esta taxa foi de 5,9%. Ao iniciar-se a década de 20, o gênero Produ-

tos Alimentares - constituído basicamente por "indústrias rurais" (notadamente aquelas voltadas para o beneficiamento do café) e pelas usinas de açúcar - perfazia mais de 70% do valor da produção industrial. O segundo gênero em importância era o Têxtil, que atendia, principalmente, à demanda de sacaria para o café. Em terceiro lugar, estavam as atividades madeireiras, onde se destacavam as serrarias. Até 1940, a única alteração de maior relevância dentro deste quadro foi o início das operações da fábrica de cimento, em Cachoeiro de Itapemirim, responsável pelo crescimento do gênero Minerais não-Metálicos.

Na década de 40, a indústria capixaba parecia ter ganho maior impulso. Sua participação no valor da produção industrial brasileira elevou-se de 0,35%, em 1939, para 0,71%, em 1949. Na realidade, apenas havia recuperado uma posição já conquistada trinta anos antes, perdida após o fracasso da experiência de Jerônimo Monteiro, quando o Estado se retirou do esforço de industrialização. A taxa média do crescimento industrial, no Espírito Santo, durante os anos 40, foi de 15% ao ano, enquanto para o Brasil foi de 7,2% ao ano. Apesar da magnitude dessa diferença é importante ter-se em conta que o valor da produção industrial, utilizado para estimar estas taxas, embute, no seu cálculo, para o Espírito Santo, um componente inteiramente dependente das variações dos preços do café. Conforme foi explicitado, parcela significativa da produção correspondia

ao beneficiamento, torrefação e moagem de café, donde se conclui que os movimentos de seu preço influenciavam fortemente o valor da produção industrial capixaba. Como as cotações estiveram em alta durante a década de 40, era natural que a participação do Espírito Santo na indústria nacional se elevasse. Não é de estranhar-se que tenha ocorrido uma queda dessa participação relativa ao final dos anos 50, quando a redução nos preços do café contribuiu significativamente para derrubá-la a um patamar inferior (0,26%), (41)

Apesar da influência dos preços do café no valor da produção industrial capixaba, não se pode negar a ocorrência de uma ligeira diversificação ao findar a década de 50 (ver Tabela 9). Dentro do gênero Produtos Alimentares houve crescimento da produção açucareira e elevação do peso relativo do abate de animais. Este último, como também o subgênero Laticínios, foi beneficiado, tanto pela crise da cafeicultura dos anos 50 - a qual abriu espaço para a pecuária leiteira no sul -, quanto pelo crescimento dos mercados urbanos. Essa expansão realizou-se, também, por meio do desbravamento da fronteira no extremo norte. Ainda em relação à produção alimentar, destacam-se dois importantes eventos. O primeiro relaciona-se com a expansão da

(41) - Os dados do Censo Industrial do Espírito Santo de 1939 revelam uma participação relativa de 69% do subgênero Beneficiamento, Torrefação e Moagem de Produtos Alimentares no total do valor da produção industrial do gênero Produtos Alimentares. Este percentual eleva-se para 79,3%, em 1949, e cai para 37,9%, em 1959.

TABELA 9. PARTICIPACAO RELATIVA DOS PRINCIPAIS GENEROS NA FORMACAO DO VALOR BRUTO DA PRODUCAO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO. ESPIRITO SANTO. 1949-1980.

1949		1959		1970		1975		1980	
GENEROS	%	GENEROS	%	GENEROS	%	GENEROS	%	GENEROS	%
PROD. ALIMENTARES	76,8	PROD. ALIMENTARES	43,9	PROD. ALIMENTARES	40,4	PROD. ALIMENTARES	34,6	PROD. ALIMENTARES	32,9
MADEIRA	8,6	MADEIRA	20,8	MADEIRA	21,2	METALURGIA	17,4	PAPEL E PAPELÃO	11,5
TEXTIL	3,5	TEXTIL	7,9	METALURGIA	10,0	MADEIRA	15,9	METALURGIA	10,4
MIN. NAO METALICOS	3,3	MIN. NAO METALICOS	7,4	MIN. NAO METALICOS	9,7	MIN. NAO METALICO	10,6	MIN. NAO METALICOS	10,4
BEBIDAS	2,0	MOBILIARIO	3,7	TEXTIL	3,3	MAT. DE TRANSP.	4,4	MADEIRA	7,8
METALURGIA	1,4	METALURGIA	3,1	MOBILIARIO	2,6	TEXTIL	2,8	QUIMICA	4,9
PERFUMARIA	1,1	EDIT. E GRAFICA	2,6	BEBIDAS	2,3	VEST. E CALCADOS	2,6	MECANICA	3,6
EDIT. E GRAFICA	0,9	VEST. E CALCADOS	2,3	QUIMICA	2,3	MOBILIARIO	2,1	VEST. E CALCADOS	3,5
MOBILIARIO	0,8	PERFUMARIA	2,3	MAT. DE TRANSP.	2,2	QUIMICA	2,0	MAT. DE TRANSP.	2,7
VEST. E CALCADOS	0,6	BEBIDAS	1,6	VEST. E CALCADOS	2,1	EDIT. E GRAFICA	1,5	BEBIDAS	2,5
TOTAL	99,0		95,6		96,1		93,9		90,2

FONTE: CENSO INDUSTRIAIS DO ESPIRITO SANTO.

fábrica de chocolates, conhecida nacionalmente pela marca "Garoto", que, em fins da década de 50 já possuía uma capacidade para produzir 80t mensais de chocolates, atingindo mercados fora do Espírito Santo. "Constituiu-se no desdobramento natural da diversificação da agricultura que, a partir de 1917, iniciou a cultura do cacau, no vale do Rio Doce, com o apoio do Estado." (42) O segundo fato a destacar foi a instalação, em 1956, do Moinho Vitória, localizado estrategicamente próximo a um cais de porto, na capital.

Os demais gêneros da indústria ainda eram de menor importância. No setor Têxtil, apenas a Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim estava em operação no ano de 1940. Em 1941, foi fundada, em Vitória, a Cia. União Manufatora de Tecidos, destinada a produzir sacos de juta amazonense. Com relação à indústria madeireira, é notório o crescimento de seu peso relativo, resultado do alargamento dos mercados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, da melhoria das condições viárias e da expansão da fronteira agrícola, que permitiram penetrar em florestas até então inexploradas. No que se refere aos Minerais, seu bom desempenho deveu-se ao crescimento dos subgêneros Cimento e Britamento e Aparelhamento de Pedras. Neste período, um grupo privado, que havia arrendado a velha fábrica de cimento, construiu outra planta industrial, com capacidade de produ

(42) - ROCHA, H.C.; COSSETTI, M. da P. *Op. cit.*, p. 210.

zir 28 mil sacos de cimento por dia, suficiente para abastecer o Estado e, ainda, exportar para o Rio de Janeiro. O Aparelhamento de Pedras compreendia empreendimentos localizados no sul do Estado, dedicados especialmente à extração e beneficiamento do mármore, em Cachoeiro de Itapemirim. É necessário considerar, ainda, a Metalurgia, cuja base, inexpressiva em 1939, apresentou um salto quantitativo e qualitativo com o "start-up" da Companhia de Ferro e Aço de Vitória, em 1945.

Apesar de a indústria capixaba ter-se expandido durante o período, as grandes transformações no setor somente iriam ocorrer nas décadas seguintes.

A partir de meados da década de 50, dois fatores irão influir decisivamente na conformação futura da economia do Estado, particularmente na sua estrutura industrial. O primeiro deles diz respeito aos investimentos industriais e infra-estruturais, realizados sob o Plano de Metas. O segundo refere-se à crise provocada pela superprodução de café e as conseqüências do Programa de Erradicação, levado a cabo pelo IBC/GERCA, na década de 60.

O Plano de Metas, concebido para promover maior integração vertical da estrutura industrial brasileira, apesar de ter-se concentrado no eixo regional já industrializado do país, estabeleceu alguns projetos para o Espírito Santo. A Companhia de Ferro e Aço de Vitória - COFAVI - e a Itabira Agro-Industrial S/A (fábrica de cimen

to) são exemplos de unidades expandidas no seu bojo. Na área de infra-estrutura, foram reativadas as obras de construção da usina hidrelétrica do Rio Bonito e a implantação da Usina de Suíça, cujos resultados, em termos de produção energética, concretizaram-se ao longo da década de 60. A malha rodoviária ganhou seu eixo fundamental a partir da BR-101, ligando o Estado aos principais centros consumidores. As obras na área de transportes tiveram continuidade, ao longo dos anos 60, com a implantação da BR-262 e da BR-259, além das vicinais asfaltadas, executadas pelo Estado, com apoio dos créditos dos programas do IBC/GERCA. A infra-estrutura portuária teve um grande impulso, tanto na órbita do Porto de Vitória, quanto na construção do Porto de Tubarão. Os efeitos do Plano de Metas sobre o ritmo de crescimento da economia e dinamização/integração do mercado nacional abriram espaço para que o Espírito Santo ampliasse o fornecimento de produtos nos mercados consumidores, constituídos pelos Estados vizinhos, estimulando os setores agrícola e industrial. Quanto à erradicação dos cafezais, tornou-se patente a necessidade de uma ação direta por parte do Estado, no sentido de criar maiores estímulos às atividades substitutivas. O governo federal instituiu o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras para o qual foi criado o Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura - FUNDEC - e firmado um acordo de cooperação financeira entre o IBC/GERCA e a recém-criada Compa-

nhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - CODES -, cabendo a esta última administrar o fundo. Os financiamentos deveriam ser destinados a projetos que propiciassem a criação de infra-estrutura (eletrificação, estradas), a industrialização dos produtos agrícolas substitutivos e às atividades de pesquisas, assistência técnica, experimentação, etc. A prioridade das aplicações foi dada aos projetos agroindustriais, permitindo a implantação/expansão de várias unidades produtivas (frigoríficos, fabricação de café solúvel, carvoaria, serraria, etc.) (ver Tabela 10).

Tais políticas não solucionaram os problemas do desemprego e da grave crise econômica e social daí resultante, propiciando às lideranças políticas e empresariais locais o argumento necessário para iniciarem reivindicações, junto ao governo federal. Pleiteava-se incluir o Espírito Santo na área da SUDENE, e, assim, obter os benefícios proporcionados pelos incentivos fiscais, o que não foi logrado. O Estado continuou a configurar-se como área atrasada, sem os benefícios obtidos pelo Norte e Nordeste, e inserido na região mais desenvolvida do país. As pressões políticas para conquistar-se tratamento diferenciado culminaram com o Decreto-Lei nº 880, de 1969, que passou a regulamentar incentivos fiscais para o Espírito Santo, nos moldes daqueles existentes para a área da SUDENE. Criou-se o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - FUNRES -, cuja finalidade era prestar assistência financeira, sob a

TABELA 10. APLICACAO DE RECURSOS DO PROGRAMA DE DIVERSIFICACAO DAS REGIOES CAFFEEIRAS NO ESPIRITO SANTO. 1967 - 1970

FINALIDADES	Cr\$ MILHOES	%
AGROINDUSTRIA	11,5	62,5
IND. DO LEITE	0,1	0,5
IND. DA CARNE	2,0	15,2
IND. DA MANDIOCA	0,2	1,1
RACAO	0,2	1,1
SERRARIA	0,7	3,8
IND. DO ACUCAR	1,9	10,3
IND. DO SIZAL	0,2	1,1
IND. DO ALBODAO	0,4	2,1
MOVEIS	0,6	3,2
VESTUARIO	0,1	0,5
LATAS	0,6	3,2
APICULTURA	0,2	1,1
REFLORESTAMENTO	1,5	8,1
IND. DO CAFE	2,0	10,9
INFRA-ESTRUTURA	5,5	29,9
EXPERIMENTACAO	1,4	7,6
TOTAL	18,4	100,0

FONTE: IBC/GERCA - RELATORIOS 1967 a 1970 in GUARNIERI, L.C.,
Op. cit., p. 136.

forma de participacão acionária e de operaes de crédito, a empreendimentos industriais e agropecuários, localizados no Estado do Espírito Santo. Com esse mecanismo foi possível a implantao e expansão de vários outros projetos agroindustriais.

Na década de 70, a economia capixaba continuou a ser palco de significativas transformaes. A agri-

cultura passou por intensa modernização, enquanto a indústria de transformação expandiu-se sob o impacto da instalação de grandes projetos.

Quanto ao setor agrícola, cabe ressaltar a dimensão nacional do processo de modernização, no qual se verificou o aprofundamento das relações capitalistas e modificações na base técnica dos segmentos, onde, até então, o processo de trabalho e de produção não havia se submetido diretamente ao capital. Pela transferência maciça de recursos via crédito subsidiado, promoveu-se a integração da agricultura com os setores industriais, produtores de meios de produção (máquinas, fertilizantes, inseticidas, herbicidas, etc.) e processadores de produtos agrícolas.

A agricultura capixaba não ficou à parte deste processo. A retomada do plantio de novos cafezais, ao longo da década de 70, bem como o crescimento da atividade pecuária e das culturas temporárias foram realizados sob esta nova base. Foi possível a integração da agricultura com a indústria, cujo reflexo em nível regional revelou-se não só pelo aproveitamento dos produtos agropecuários locais, mas também daqueles produzidos em outras regiões do país, caracterizando sua completa inserção em um "mercado nacional". Realizou-se uma diversificação dentro do gênero industrial Produtos Alimentares: o segmento café perdeu expressão e cresceram as atividades ligadas à pecuária bovina. Por outro lado, com a conformação de um perfil de consumo ditado pelo proces

so de urbanização e concentração da renda, ampliaram-se a pauta e o grau de exigência de produtos mais elaborados.

Além do crédito rural subsidiado, o projeto modernizante veio acompanhado por uma série de programas específicos de desenvolvimento e pesquisa agropecuária levados a cabo pelo governo federal. O Espírito Santo foi contemplado por vários deles, entre os quais destacam-se os programas de crédito para a pecuária, o Programa para Recuperação da Lavoura Cacaueira - Procacau -, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), o Programa Nacional de Recuperação e Aproveitamento de Várzeas (Provárzeas) e os Planos de Renovação e Revigoreamento dos cafezais. Outra política de órbita federal que gerou expressiva alteração no espaço agrícola capixaba foi a instituição dos incentivos fiscais para o reflorestamento. A área plantada com florestas homogêneas tornou-se relevante na década de 70, culminando com a implantação da Aracruz Celulose S/A.

Apesar de a Agroindústria Alimentar ter crescido ao longo desse período, a participação do gênero na Indústria de Transformação como um todo apresentou queda contínua, sem, contudo, perder seu papel de principal subsetor da indústria capixaba. A partir da segunda metade dessa década, o gênero Papel e Papelão surgiu com maior importância, enquanto Metalurgia e Minerais não-Metálicos apresentaram taxas elevadas de crescimento. Trata-se da expansão de setores complementares à economia brasileira - como a implantação de

unidades produtoras de ferro-gusa ou a expansão da produção siderúrgica da COFAVI - ou voltadas para exportação - como a implantação da unidade produtora de celulose (Aracruz Celulose S/A) ou de aço (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Estes empreendimentos surgiram sob a égide do II PND, num momento em que se verificava uma pequena desconcentração regional da indústria nacional, quando algumas regiões "periféricas" passam a ter certa funcionalidade na divisão interna do trabalho.

Na medida em que foi necessária e viável a exploração das potencialidades das diversas regiões do país, tornou-se factível uma ligeira desconcentração espacial da indústria. Esse processo só assumiu conotações mais claras a partir do momento em que a unificação do mercado nacional atingiu um certo nível de desenvolvimento, possibilitado, de um lado, pelo gigantesco esforço do Estado, na formação de infra-estrutura energética, de transportes e comunicações e, de outro, pelo elevado nível de maturidade e complexidade alcançado pela estrutura industrial brasileira. A década de 70 tornou-se um marco fundamental da desconcentração industrial brasileira, especialmente pelo ciclo de investimentos ligados ao II PND. (43)

(43) - A respeito da questão regional no Brasil, ver CANO, W. *Op. cit.*, e DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. *Mudança no padrão regional brasileiro; determinantes e implicações. Análise conjuntural*. Curitiba, IPARDES, 1986, p. 32-42.

A implantação de infra-estrutura e de grandes projetos industriais terminou por agregar novas características à economia capixaba. A industrialização criou economias externas que reforçaram as possibilidades de instalação de outras unidades industriais agregadoras de valor aos produtos e subprodutos que definiram inicialmente sua ligação com o centro dinâmico. O processo de urbanização e concentração/crescimento da renda daí decorrente criou o espaço necessário para a mercantilização e industrialização local de alguns tradicionais produtos de consumo não-duráveis (inclusive produtos agrícolas).

Os grandes projetos industriais passaram a ter peso significativo na geração de renda e na reabsorção da mão-de-obra expulsa das zonas rurais pela modernização da agricultura. Colocavam-se, assim, a industrialização e as transformações no campo como um processo indissolúvel de generalização das relações capitalistas no Brasil. Por exemplo, não se pode explicar o crescimento das favelas na Grande Vitória, durante esse período, exclusivamente pelo efeito atrativo gerado pela instalação das indústrias, mas há que se atentar, também, para o movimento de concentração fundiária e de transformações tecnológicas na agricultura. A expansão da siderurgia (COFAVI e o "start-up" do alto-forno da CST), a ampliação do parque gusseiro e das usinas de pelotas de minério de ferro e os níveis de produção mais elevados da Aracruz Celulose criaram, no Estado, uma estrutura industrial totalmente diferente daquela

dos anos 60 e início da década de 70. A produção industrial alimentar deixou de ser o mais importante gênero. Seu papel passa a estar completamente subordinado ao movimento daqueles setores "dinâmicos" recém-criados. A acelerada industrialização/urbanização, verificada a partir da implantação/expansão dos grandes projetos desencadeou elevações da renda interna, acima do que se verificou na média nacional. Mesmo durante a crise dos anos 80, a execução de grandes obras, inclusive de infra-estrutura urbana, impediu que a massa salarial regional caísse tanto quanto se observou no nível nacional. Isso garantiu fatia de mercado para alguns setores agroindustriais que cresceram pela implantação de novas unidades ou ampliação das existentes. Por outro lado, o apoio dos incentivos fiscais e das políticas federais de favorecimento às exportações e à produção de energéticos (Proálcool) contribuiu para levar a cabo a modernização da agricultura. A expansão do mercado urbano, associada a uma mais ampla integração com a economia nacional, propiciou, também, uma produção ampliada de alimentos básicos, cujas taxas de crescimento tornaram-se positivas nos anos 80.

Estes são os traços da inserção da economia caixaba no interior de uma divisão do trabalho entre as diversas regiões do território nacional. Na medida em que as atividades industriais, agrícolas e de transporte foram instaladas/ampliadas terminaram por gerar "vantagens locacionais" para instalação de outras atividades econômicas criadoras e/ou

transformadoras de produtos e subprodutos: minério de ferro, siderurgia, escória, cimento, alcatrão, carboquímica, reflorestamento, celulose, pecuária bovina, frigoríficos, laticínios, derivados, café, café solúvel, etc.

Enfim, industrialização pesada, modernização da agricultura e urbanização constituíram um processo único e resultante da acumulação capitalista operada no plano nacional. No nível local, o crescimento dos setores industriais e agrícolas encontraram-se subordinados a esta acumulação e ao poder de arrasto dos "grandes projetos", do mercado nacional e internacional. Ou seja, criou-se uma economia completamente diversa daquela antiga estrutura que se baseava na pequena propriedade rural.

II - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
NO ESPÍRITO SANTO

A intervenção do Estado foi fundamental no sentido de promover a modernização da agricultura brasileira. A partir de políticas gerais e específicas foi possível capitalizar produtores, desenvolver pesquisas e introduzir novos produtos e padrões de produção. Embora os governos estaduais tenham tido alguma independência em suas respectivas áreas de atuação, a influência das diretrizes do governo federal sobre as estruturas locais de produção determinou a tônica do desenvolvimento agrícola, a partir da década de 60. Isto foi resultado, por um lado, da própria expansão capitalista; por outro, do centralismo político que se seguiu ao golpe de 64, permitindo a formulação de políticas de amplo alcance, e desvinculadas da promoção específica de produtos e regiões; distintas, por exemplo, do que eram os antigos planos de valorização do café ou da borracha amazônica. Entre estas políticas de grande dimensão estava o crédito rural, cuja institucionalização apenas foi possível após a reforma financeira de fins dos anos 60. Obviamente, os programas e planos específicos para regiões, produtos ou setores não foram abandonados. Ao contrário, reativaram-se sob a tutela de um Estado centralizado e fortalecido pela sua capacidade de catalizar recursos.

Na primeira seção deste capítulo, será feita uma breve caracterização do movimento geral da modernização

agrícola no Brasil, sua periodização e seus aspectos de maior relevância. O objetivo desta exposição será resgatar elementos de um processo verificado no âmbito nacional e que devem servir de base para o entendimento das transformações observadas nas diferentes unidades da Federação.

Na segunda seção, analisa-se a evolução das culturas e da pecuária no Espírito Santo, a partir da década de 60. Procura-se relacionar o desempenho da agropecuária com as principais políticas agrícolas que afetaram o Estado e, em grande parte, responsáveis pelas transformações.

A terceira seção é dedicada à análise dos indicadores de modernização. Por meio deles será possível captar o ritmo e a intensidade do processo no Espírito Santo e compará-los com o resto do país. Entende-se como indicadores os dados que permitem observar as transformações na base técnica, nas relações de trabalho e no parque agroindustrial; e, ainda, os resultados sobre a estrutura fundiária, a produtividade de trabalho e o deslocamento das populações rurais.

1. Cronologia da Modernização no Brasil

Segundo G. Martine, a modernização agrícola no Brasil compreende quatro períodos distintos: o pós-guerra até 1965, de 1965 a 1979, de 1980 a 1984 e de 1985 até hoje. (44)

(44) - MARTINE, G. Modernização agrícola e emprego rural no Brasil. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural da SOBER*. Piracicaba, 1989, p. 162-189.

Em termos gerais, o primeiro período corresponde a uma fase em que a "indústria brasileira para agricultura" não estava ainda constituída, sendo possível, apenas, uma lenta e gradual melhoria na base técnica, pela introdução de máquinas e insumos importados. Além de não ter sido um movimento de rápidas mudanças, esta modernização não se generalizou por todo o território nacional, mas apresentou-se extremamente concentrada regionalmente: por exemplo, São Paulo e Rio Grande do Sul ainda detinham expressiva parcela da frota nacional de tratores, em 1960.

De 1965 a 1979 ocorre a segunda fase da modernização, agora caracterizada por rápidas transformações no campo. Durante este período, enquanto, por um lado, os mercados interno e externo determinavam a evolução e a composição das safras, por outro, o Estado agregava amplo apoio às atividades agropecuárias, por meio do crédito subsidiado. Por este instrumento eram introduzidos verdadeiros "pacotes tecnológicos", que somados aos programas especiais, à pesquisa e à assistência técnica, criaram um padrão de modernização, onde os maiores produtores, em terras mais férteis, conseguiram capitalizar-se e avançar tecnologicamente. Os setores atingidos tornaram-se capazes de produzir, de modo competitivo, para o mercado internacional e/ou de integrar-se em diversos graus às agroindústrias. Em oposição, uma parte dos menores produtores, descapitalizados ou sem condição de acesso às políticas agrícolas, mantiveram-se atrasados técnica-

mente. Esses setores marginalizados, quando conseguiram sobreviver, o fizeram a partir de uma agricultura de subsistência, à base de mão-de-obra familiar, cujo excedente era comercializado a preços baixos nos mercados urbanos. Essa foi a fase de consolidação do complexo agroindustrial. A agricultura passou a ser determinada pela dinâmica industrial de produção. Ocorreu rápida transformação na base técnica, na composição das culturas e na estrutura do emprego agrícola. As relações de trabalho no campo modificaram-se em grande velocidade. Elevou-se a participação do trabalho assalariado, principalmente o temporário, e a utilização de mulheres e crianças em tarefas esporádicas. Concretizou-se a expropriação de grande número de pequenos produtores - proprietários, arrendatários ou posseiros - que se transformaram em força de trabalho livre. Uma massa expressiva dessas pessoas migrou para as cidades e incorporou-se a um crescente mercado de trabalho urbano desqualificado. Mesmo residindo na periferia dos centros urbanos, uma parcela dos migrantes veio constituir uma nova categoria de trabalhador rural, o "bóia-fria", cuja sazonalidade no emprego adequou-se prontamente aos objetivos da produção capitalista no campo.

Em fins da década de 70, este padrão de modernização começou a apresentar seus limites, iniciando uma terceira fase que se estendeu até 1984. A crise financeira e a política de ajuste econômico, adotada em princípios dos anos 80, afetaram as fontes de crédito, o mais importante instru-

mento da intervenção governamental. As operações do Banco do Brasil, o grande agente financeiro-institucional, foram severamente atingidas: sua participação no crédito rural caiu de 79%, em 1980, para 57%, em 1983. (45) Os bancos privados, por sua vez, tinham obrigação legal de destinar ao crédito agrícola um percentual sobre os depósitos líquidos. (46) Porém, as altas taxas de inflação e de juros existentes no período levaram a uma grande mudança na composição dos depósitos captados pelo sistema bancário, caindo acentuadamente aqueles, sob a forma de depósitos à vista. O resultado final foi uma grande retração do volume de recursos disponíveis para investimento, custeio e comercialização. As condições de operação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) também mudaram. A taxa de juros foi, progressivamente, reajustada até tornar-se positiva na safra 1984/1985. Ao lado do encarecimento do crédito, os Valores Básicos de Custeio (VBC) passaram a ser fortemente subestimados, levando os produtores a cortar custos - com impacto negativo sobre a produtividade - e/ou a aumentar, ainda mais, o aporte de recursos próprios e/ou de crédito a juros de mercado, elevadíssimos durante o período.

Este quadro geral negativo, no entanto, apresentou contornos diferenciados. Na realidade, a política cre

(45) - BUIANAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. de. A trajetória recente da agricultura: da recessão à recuperação. In: *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 66.

(46) - Os depósitos líquidos correspondem aos depósitos à vista, menos o compulsório, a parcela do crédito obrigatório às pequenas e médias empresas e as operações com o IAPAS.

ditícia passou a ser mais seletiva, privilegiando um número limitado de produtores modernos, os quais foram direcionados para atividades relacionadas com os objetivos de ajuste externo (trigo, soja, cacau, laranja). Algumas atividades foram beneficiadas com políticas agressivas (Proálcool), e outras por excepcionais condições do mercado internacional (laranja, café). Para os produtos vinculados exclusivamente ao mercado interno restou, apenas, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que permaneceu passiva nos primeiros anos da década: os preços mínimos "eram em geral irrealistas (por incorporarem previsão de inflação que raramente correspondia à inflação real) e sequer refletiam os custos de produção". (47) Somente a partir de 1983 - com a violenta retração do crédito subsidiado, a elevação do patamar inflacionário e o aprofundamento da recessão - o governo interveio nos mercados agrícolas, reajustando, para cima, os preços mínimos de garantia.

O conjunto destas mudanças na política agrícola, que a princípio não conformavam qualquer formulação a longo prazo para a agricultura, permitiram, no mínimo, manter os níveis de produção, herdados da etapa anterior. A retração do mercado interno e a própria incapacidade de continuar-se destinando à agricultura a mesma magnitude de incen-

(47) - BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. de. Crescimento e crise na agricultura brasileira em 1987. In: *A heterodoxia em xeque*. Campinas, Bienal-UNICAMP, 1988, p. 55.

tivos da década de 70 reduziram a atratividade do setor, seja para o capital que poderia direcionar-se para atividades produtivas, seja para aquele de cunho financeiro-especulativo. O resultado surpreendente foi um crescimento no número de pequenos estabelecimentos e, conseqüentemente, uma queda na área média, que retornou aos patamares de 1975. Esse processo de minifundização, ocorrido notadamente no Nordeste, foi acompanhado pelo ressurgimento daquelas categorias, que, até então, estavam sendo rapidamente destruídas: posseiros, parceiros e pequenos proprietários.

Durante o período, além do reduzido ritmo de crescimento da área cultivada, principalmente devido a uma retração das lavouras permanentes, reduziu-se, também, o ritmo de crescimento da pecuária bovina, que deixou de ter o Sudeste como seu espaço privilegiado e transferiu-se para o Centro-Oeste e o Norte. Este movimento foi realizado com uma incorporação mais lenta de tecnologia e de fronteira agrícola.

Finalmente, a última fase (1985-1989) caracterizou-se por uma sucessão de super-safras, ao contrário do que se poderia prognosticar pela observação da conjuntura desfavorável. Em 1984, o volume real de crédito agropecuário total diminuiu 39%, em relação ao ano anterior, e 62%, em relação a 1979, o que colocou a disponibilidade real de crédito pouco acima do nível de 1972. Praticamente todos os subsídios creditícios foram retirados, restando apenas a PGPM como instrumento de política agrícola.

Embora os gastos com a política agrícola não tivessem um peso tão grande no orçamento federal, é evidente que o Tesouro não teve condições de suportar, por anos sucessivos, uma política de preços mínimos ativa, em condições de crise financeira do Estado. Por outro lado, a necessidade de combater a inflação também acabou colocando um limite para os reajustes dos preços de alimentos e matérias-primas básicas para o abastecimento interno. Assim, a subordinação da política agrícola aos objetivos gerais de controle macroeconômico conduzia o governo a adotar uma política cambiante em relação ao controle dos mercados agrícolas. Mas as supersafras ocorreram. Em um primeiro momento, foi possível sustentar, com políticas ativas, o aumento de produção que atendeu ao aquecimento da demanda interna e aos programas sociais da Nova República. Em um segundo momento, após o fracasso do Plano Cruzado e sob uma política não-agressiva de preços mínimos, foi possível liberar excedentes para exportação e manter o nível elevado das safras, devido a uma conjuntura climática desfavorável na América do Norte, em 1988.

A inexistência de dados não permite análises definitivas a respeito das mudanças na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e nas condições técnicas de produção durante o período. É certo, porém, que houve maior politização das discussões em torno das propostas de reforma agrária e acirramento das lutas camponesas pela posse da terra.

Estes foram os traços gerais da modernização agrícola havida no Brasil. Embora não tenham sido abordadas todas as suas faces, a periodização realizada deve servir de referência para a análise desse processo, no Espírito Santo.

2. Evolução das Culturas e da Pecuária.

As Políticas Agrícolas

Percebe-se pelo exposto que, em pelo menos um daqueles subperíodos (1965-1980), o crédito rural foi essencial para transformar a agricultura brasileira em um importante espaço da acumulação capitalista. A modernização, nessa fase, não se restringiu a apenas algumas poucas áreas do território nacional, mas atingiu quase todo o espaço agrícola, inclusive o Espírito Santo. Obviamente, a reforma financeira promovida em fins dos anos 60 criou instituições públicas e privadas necessárias para agenciar tão amplamente o crédito a partir de então. No entanto, quando se analisam as bases que serviram de apoio para o desenvolvimento da agricultura regional, é necessário considerar não apenas os programas de ampla abrangência, como pretendeu ser o crédito rural subsidiado, mas também os programas e políticas específicos que impactaram a estrutura local e que também contribuíram para estabelecer diferenciações entre as regiões do país. Desta forma, optou-se por iniciar esta seção com uma análise a respeito da evolução dos financiamentos concedidos no Es-

pírito Santo, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Em seguida, analisa-se a evolução das principais culturas e da pecuária, onde, então, serão referenciados os principais programas e políticas específicos.

As Tabelas 11, 12, 13 e 14 mostram dados gerais e especiais a respeito dos financiamentos concedidos por instituições públicas e privadas a produtores e coopera-

TABELA 11. DISTRIBUICAO DO CREDITO RURAL SEGUNDO A FINALIDADE. ESPIRITO SANTO. 1969/1985. (PORCENTAGENS EM RELACAO AOS ITENS SUBLINHADOS).

FINALIDADE DE CREDITO	69-70-71	74-75-76	79-80-81	83-84-85
<u>CREDITO RURAL</u>				
PARA AGRICULTURA	47,4	41,7	74,6	88,9
PARA PECUARIA	52,6	58,3	25,4	11,1
<u>CREDITO RURAL</u>				
CUSTEIO	28,2	35,6	68,8	78,6
INVESTIMENTO	38,7	53,9	26,4	19,5
COMERCIALIZACAO	33,1	10,5	13,6	1,9
<u>CREDITO RURAL PARA AGRICULTURA</u>				
CUSTEIO	44,2	55,1	68,8	82,6
INVESTIMENTO	23,5	39,4	25,3	16,4
COMERCIALIZACAO	32,3	5,5	5,9	0,9
<u>CREDITO RURAL PARA PECUARIA</u>				
CUSTEIO	13,7	21,7	34,2	45,9
INVESTIMENTO	52,4	64,3	29,7	44,3
COMERCIALIZACAO	33,8	14,0	36,1	9,8

FONTE: CONCREDE/BA E BANCO CENTRAL

tivas do Espírito Santo.

Na Tabela 11, procurou-se expor a distribuição do crédito de acordo com a finalidade a que se destinou. Observa-se que a parcela recebida pela pecuária foi alta e crescente, até meados dos anos 70, quando atingiu quase 60% do crédito rural total, revelando o forte apoio recebido pela pecuária. De fato, o crédito para custeio e investimento destinado à pecuária bovina cresceu 33,3% ao ano, de 1969 a

TABELA 12. TAXAS DE CRESCIMENTO DO CRÉDITO RURAL (a).
ESPIRITO SANTO. 1969-80 E 1980-85.
(PORCENTAGENS AO ANO).

DISCRIMINACAO	69-80	80-85
CREDITO TOTAL	18,5	-8,3 *
CUSTEIO	26,4	-2,1 **
INVESTIMENTO	16,6	-14,1 *
COMERCIALIZACAO	9,1	-44,4
PARA AGRICULTURA	21,6	-5,0 **
CUSTEIO	26,5	-0,1 **
INVESTIMENTO	26,9	-14,7 *
COMERCIALIZACAO	-0,3 **	-40,5
PARA PECUARIA	14,3	-23,2
CUSTEIO	25,4	-18,7
INVESTIMENTO	8,3 **	-12,4 *
COMERCIALIZACAO	16,7	-46,9

FONTE: CONCREC/HA E BANCO CENTRAL

(a) DEFLACIONADO PELO IGP-DI.

** R2 < 30%; * 30% < R2 < 60%; R2 ≥ 60%

TABELA 13. TAXAS DE CRESCIMENTO DO CREDITO RURAL (a) DE CUSTEIO PARA CULTURAS SELECIONADAS, ESPIRITO SANTO, 1969-1976, 1974-1976 E 1977-1985 (b). (PORCENTAGENS AO ANO).

CULTURAS	69-76	74-76	77-80	80-85
ARROZ	8,8 *		24,8	13,3
BATATA INGLESA		-34,2	8,1 **	30,4
CACAU	15,0		24,4	-26,9
CAFE	50,2		37,3	-1,4 **
CANA DE ACUCAR	11,9		19,3	10,6
FEIJAO	35,2		27,4 *	-3,4 **
HORTALICAS		35,2	-1,9 **	-6,7 **
MANDIOCA	37,0		21,9 **	8,3 *
MILHO	10,5		20,7 *	0,0 **
PIMENTA DO REINO		11,1 **	0,0 **	23,5 *

FONTE: CONCREDE/MA E BANCO CENTRAL

(a) Deflacionado pelo IGP-DI

(b) 1969-76: custeio aos produtores

1977-85: custeio aos produtores e cooperativas

** R2 < 30%; * 30% ≤ R2 < 60%; R2 ≥ 60%

1976 (ver Tabela 14). Entre o início e o final desse período, a participação capixaba no volume total de crédito destinado a bovinos no Brasil elevou-se de 1,4% para 2,3%. Esse movimento, no entanto, foi detido na segunda metade da década de 70, quando a crise da pecuária bovina determinou uma redução nas taxas de crescimento do crédito concedido a essa atividade. Não obstante, elevaram-se as taxas de crescimento do crédito destinado às lavouras, principalmente para o café e o feijão, os quais aumentaram suas respectivas participações

TABELA 14. TAXAS DE CRESCIMENTO DO CREDITO RURAL. (a) DE CUSTEIO E INVESTIMENTO PARA PRODUTOS SELECIONADOS DA PECUARIA. ESPIRITO SANTO. 1969-1976, 1974-1976, 1977-1980 E 1980-1985 (b). (PORCENTAGENS AO ANO).

PRODUTOS	69-76	74-76	77-80	80-85
AVES		38,0	26,3	-15,5 *
BOVINOS-LEITE		7,7 **	-0,4 **	-49,3
BOVINOS	33,3		2,3 **	-31,1 *
SUINOS	96,2		99,0	-17,8 **

FONTE: CONCREDE/MA E BANCO CENTRAL

(a) DFLACIONADO PELO IGP-DI.

(b) 1969-76: CUSTEIO E INVESTIMENTO AOS PRODUTORES.

1977/85: CUSTEIO AOS PRODUTORES E COOPERATIVAS E INVESTIMENTO AOS PRODUTORES.

** R2 < 30%; * 30% ≤ R2 < 60%; R2 ≥ 60%

relativas no crédito de custeio destinado ao Espírito Santo. O resultado dessa inversão foi uma queda acentuada do percentual do crédito total destinado à pecuária: no triênio 1979-1981, essa atividade absorveu apenas 25% daquele total, contra 75% concedidos à agricultura. Durante a primeira metade da década de 80, essa diferença continuou ampliando-se. Embora tenham sido reduzidos os recursos creditícios para o setor rural como um todo, alguns produtos essenciais da lavoura continuaram recebendo créditos crescentes (arroz, mandioca e cana) e o café apresentou apenas um insignificante decréscimo (ver Tabela 13). Isso resultou num aumento na par-

participação relativa da agricultura no crédito total (próximo a 90% no triênio 1983-1985), contribuindo para que a área colhida de diversas culturas se expandisse a taxas superiores às aquelas verificadas na década anterior.

Até meados da década de 70, a maior parcela dos recursos creditícios destinou-se ao investimento, provavelmente em decorrência dos realizados na pecuária. Durante esse período, houve na agricultura, ao contrário da pecuária, um predomínio do crédito de custeio, o qual continuou apresentando tendência crescente de participação até o triênio 1983-1985, quando atingiu 82,6% do crédito agrícola. Como os investimentos na pecuária declinaram na segunda metade dos anos 70, ali também o percentual dos recursos para custeio foi crescente. É interessante observar que a participação do crédito destinado à comercialização decresceu e, a despeito da elevação no volume de Empréstimos do Governo Federal (EGF), ocorrido nos anos 80, sua importância relativa no crédito total foi residual, naquele triênio. (48) A esse respeito, a única exceção se fez para o período de crise da pecuária, quando os financiamentos concedidos à sua comercialização absorveram aproximadamente um terço do total de recursos destinados a essa atividade, ou seja, quase o mesmo que o custeio e o investimento.

(48) - O crédito destinado à comercialização para alguns produtos da lavoura cresceu até 1982, quando, a partir de então, declinou. Este movimento foi característico em pelo menos duas culturas importantes: café e milho.

Esses dados relativizados podem ser completados pelas taxas de crescimento. Por exemplo: embora o crédito destinado à comercialização tenha declinado em termos de participação relativa, no total do crédito rural, entre o início e o fim dos anos 70, isso não significa que o seu valor absoluto tenha decrescido. Na Tabela 12, verifica-se que esses recursos cresceram à elevada taxa de 9,1% ao ano, durante aquele período. Mesmo que esse número possa ser considerado alto, foi inferior aos apresentados pelas taxas correspondentes ao custeio e ao investimento. Na realidade, o crédito rural recebido pelos produtores no Espírito Santo cresceu a uma taxa de 18,5% ao ano, até fins dos anos 70, acompanhando a média nacional: durante essa década, a participação do Estado no valor total concedido ao Brasil esteve pouco acima de 1%, não apresentando variação significativa. Apesar dessa inserção pouco representativa no contexto nacional, apenas foi possível sustentá-la, em função das elevadas taxas de crescimento do crédito para investimento pecuário (na primeira metade da década) e, em decorrência da ampliação do crédito para custeio agrícola (na segunda metade), principalmente para o café. Ambos, nos respectivos períodos, apresentaram uma participação crescente em relação ao Brasil.

Ao contrário da década anterior, os anos 80 foram marcados por uma inversão da política governamental, em relação ao crédito rural. O encarecimento dos empréstimos e a redução da disponibilidade de recursos implicaram taxas ne

gativas de crescimento na concessão de financiamentos, principalmente para investimento e comercialização. Para esta última finalidade, a participação do Espírito Santo, no total brasileiro, que já era ínfima, tornou-se ainda menor. Já o crédito para custeio agrícola não apresentou queda relevante em seu volume absoluto, apenas estagnou-se. Isso se deve, em primeiro lugar, ao café, cujos empréstimos não declinaram significativamente e, em segundo, à expansão observada, desde meados dos anos 70, dos empréstimos concedidos a produtos importantes, como a cana, o arroz, o feijão e a mandioca. Ao que parece, as reduções de crédito rural para o Espírito Santo foram menores - e, em alguns casos, inexistentes - quando comparadas com a média nacional. Houve uma elevação da participação do Estado no total do crédito rural brasileiro, destinado para alguns produtos e finalidades. Embora o volume de crédito total fosse cadente, contribuiu, ainda assim, para elevar a parcela do Espírito Santo, na produção nacional de diversos produtos, principalmente o café. (49) É interes-

(49) - Durante o primeiro quinquênio dos anos 80, a participação do Espírito Santo, no total de crédito rural, concedido no país, cresceu de 1,2%, no triênio 1979-1981, para 1,7%, no triênio 1983-1985. Os dados disponíveis revelam que essa participação ampliou-se nas seguintes finalidades e produtos: custeio agrícola, investimento agrícola e pecuário (melhoramentos e equipamentos), florestamento e/ou reflorestamento, custeio para arroz, batata, café, feijão, cana-de-açúcar, hortaliças, mandioca, milho, pimenta-do-reino e suínos. Como resultado, elevou-se a participação capixaba na produção nacional de arroz, batata, cana-de-açúcar, tomate, mamão, pimenta-do-reino e abacaxi.

sante destacar que, no triênio 1983-1985, os financiamentos concedidos no Estado, para investimentos em eletrificação rural, proteção do solo e florestamento e/ou reflorestamento, atingiram 10,9%, 19,6% e 19,3% do total nacional, destinado para cada um desses itens, respectivamente. Esses resultados não representaram simples elevações nas participações relativas, em situação de retração creditícia, mas corresponderam a um aumento real no volume de recursos destinados àquelas finalidades. Conclusivamente, a política de seletividade em relação ao crédito rural, adotada pelo governo federal, na primeira metade da década de 80, parece ter trazido algum benefício para o Espírito Santo. Ou, mais precisamente, o Estado conseguiu captar uma fatia maior dos financiamentos, o que contribuiu para elevar a área com lavouras e, provavelmente, para promover transformações na estrutura produtiva.

As Tabelas 15 e 16 apresentam as taxas de crescimento da área colhida e da produção, para os principais produtos da agricultura capixaba, entre 1960 e 1985.

Observa-se que, na primeira metade dos anos 60, o café não foi duramente afetado pela política de erradicação. Isso somente viria a acontecer na segunda fase do Programa, quando a área colhida sofreu queda sistemática até começos da década de 70. O Programa de Diversificação que sucedeu contribuiu muito pouco para que a produção alimentar se expandisse. Ele não foi suficiente para realizar uma completa substituição do café, principalmente se considerarmos o baixo dinamismo do

TABELA 15. TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO DA AREA COLHIDA PARA DIVERSAS CULTURAS. ES. 1960-1985.

CULTURAS	60-65	65-70	70-75	75-80	80-85
ABACAXI	23,5	21,3	6,3*	-23,7	9,6*
ALHO	-	5,5	-17,4*	21,0*	8,1*
ALIMENTOS BASICO **	7,9	5,7	-1,7	-3,9*	2,2*
CACAU	7,7	1,5*	-1,0*	0,0*	0,4*
CAFE EM COCO	0,9*	-7,3	-7,2	12,1	6,9
CANA-DE-ACUCAR	5,8	-1,0*	-5,9*	3,6*	14,5
MAMAO	-	-	-	-0,6*	45,9
MILHO	0,5*	6,4	-6,5	-3,5*	-3,4*
PIMENTA DO REINO	-	4,1*	-3,0*	26,6	34,5
TOMATE	-	18,9	-2,5*	5,0*	7,8

FONTE: ANUARIOS ESTADISTICOS DA FIBGE

* < 2

** ARROZ, BANANA, BATATA, FEIJAO, LARANJA, MANDIOCA.

TABELA 16. TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO DA PRODUCAO AGRICOLA. ESPIRITO SANTO. 1960 - 1985.

CULTURAS	60-65	65-70	70-75	75-80	80-85
ABACAXI	31,2	35,8	15,3 *	-16,5	15,8
ALHO	-	3,3 *	-15,7	34,4	8,7 *
ARROZ EM CASCA	11,1	4,2 *	-3,4 *	-2,0 *	11,5
BANANA	10,2	6,1	-1,7 *	-11,2 *	1,5 *
BATATA-INGLESA	-1,2 *	16,5	0,6 *	-21,3	20,7
CACAU	-10,1	12,4	4,0 *	11,2	1,6 *
CAFE EM COCO	-3,5	-9,7 *	-3,4 *	23,5	12,3
CANA-DE-ACUCAR	5,0	-0,7 *	-3,9 *	4,4 *	31,7
FEIJAO	-0,6 *	5,1 *	1,5 *	1,5 *	-4,3 *
LARANJA	5,4	2,4	9,1 *	-21,4	5,7
MAMAO	-	-	-	15,2 *	83,1
MANDIOCA	5,0	11,2	-7,0 *	-6,8 *	5,7 *
MILHO	2,2 *	11,2 *	-5,1 *	2,3 *	0,3 *
PIMENTA-DO-REINO	-	1,8 *	20,3	20,4	39,8
TOMATE	-	37,0	23,5	7,0 *	8,7

Fonte : Anuarios Estatisticos da FIBGE

* < 2

mercado interno para produtos que, na época, constituíam apenas excedentes da agricultura de subsistência. No início dos anos 70, a própria crise gerada no campo pela destruição da cafeicultura, associada ao crescimento econômico nacional, concentrador de renda, reduziu sensivelmente a capacidade do mercado interno para absorver tais produtos.

Em 1970, foi posto em prática o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, cujo mais importante instrumento foi a concessão de incentivos creditícios. Mas os preços ainda deprimidos não incentivaram a retomada dos plantios ao nível desejado, mantendo perspectivas de defasagem entre a produção e a demanda do produto.

Esse fracasso motivou a elaboração do Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais (1972/1973, 1973/1974, 1974/1975), cuja orientação seguiu de perto as metas estabelecidas pelo Plano anterior. As poucas diferenças estavam restritas a um maior apoio na montagem de uma infraestrutura básica e no uso de equipamentos agrícolas. Foram concedidos financiamentos a taxas de juros menores, para todas as finalidades, inclusive liberação de recursos para ampliar ou implantar instalações de preparo e armazenamento de café, bem como construção de estradas vicinais e eletrificação rural.

Houve grande aceitação do Plano Trienal, especialmente porque os preços do café já se encontravam em ascensão. Contribuiu, também, o crescimento dos mercados nacion

nal e internacional para o café Robusta (conillon), consumido em "blends" com o Arábica na indústria de solúvel. A maior resistência e produtividade da cultura tornariam mais atrativa a retomada do plantio. Em 1973, a Secretaria de Agricultura lançou o Programa de Café Conillon que atingiu primordialmente a microrregião de Colatina.

Esta moderna cafeicultura começou a apresentar resultados em termos de produção, a partir da segunda metade dos anos 70. O melhor zoneamento e adaptação das espécies, assim como a introdução de insumos químicos e mecânicos na lavoura, tornaram possível a expansão da cultura na maioria das microrregiões do Estado, principalmente na Colonial Serrana e Vertente Oriental do Caparaó, que ampliaram sua participação relativa na produção estadual (ver Apêndice II). Entre 1975 e 1980, a área colhida com café cresceu à taxa de 12,1% ao ano. No âmbito nacional, o Espírito Santo passou a ter maior importância: a participação capixaba no valor total da produção brasileira oscilou em torno de 5% no primeiro quinquênio dos anos 70, mas, no começo da década seguinte, a quele percentual elevou-se para cerca de 13%.

Na década de 80, dois fatores contribuíram para a continuidade da expansão da cafeicultura no Espírito Santo. Em primeiro lugar, a ação articulada do governo estadual, no sentido de carrear uma parcela maior de recursos federais do crédito agrícola para o financiamento de novas áreas. A atuação do governo local foi, também, importante na ampliação

da malha rodoviária e da rede de distribuição de eletricidade no meio rural. Em segundo lugar, o crescimento das cotações, que, em meados da década, exerceria forte estímulo ao plantio de novos cafeeiros.

Ao contrário do café, os produtos que compõem o grupo de Alimentos Básicos, além de não contarem com mercados em expansão, não foram contemplados com programas especiais de apoio tecnológico, nos anos 70. Embora houvesse disponibilidade de crédito rural subsidiado, este não atingiu a maior parte dos pequenos produtores. Contraditoriamente, apenas em 80, quando os subsídios financeiros foram reduzidos, a área colhida ampliou-se. Nesse período, o mercado urbano da Grande Vitória cresceu mais rapidamente, em virtude da implantação de grandes projetos industriais, e a produção capitalista no campo pôde intensificar-se. A política geral de crédito barato foi substituída por programas e/ou projetos especiais, além da ampliação da Política de Garantia de Preços Mínimos: cresceram as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF), especialmente para o feijão e o arroz.

O maior estímulo estatal à expansão da produção alimentar, no Espírito Santo, foi dado pelo Programa Nacional de Recuperação de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS/Nacional, que possibilitou a expansão da produção de arroz, em 80. Seu objetivo fundamental era o aproveitamento racional de um milhão de hectares de várzeas existentes no país.

Na década de 70, a Secretaria da Agricultura do Espírito Santo por meio do Programa de Recuperação de Vales Úmidos - PROVALE (50), já havia realizado levantamento de localização e área dos principais vales úmidos do Estado. O trabalho acumulado forneceu os subsídios necessários para que, em 1981, quando foi instituído o PROVÁRZEAS/ES, já estivessem selecionadas as áreas destinadas à sua implantação.

O Espírito Santo, com aporte financeiro do banco alemão Kreditanstalt fuer Wiederaufbau - KfW, foi o único Estado a contar com recursos externos para financiamento do PROVÁRZEAS. Os bancos nacionais, integrantes do SNCR, operaram como agenciadores do crédito, que se destinava, prioritariamente, a investimentos fixos e semifixos, custeio agrícola, despesas com elaboração de projetos de engenharia, projetos agronômicos e assistência técnica.

Pode dizer-se que os resultados, em termos de incorporação de áreas, revelaram-se satisfatórios. Até 1988, haviam sido recuperadas 46.786 ha de área de várzea no Estado (6% do total incorporado pelo Programa em todo o país).⁽⁵¹⁾ A produção de arroz cresceu à taxa de 11,5% ao ano, entre 1980 e 1985, principalmente na microrregião de Colatina, que passou a concentrar mais de 50% da produção capixaba (ver A-

(50) - ESPÍRITO SANTO (ESTADO) Secretaria da Agricultura. *Programa de recuperação de vales úmidos no Espírito Santo*. Vitória, 1978.

(51) - BRASIL. Ministério da Agricultura. *Provárzeas/Profiar: relatório 88*. Brasília, 1988, p. 14.

pêndice II).

Dois outros itens da alimentação básica que merecem destaque são o feijão e a mandioca. O primeiro teve uma boa expansão nos anos 60, apresentou taxas negativas de crescimento da área colhida durante toda a década de 70 e voltou a crescer nos primeiros anos da década seguinte. O plantio de feijão, no Espírito Santo, sempre esteve ligado a uma agricultura de subsistência, geralmente consorciado com outras culturas, principalmente o café. Isso representou forte resistência à tecnificação. Apenas no início de 80, foi possível estender a produção sob moderna base técnica, notadamente na Baixada Espírito-Santense, onde se introduziu o cultivo do feijão irrigado. Para tanto, foi de grande importância a alta nos preços da mandioca, que permitiu a capitalização prévia dos maiores produtores daquela região. A lavoura de mandioca, por sua vez, também apresentou um baixo nível tecnológico. No início da década de 70, foi instalado um fracassado projeto para produção de "pellets", no norte do Estado (Indústria MAICAL - Mandioca Agroindustrial) que induziu uma elevação da área colhida. A EMATER-ES intensificou sua assistência, com seleção de manivas e utilização de defensivos, com o objetivo de atender à demanda daquela unidade industrial. O esforço, porém, não teve continuidade, dado que a MAICAL não entrou em operação. As taxas de crescimento da área colhida foram negativas após a frustração do projeto, e somente recuperaram-se quando os preços se elevaram na

década seguinte.

Outro produto de importância dentro deste grupo é a banana, cuja área colhida teve um bom desempenho até a primeira metade da década de 70. Contudo, essa lavoura apresentava um baixo nível tecnológico, com níveis de produtividade comprometidos, devido à inviabilidade de controlar-se o "Mal do Panamá". Eram pouco disseminadas técnicas de desbaste e medidas fitossanitárias, além do uso inadequado do solo. Com a retomada do plantio de café, o cultivo da banana entrou em fase de estagnação, e sua produção, cuja participação no total nacional atingiu 10%, em 1973, caiu para cerca de 4%, no início dos anos 80. Apesar de ser encontrada em quase todo o Estado, a lavoura concentrou-se na Microrregião Colonial Serrana Espírito-Santense, com destaque nos municípios de Iconha, Alfredo Chaves, Anchieta e Domingos Martins. Em Linhares, no norte do Estado, seu cultivo encontra-se consorciado com o cacauzeiro, cuja área colhida também estagnou. Os principais mercados atingidos pela banana capixaba, além do próprio Estado, eram a Guanabara e Minas Gerais.

Um dos produtos de mais fraco desempenho na agricultura do Espírito Santo parece ter sido o milho. Na década de 60, houve uma expansão que pode ser creditada à liberação de áreas de café após a erradicação. A partir daí, a área plantada com essa cultura decresceu bastante, apesar de ter-se elevado a produtividade da terra. A maior parte da produção era proveniente de pequenos proprietários, cujo cultivo intercalado com café ou feijão voltava-se basicamente para a

subsistência (alimentação humana e criações). Verificava-se, portanto, um baixo nível tecnológico e de especialização. Somente a partir da segunda metade dos anos 70, quando se intensificaram os trabalhos realizados pela EMATER-ES e pela Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA, houve recuperação da produção. Introduziram-se sementes melhoradas e o uso de fertilizantes e defensivos. O milho, que se encontrava disseminado pelo interior do Estado, não apresentou grandes alterações na distribuição espacial de sua produção. A partir de 1972, foi necessário iniciar a importação de outras regiões do país, principalmente devido à expansão da avicultura, que passou a ter seu crescimento limitado pelo custo de transporte mais elevado daquela matéria-prima.

A cana-de-açúcar sempre foi um tradicional produto do Litoral Sul Espírito-Santense, onde, historicamente, se iniciou seu cultivo. Até princípios da década de 80, a maior parte da produção estadual estava ali concentrada, sendo absorvida pela Usina Paineiras. Existia, ainda, a Usina São Miguel, de menor capacidade, localizada em Cachoeiro de Itapemirim. A área colhida decresceu até meados dos anos 70, quando eram pouco disseminadas as práticas de conservação do solo, mecanização e fertilização química. A partir deste período, os níveis de produção e produtividade começam a aumentar, especialmente em função das pesquisas e orientação técnica fornecidas pelo PLANALSÚCAR, em trabalho cooperativo, desenvolvido com as usinas brasileiras.

Na década de 80, o Espírito Santo foi integrado à segunda fase do Programa Nacional de Alcool - Proálcool. Em 1983, redefiniram-se a área e a implantação de destilarias no Estado. Foram efetivados sete projetos industriais, sendo seis destilarias autônomas, localizadas em áreas até então não tradicionais no cultivo da cana, e uma anexa à antiga Usina Paineiras. Nos primeiros cinco anos da década, o crédito rural de custeio, destinado à cana-de-açúcar, cresceu à taxa de 10,6% ao ano, enquanto a área colhida ampliou-se em 14,5% ao ano, neste mesmo período. A produção capixaba de álcool e levou-se de um montante próximo a 10 milhões de litros na safra 1979/1980, para um total superior a 145 milhões de litros em 1985/86. Nesses mesmos anos sua participação relativa na produção nacional deste combustível ampliou-se de 0,3% para 1,2%. Para ter-se uma idéia dessa expansão, basta observar que a Microrregião Baixada Espírito-Santense, sem qualquer usina de açúcar, mas onde foram implantadas a maioria das destilarias, suplantou a antiga região produtora do sul do Estado, atingindo 47% da produção capixaba de cana-de-açúcar, no triênio 1984-1986 (ver Apêndice II). Em que pese esse crescimento, a área cultivada em todo o Espírito Santo participou com pouco mais de 1% do total nacional, nos primeiros anos da década. (52)

(52) - A respeito do Proálcool no Espírito Santo, ver: SANTOS, R. de S. *A influência do Proálcool na estrutura fundiária do Espírito Santo*. Vitória, 1989.

Ao contrário da cana, o cacau teve uma participação mais significativa na produção brasileira, oscilando em torno de 3%, durante o período em estudo. Embora a maior parte da produção brasileira deste produto estivesse concentrada na Bahia, o Espírito Santo sempre figurou entre os primeiros na lista dos produtores nacionais.

Em 1957, foi criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, cujo objetivo era executar o Plano de Recuperação Econômico - Rural da Lavoura Cacaueira e fornecer auxílio financeiro aos cacauicultores, a fim de modernizar os métodos de produção no Brasil. Em 1964, sob a coordenação daquela instituição, criou-se o Centro de Pesquisa do Cacau - CEPEC e o Departamento de Extensão Rural - DEPEX. No ano seguinte, instalou-se a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC, responsável pela formação de técnicos agrícolas e treinamento de administradores de fazendas. Foram implantados vários escritórios regionais e estações experimentais, dentre os quais figuravam o Escritório Regional e a Estação Experimental de Linhares-ES, (1964).

Apesar do esforço empreendido pela CEPLAC, ao longo da década de 60 e meados dos anos 70, a produção e a produtividade nacional não apresentaram grandes saltos. Somente a partir de 1976, quando foi efetivado o Programa para Recuperação da Lavoura Cacaueira - PROCACAU, os indicadores de produção e produtividade apresentaram elevações mais

significativas. Tratava-se de um programa de grande porte, visando não apenas a adotar técnicas agronômicas avançadas, mas também a prover as regiões produtoras de infraestrutura suficiente para atrair empresários e investimentos. Destinaram-se recursos para a construção de estradas vicinais, eletrificação rural, hospitais e escolas.

Ao lado dos incentivos creditícios, a CEPLAC prestava assistência técnica aos produtores, através de seu Departamento de Extensão Rural, além de desenvolver pesquisas de melhoramento genético. Procurava suprir os produtores com os insumos necessários - como fertilizantes e fungicidas - e contribuía para a qualificação de mão-de-obra, patrocinando cursos na EMARC.

Embora o Programa houvesse proporcionado uma mudança tecnológica na cacauicultura estadual, sua maior contribuição foi sob a forma de investimentos em infraestrutura urbana, sobretudo no município de Linhares. Porém, a crise dos anos 80 e a paralisação dos investimentos, devido aos baixos preços do produto no mercado internacional, estabeleceram o início de um período crítico em que a estrutura recém-montada foi rapidamente sucateada, por falta de manutenção. Em 1985, a produtividade alcançou 589k/ha, ou seja, o dobro da produtividade média da década de 60. Contudo, em 1989, o rendimento havia caído para 225k/ha.

É interessante observar que não houve relevante implantação de novas áreas, através do PROCACAU, no Espí-

rito Santo, apesar de a produção ter-se elevado à taxa de 11,2% ao ano, entre 1975 e 1980, pois as áreas propícias para a cultura já estavam escassas, ocorrendo o mesmo na Bahia. Grandes parcelas de áreas novas foram incorporadas apenas em regiões não-tradicionais neste cultivo, como em Rondônia e no Pará. Ao contrário do que a princípio poderia supor-se, o Programa não foi responsável pela elevação da concentração fundiária no Espírito Santo, dado que as lavouras tenham sido historicamente implantadas em propriedades médias e grandes, tornando-se difícil uma aglutinação, a partir da estrutura existente. (53)

Um produto que conseguiu expandir-se, através de grande avanço tecnológico, foi o tomate. Ao contrário de outras regiões do país, seu cultivo não esteve diretamente vinculado às agroindústrias processadoras, pois destinou-se ao consumo "in natura". Foi intensamente assistido pela EMATER-ES, o que permitiu realizar o emprego de novos cultivares, sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas e equipamentos, além de contar com o crê-

(53) - "A área média das propriedades de cacau no Espírito Santo em 1980 era de 134ha, estando bem acima da área média das propriedades cacauzeiras baianas, que apresentavam o número de 45ha (...) na primeira metade da década de 70 há uma certa concentração fundiária, aumentando o Índice de Gini de 0,696 para 0,716. Porém, na segunda metade, quando foi implantado o PRACACAU, essa concentração decresce para o Índice de 0,697." ROCHA NETO, R.L. *Avaliação do PROCACAU no Espírito Santo: uma abordagem sob a ótica da "modernização conservadora"*. Vitória, 1990, p. 21.

dito oficial. Obteve, assim, grande avanço na produção e produtividade. Devido à melhor adequação climática, seu cultivo concentrou-se nas áreas montanhosas da Colonial Serrana Espírito-Santense e, mais recentemente, na Vertente Oriental do Caparaó. Nessas microrregiões, apesar do emprego de técnicas avançadas, foi bastante utilizada a mão-de-obra familiar, em pequenas propriedades, enquanto nas maiores foi comum a meação. A partir da segunda metade da década de 70, elevou-se a participação do Espírito Santo na produção de tomate, no Brasil, atingindo um percentual próximo a 3%. Isso significou uma quantidade suficiente para abastecer o mercado em crescimento do Estado, além de gerar saldos exportados para o Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte.

O abacaxi apresentou razoável crescimento até meados da década de 70. A grande expansão da cultura pode ser atribuída à presença de duas agroindústrias: uma no município da Serra (Agrosuco) e outra em Itapemirim (Only). Contudo, a experiência fracassada desta última resultou em decréscimo do plantio, ocorrendo uma substituição parcial pela cana e pela mandioca, produtos de maior segurança de mercados e menos sujeitos às pragas e doenças, problemas que afetam a cultura do abacaxi. No começo dos anos 80, houve uma retomada no crescimento da área colhida. Isso se verificou não só em função da expansão do mercado da Grande Vitória, como também devido à presença de novos agentes compradores (representantes de agroindústrias do sul do país e ex

portadores). A maior parte da produção concentrou-se nos municípios acima citados, porém, observa-se um crescimento da participação da Serra, onde a empresa Blomaco Agrícola S/A operou com grandes plantações, no início dos anos 80.

Existem, ainda, três produtos que ganharam importância na agricultura estadual, a partir do final da década de 70: alho, pimenta-do-reino e mamão. O primeiro teve sua área colhida ampliada, devido às condições favoráveis de clima e solo, no município de Santa Leopoldina, onde a comunidade de descendentes da imigração pomerana alargou a produção, apoiada pela assistência técnica da EMATER-ES. Apesar do grande aumento no cultivo, o Espírito Santo continuou importando uma significativa parcela de seu consumo. A pimenta-do-reino, por sua vez, contou com o apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - BANDES. As condições favoráveis de mercado e os ataques de fusariose nas plantações do Pará permitiram uma expansão da área colhida, no Espírito Santo. Sua participação na produção nacional saltou de menos de 1%, em 1980, para mais de 5%, em 1985. A maior parte do cultivo foi realizada na Baixada Espírito-Santense. Por último, o mamão expandiu-se a taxas elevadíssimas, na década de 80. O sucesso das plantações na região de Nova Viçosa, no sul da Bahia, criou expectativas que estimularam sua expansão. Foram importantes, também, os bons resultados alcançados pela empresa agrícola VAVERSA, localizada em São Mateus. Em 1985, o Espírito Santo passou a produzir mais de 12% do

mamão brasileiro, exportando parte desse total para o exterior.

A Tabela 17 apresenta as taxas estimadas para o crescimento do efetivo pecuário e da produção leiteira, compreendendo cinco quinquênios, entre 1960 e 1985. Observa-se que a criação de gado bovino teve um grande crescimento até meados dos anos 70 e, a partir daí, começou a apresentar decréscimos. A pecuária no Espírito Santo encontrou-se em expansão desde a década de 50. No norte do Estado, o desbravamento das áreas de florestas permitiu o crescimento da criação para corte, enquanto, no sul, expandiu-se o efetivo de gado leiteiro. Nos anos 60, a erradicação dos cafezais liberou grande extensão de terras que foram prioritariamente ocu

TABELA 17. TAXAS GEOMETRICAS DE CRESCIMENTO DO EFETIVO PECUARIO E DA PRODUÇÃO LEITEIRA. ESPÍRITO SANTO. 1960-1985.

REBANHOS E PROD. LEITEIRA	60-65	65-70	70-75	75-80	80-85
GALINHAS	8,9	2,8	-7,9	5,0	-10,3*
BOVINOS	7,4	7,3	4,8	-2,8	-1,9
SUINOS	3,7	1,4	-14,6	-5,2	-1,6
LEITE	14,1	3,1	10,1	2,8*	1,1*

FONTE: ANUARIOS ESTADISTICOS DA FIBGE E CEPA/ES.

* t (2

padas com pastagens, permitindo maior impulso no crescimento da atividade. Em fins dos anos 60, o surgimento de linhas oficiais de financiamento e os preços da carne, em ascensão, adicionaram mais estímulo à ampliação da pecuária. (53)

Em 1967, foi criado o primeiro programa de crédito para o desenvolvimento da pecuária no Brasil. Através do Contrato de Empréstimo BIRD-516/BR, o Banco Mundial destinou US\$ 80 milhões para promover a expansão e o aumento da produtividade da pecuária, em áreas que abrangiam sete Estados da Federação. (54) A fim de coordenar o programa, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária - CONDEPE. Após a institucionalização desse órgão, foram firmados outros contratos de empréstimos, entre o Governo Brasileiro e os Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, permitindo que fosse ampliada a área de abrangência dos programas de crédito. A estrutura administrativa do CONDEPE expandiu-se com a criação de seis Escritórios Regionais (ESREG's), cujas sedes foram estabelecidas em várias capitais do país, inclusive Vitória. (55)

(53) - A respeito da expansão da pecuária bovina, no Espírito Santo, ver CARRÉ, A.; F.M.N.F.R. *A expansão da pecuária bovina no Espírito Santo - 1960 a 1980*. Vitória, UFES, 1990.

(54) - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

(55) - Porto Alegre (ESREG-I), Campo Grande (ESREG-II), Goiânia (ESREG-III), Salvador (ESREG-IV), Vitória (ESREG-V) e Belo Horizonte (ESREG-VI).

Em 1969, por meio do Contrato do Empréstimo BID-205/SF/BR, assinado pelo governo brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinaram-se recursos para o ESREG-V (ES e RJ) e o ESREG-VI (MG). Estudos realizados indicavam que uma vasta área, abrangendo os Estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, era responsável por parcela significativa do suprimento de gado vivo e de carne, no mercado da Região Leste do Brasil, mas a atividade criatória ali realizada caracterizava-se por um baixo nível técnico e empresarial. A área correspondente ao Espírito Santo compreendia 36.639km², localizadas nos seguintes municípios: Aracruz, Ibirapu, Santa Tereza, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu, Colatina, Pancas, Linhares, São Gabriel da Palha, São Mateus, Conceição da Barra, Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Barra de São Francisco e Mantenópolis. Por outro lado, segundo relatório da FAO, haveria um déficit de 350 a 450 mil toneladas de carne bovina, no Brasil, em 1975. Formulou-se, então, o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que contou com os recursos do BID-205/SF/BR para financiamentos relativos ao melhoramento das pastagens, ao provimento de forragens para a estação seca, à defesa sanitária, ao melhor manejo e seleção genética.

O Espírito Santo recebeu, até 1975, aproximadamente 15% do total dos recursos, cabendo a Minas Gerais 82,5% e ao Rio de Janeiro apenas 2,5%. Em meados daquele ano,

foram suspensas as inversões do BID-205/SF/BR. Criou-se o Programa de Desenvolvimento da Pecuária - PRODEPE, que passou a ser financiado com recursos internos, em substituição aos Contratos de Empréstimos até então contraídos com o exterior. Porém, a partir de fins de 1974, os preços da carne bovina começaram a declinar, invertendo a tendência de alta, iniciada em 1969. Sem perspectivas de boa rentabilidade, muitos mutuários do PRODEPE liquidaram, antecipadamente, seus contratos.

Além do PRODEPE, cabe menção, ainda, ao Programa Nacional de Pastagens - PRONAP, e ao Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira - PDPL. Este incidiu, inicialmente, no sul do Estado e, posteriormente, foi estendido ao norte, onde predominou a pecuária de corte. Em 1977, foi criado o Programa Nacional de Pecuária - PROPEC, em substituição àqueles até então existentes. Porém, sua atuação efetiva realizou-se, apenas, até 1978, quando a crise de preços já desestimulava a atividade.

Todo esse movimento foi acompanhado por intensa agroindustrialização. No norte do Estado, instalaram-se frigoríficos que se tornaram responsáveis por grande parte da demanda local de boi gordo. No setor leiteiro, observou-se, inicialmente, o crescimento das cooperativas de cunho empresarial, principalmente no sul do Estado, onde ocorreu certa especialização da produção. Por meio dessas entidades, ampliou-se o vínculo de dependência da atividade pe-

cuária em relação às unidades industriais de beneficiamento. O mercado atingido pelas usinas beneficiadoras era primordialmente o Rio de Janeiro, porém, com o crescimento urbano industrial da Grande Vitória, ampliou-se, sensivelmente, a demanda local, abrindo um grande espaço para o leite proveniente das regiões de pecuária mista e de corte do norte do Estado, onde era obtido como subproduto.

No que diz respeito ao efetivo de galinhas, percebe-se um crescimento durante a década de 60, mas apenas o suficiente para abastecer o mercado capixaba e gerar algum excedente de aves e ovos, exportados para os Estados vizinhos. Na década seguinte, o setor avícola no Brasil passou por intensa agroindustrialização e ampliação de mercados, no que não foi imediatamente acompanhado pelo Estado do Espírito Santo. Com destaque para o sul do país, formou-se um verdadeiro "complexo avícola", composto por ramos industriais ligados à produção de rações e produtos químicos, além dos próprios abatedouros. A granja transformou-se em um segmento subordinado à dinâmica industrial. Embora tenham surgido, no Estado, alguns abatedouros dentro desta linha, não foi possível acompanhar o crescimento da demanda interna, uma vez que a insuficiência da produção local de rações (milho, farelo de trigo e soja) estabeleceu sérios entraves ao desenvolvimento da atividade criatória. No primeiro quinquênio da década de 80, o setor não evoluiu e o Espírito Santo transformou-se em importador de frangos abatidos,

principalmente do sul do país. A microrregião, onde as granjas mais se desenvolveram - por razões de clima, preponderância de pequenos produtores e proximidade do mercado da Grande Vitória - foi a Colonial Serrana Espírito-Santense.

Finalmente, a suinocultura foi a atividade de pior desempenho. Teve um fraco crescimento em 60 e decresceu a partir daí. Em primeiro lugar, deve ter-se em conta a mudança nos padrões de consumo, imposta pela própria modernização da agricultura brasileira, substituindo a banha de porco pelo consumo de óleos vegetais. Depois, e como consequência disto, a ampliação da suinocultura tecnificada em padrões agroindustriais para produção de carne, a qual sedimentou sua base preponderantemente no sul do país. Embora tenha havido crescimento no número de pocilgas com técnicas mais avançadas, a exemplo da experiência de criação integrada realizada pela Cooperativa Agrária do Norte do Espírito Santo, as dificuldades no fornecimento local de ração impediram maiores desenvolvimentos do setor, no Estado. No início dos anos 80, aproximadamente 80% dos abates eram realizados em abatedouros de "fundo de quintal".

Antes de examinar os efeitos destas transformações sobre o uso do solo, é fundamental destacar um importante aspecto do desenvolvimento agrícola no Espírito Santo, a partir de fins da década de 60. Trata-se do grande crescimento das áreas reflorestadas. Em 1966, a Lei 5.106 estabeleceu normas para a política de isenção fiscal ao reflores-

tamento no Brasil. Segundo a regulamentação, as pessoas físicas e jurídicas que comprovassem despesas relativas a projetos de florestamento ou reflorestamento poderiam abatê-las, total ou parcialmente, da renda bruta declarada para fins de imposto de renda. (56)

Em 1967, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), instituição que tomou, sob sua responsabilidade, a política desenvolvimentista para o setor florestal. Três anos depois, a regulamentação dos incentivos fiscais foi modificada pelo Decreto-lei nº 1.134, de 1970, que inverteu a sistemática de financiamento. As pessoas jurídicas que optassem pelo desconto de 50% do imposto devido na declaração de rendimentos deveriam depositar, junto com as cotas do imposto, as respectivas quantias no Banco do Brasil, que comporiam um montante de recursos a serem liberados, à medida que os projetos fossem aprovados pelo IBDF. Por outro lado, as pessoas jurídicas optantes pelo desconto necessariamente não precisariam ser "o empreendedor" do projeto, podendo articular-se sob a forma de participação societária-acionária ou em projetos de pluriparticipação, desde que a empresa beneficiária concorresse com, pelo menos, 30% de recursos próprios, no total das inversões.

(56) - As pessoas físicas poderiam abater o total das importâncias aplicadas, enquanto as pessoas jurídicas poderiam descontar até 50% do imposto devido.

Em fins de 1974, foi criado o Fundo de Investimentos Setoriais (Pesca, Turismo e Reflorestamento) - FISET. Um dos seus objetivos era potencializar uma ação conjugada entre os órgãos de desenvolvimento regional e setorial e os órgãos operadores das políticas adotadas, que, no caso específico do reflorestamento, compreendiam o IBDF e o Banco do Brasil.

Com a criação do FISET, a operacionalização do mecanismo de incentivos fiscais ao reflorestamento tornou-se mais eficiente, uma vez que permitiu elevar o nível de informação e a capacitação empresarial. Dois anos após a regulamentação do FISET, os instrumentos de desenvolvimento florestal do país foram novamente aperfeiçoados. Sua abrangência passou a ser delimitada regionalmente. O Decreto nº 79.046, de 27/12/76, estabeleceu regiões prioritárias ou distritos florestais-industriais, entre os quais se enquadrava o Espírito Santo. Além disso, seria destinado obrigatoriamente do orçamento anual do FISET um percentual para financiar projetos integrados que se enquadrassem nas prioridades do Programa Nacional de Papel e Celulose.

A política de incentivos, ao permitir a ampliação da base florestal, em zonas próximas aos principais centros industriais do país, terminou por constituir um instrumento em benefício da indústria de celulose e papel, que pôde crescer ininterruptamente.

No Espírito Santo, o início do reflorestamen

to incentivado teve como fundamento a futura instalação de uma unidade de produção de celulose, como veio a acontecer em fins da década de 70. Fundamentou-se, também, na ação de empresas não-envolvidas diretamente naquela atividade. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, que, a princípio, destinava a maior área reflorestada, objetivava, também, produzir carvão vegetal e dormentes para estrada de ferro. Entretanto, as perspectivas de crescimento do mercado interno e externo para a celulose, já em princípios dos anos 70, desencadeavam ações no sentido de, a médio prazo, instalar-se uma unidade de produção no Estado. A própria Aracruz Florestal iniciou suas atividades com este objetivo, ainda nos anos 60. Em 1974, o I Programa Nacional de Papel e Celulose oficializou as expectativas otimistas já presentes no ambiente empresarial.

Em 1989, existiam 132,193ha de área reflorestada no Estado, 70% dos quais com a finalidade de atender à demanda de madeira para produção de celulose. Em segundo lugar, estava a participação das áreas reflorestadas e implantadas por companhias vinculadas ao setor siderúrgico, que visavam especificamente à produção de carvão. (57)

(57) - IBAMA. Superintendência Regional do Espírito Santo. *Estatística geral dos projetos de reflorestamento do Estado do Espírito Santo por empresa e objetivo*. Vitória, 1987, (s.n.t.).

Resta examinar as conseqüências de todas estas transformações na agropecuária capixaba, sobre o uso do solo. Dois aspectos devem ser considerados sob esta ótica. O primeiro deles é o esgotamento das possibilidades de expansão da fronteira agrícola, o que teria estabelecido limites ao crescimento extensivo e exercido influência sobre o processo migratório, como se verá adiante. O segundo corresponde às alterações observadas na área explorada, pois isso indicaria a maior ou menor intensidade da exploração do solo e, portanto, da própria modernização.

A análise da evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários no Espírito Santo demonstra um crescimento da fronteira agrícola, até meados dos anos 70 (ver Tabela 18). É difícil estabelecer com exatidão a expansão ocorrida na década de 60, pois o Censo Agropecuário daquele ano não incluía os dados referentes à área em litígio com Minas Gerais, localizada ao norte do Estado. Contudo, analisando-se as Microrregiões Homogêneas não abrangidas pela Zona do Contestado, nota-se uma expansão superior a 200 mil hectares de terras, localizadas em grande parte na Baixada Espírito-Santense. Já na primeira metade dos anos 70, este ritmo foi sensivelmente freado, embora ainda houvesse alguma expansão significativa ao norte. No final dessa década, ocorreu, pela primeira vez, uma redução na área total dos estabelecimentos, demonstrando o esgotamento da fronteira agrícola. A área explorada, no entanto, continuou a crescer, indicando que, nesse período, se intensificou a explo-

TABELA 18. AREA TOTAL DOS ESTABLECIMENTOS E AREA EXPLORADA, ES E MICRORREGIOES, 1960-1980. (EM HECTARES).

MICRORREGIOES	AREA TOTAL				AREA EXPLORADA (a)			
	60	70	75	80	60	70	75	80
I - ALTO SAO MATEUS (b)		369.989	394.278	418.037		341.568	372.796	402.041
II - COLATINA (c)	518.594	818.033	832.742	802.629	481.022	752.602	760.353	731.117
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	757.220	903.410	937.983	946.038	704.618	765.590	804.903	839.648
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	618.590	629.238	634.537	609.198	444.712	449.043	470.664	484.310
V - VERTEENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	377.288	233.001	242.453	234.249	176.458	193.556	205.735	201.232
VI - CACHOEIRO DE ITAPENIRIK	481.346	488.451	475.063	486.566	432.382	447.476	439.947	445.392
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	220.431	234.447	228.171	214.666	177.382	190.364	194.895	188.573
VIII - VITORIA	65.198	82.791	93.614	86.840	47.159	63.381	73.286	76.043
ESPIRITO SANTO	2.888.667	3.759.360	3.838.841	3.798.223	2.463.733	3.203.660	3.322.579	3.368.356

FONTE : CENSOS AGROPECUARIOS

(a) area com lavouras + area com pastagens + area com matas.

(b) area litigiosa em 1960.

(c) exclusive area litigiosa em 1960.

ração de terras internas aos estabelecimentos.

Ao longo dessas duas décadas, ocorreram mudanças significativas na composição da área explorada pela agropecuária capixaba (ver Tabela 19). A política de erradicação dos cafezais e o apoio ao crescimento da pecuária bovina determinaram uma espetacular elevação na participação das pastagens e uma queda no percentual das lavouras e matas. Esse movimento estendeu-se até meados da década de 70, quando - devido à recuperação dos cafezais, ao intenso reflorestamento e à crise da pecuária - se manifestou uma inversão da tendência.

A área com lavoura não teve uma expansão tão grande e uniforme quanto às matas plantadas. Entre 1960 e 1970, a área com lavouras temporárias apresentou taxas positivas de crescimento, enquanto as permanentes decresceram, em virtude da erradicação dos cafezais. Isso demonstra que houve alguma substituição, embora a maior parte das áreas deixadas pelo café, assim como das matas naturais, tenham sido ocupadas pela pecuária bovina.

Na primeira metade da década de 70, as lavouras continuaram a reduzir sua participação na área explorada, desta vez, não apenas devido ao café, mas também em razão do desempenho das culturas temporárias, principalmente de alimentos básicos, cuja área colhida apresentou taxas negativas de crescimento, no decorrer do período.

De 1975 a 1980, embora as lavouras temporárias tenham se reduzido (exceção para a cana-de-açúcar), sua participação rela

TABELA 19. COMPOSTO DE ÁREA EMPREGADA, ESPÍRITO SANTO E MICROREFINES. 1968-88. (POPULAÇÕES EM RELACÃO À ÁREA EMPREGADA).

MICROREFINERIAS	LAVAREAS																
	PASTAGENS						MATAS										
	PERMANENTES		TEMPORARIAS		MERCANTIS		PLANTIENS		MERCANTIS		PLANTIENS						
	68	74	75	88	68	74	75	88	68	74	75	88	68	74	75	88	
I - ALTO SÃO MARCOS (a)		2,1	1,7	3,0		41,1	74,9	59,1		42,5	19,8	38,8		7,8	4,8	3,8	
II - COLATINA (b)	22,7	11,5	14,6	23,8	11,4	14,4	14,8	8,4	19,8	18,4	17,5	19,8		36,1	19,5	12,3	11,4
III - BATAIA ESPÍRITO SANTENSE	11,7	8,1	8,4	14,7	7,8	7,1	6,3	5,6	11,5	18,2	31,7	25,4		55,2	32,8	15,2	16,8
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	15,9	9,2	16,4	24,1	18,4	18,1	14,2	13,9	19,9	36,7	41,9	40,8		29,2	22,5	19,6	19,2
V - NOROESTE ORIENTAL DO CARAJÁ	25,1	17,6	18,6	29,5	17,6	18,8	13,5	8,1	26,5	42,5	46,9	44,6		25,5	19,5	17,8	16,7
VI - PARQUE DAS TIARÉAS	23,4	19,1	9,4	15,9	13,5	13,6	9,4	8,7	38,8	57,5	66,2	59,7		16,8	12,8	10,9	9,9
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	9,9	7,7	7,8	9,7	15,1	15,7	12,6	16,7	27,2	33,2	38,4	44,9		21,5	14,8	12,8	9,4
VIII - VITÓRIA	12,4	9,9	8,8	9,5	8,7	8,7	5,3	7,2	32,5	31,3	37,4	26,8		21,1	17,8	10,5	13,6
ESPÍRITO SANTO	17,5	9,3	10,1	15,5	12,4	12,4	9,6	8,5	21,1	31,4	47,3	39,8		34,8	28,4	13,2	13,4

FONTE: CENSOSS AGRÍCOLAS
 (a) Área litigiosa em 1968.
 (b) Excluive área litigiosa em 1968.

tiva foi superada pelas culturas permanentes, especialmente devido à expansão do café modernizado. Nesse quinquênio, houve uma retomada do crescimento agrícola, baseado em culturas destinadas aos mercados internacional e energético. Também continuaram a crescer as matas plantadas, amparadas pelos incentivos fiscais e pelos mercados garantidos da área industrial (carvão e celulose). É possível afirmar que, durante esse quinquênio, foi mais intenso o processo de modernização agrícola.

3. Indicadores da Modernização

Nesta seção, serão examinados os indicadores da modernização agrícola, que compreendem aspectos relativos à base técnica, ao emprego, às relações de trabalho, à formação dos complexos agroindustrias e aos resultados sobre a estrutura fundiária, a produtividade do trabalho e o deslocamento das populações rurais.

3.1. Base técnica

Em seus aspectos tecnológicos, a modernização da agricultura pode ser captada a partir de indicadores que permitam mostrar, primeiro, o aprofundamento do desenvolvimento capitalista no campo e, segundo, como este intento é conquistado por meio do controle das condições naturais de produção e exclusão do elemento subjetivo do processo de tra

balho.

O aumento das despesas monetárias nos estabelecimentos agropecuários, além de significar maior grau de mercantilização, reflete também ampliação das relações intersetoriais inerente à própria modernização. Isto se verifica, com maior velocidade e complexidade, pela elevação dos gastos com insumos produzidos pela indústria de transformação, que passa a influenciar o padrão tecnológico a ser absorvido pela agricultura. Os indicadores de mecanização e de utilização de insumos químicos revelam mais diretamente o progresso técnico alcançado e permitem demonstrar as condições em que se procura reduzir riscos e elevar a produtividade na agricultura. A respeito deste último aspecto, é bom esclarecer o seguinte: embora as despesas e a mecanização apareçam referidas à área explorada (por exemplo, despesas por hectare e hectares de área explorada por trator), não é de menor importância que se relacionem esses itens com o pessoal ocupado, o que torna possível detectar mais diretamente o potencial de aumento da produtividade do trabalho.

As Tabelas 20 e 21 mostram, respectivamente, a evolução das despesas por área explorada e as despesas por pessoa ocupada em média na agricultura, no Espírito Santo e suas microrregiões. (58) Observa-se que, na primeira me

(58) - O número médio de pessoas ocupadas no ano é resultado da seguinte soma: (a) média do número máximo de empregados temporários, contratados diretamente, mais (b) estimativa dos trabalhadores contratados por empreitada, mais (c) mão-de-obra permanente em 31 de dezembro. Ver HOFFMANN, R. et alii. *Inovações tecnológicas e evolução recente da agricultura brasileira: relatório de pesquisa*. (s.l.s.n.), 1985, p. 650-655.

tade da década de 70, não houve crescimento significativo destes dois indicadores para a média estadual. Nas microrregiões onde a pecuária mais se expandiu, as despesas por pessoa ampliaram-se mais do que as despesas por hectare. Em Alto São Mateus, por exemplo, onde existiu forte predomínio das pas-tagens, enquanto houve redução das despesas por área explo-rada, as despesas por pessoa apresentaram expansão, revelan-do o caráter extensivo da exploração da terra, embora sob a presença da modernização. Já nas microrregiões mais depen-dentes das culturas, onde ocorreram taxas negativas de cres-cimento da área explorada com lavouras, especialmente com o café, houve retração nos gastos por hectare e por pessoa o-

TABELA 20. INDICE DE EVOLUCAO (a) E VALOR REAL (b) DAS DESPESAS POR HECTARE EXPLORADO. ES. E MICRORREGIOES, 1970 - 1980.

MICRORREGIOES	1970		1975		1980	
	VALOR	INDICE	VALOR	INDICE	VALOR	INDICE
I - ALTO SAO MATEUS	495	100	332	67	637	129
II - COLATINA	631	100	500	79	1.128	179
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	408	100	566	139	1.079	264
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	549	100	716	130	1.593	290
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	862	100	750	87	1.823	211
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	689	100	728	106	1.170	170
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	664	100	928	125	1.135	171
VIII - VITORIA	914	100	726	79	1.017	111
ESPIRITO SANTO	581	100	598	103	1.169	201

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

(a) 1970 = 100

(b) Em Cr\$ de 1977, deflacionado pelo Índice de Preços Pagos aos Agricultores.

TABELA 21. INDICES DE EVOLUCAO (a) E VALOR REAL (b) DAS DESPESAS POR PESSOA OCUPADA EM MEDIA NA AGRICULTURA. ES E MICRORREGIOES. 1970 - 1980.

MICRORREGIOES	1970		1975		1980	
	VALOR	INDICE	VALOR	INDICE	VALOR	INDICE
I - ALTO SAO MATEUS	6.228	100	6.984	111	11.933	192
II - COLATINA	6.427	100	4.397	68	8.012	125
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	5.272	100	7.997	152	13.248	251
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	4.169	100	5.130	128	11.276	270
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	5.232	100	4.278	82	9.963	190
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	6.808	100	7.956	117	10.464	154
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	5.446	100	6.713	123	10.250	188
VIII - VITORIA	8.295	100	7.565	91	12.512	150
ESPIRITO SANTO	5.699	100	5.937	104	10.503	184

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

(a) 1970 = 100

(b) Em Cr\$ de 1977, deflacionado pelo Índice de Preços Pagos aos Agricultores.

cupada (Colatina e Vertente Oriental do Caparaó).

No segundo quinquênio da década, no entanto, quando as lavouras se expandem e as pastagens são reduzidas, ocorre um explosivo crescimento das despesas, seja por pessoa ocupada, seja por hectare explorado. Esta evolução ganha um significado especial, quando comparada com a dos demais Estados brasileiros. No início dos anos 70, enquanto o Espírito Santo mal conseguiu acompanhar a média nacional, os demais Estados do Sudeste e Sul tiveram grande crescimen-

to. (59) Já na segunda metade da década, entretanto, verifica-se que as despesas realizadas pela agropecuária capixaba evoluíram a taxas largamente superiores, apresentando uma das maiores expansões verificadas no país. É interessante destacar que, neste mesmo período, ocorreu uma desaceleração na evolução dos gastos relativos dos principais Estados, destacando-se o Paraná e o Rio Grande do Sul. Isto estabelece uma diferenciação de ritmo e de tempo da modernização entre as diversas regiões do país, cujas causas se encontram nas suas distintas formas de inserção no mercado nacional.

Nas Tabelas 22 e 23, encontram-se os indicadores de mecanização da agricultura. Na década de 60, a área explorada por trator reduziu-se para o Espírito Santo como um todo, bem como para todas as suas microrregiões. Em Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, onde o Programa de Erradicação dos Cafezais teve maior incidência, essa queda foi de magnitude inferior à média estadual, indicando um ritmo menos intenso de progresso técnico. Por outro lado, na Baixada Espírito-Santense, onde se intensificou a exploração da terra, a partir da derrubada e ocupação de áreas de florestas nativas, ocorreu uma abrupta queda no número de hectares por trator, estendendo-se este movimento até meados da década de 70. Na verdade, a velocidade da modernização, quando medida por este indicador, revela-se superior nas micror

(59) - A respeito da evolução das despesas nos estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil, ver HOFFMANN, R. et alii. *Op. cit.*, p. 358-375.

TABELA 22. DISPONIBILIDADE POTENCIAL DE TRATORES EM RELAÇÃO A ÁREA EXPLORADA, ES E MICRORREGIÕES, 1960-1980. (HECTARES DE ÁREA EXPLORADA POR TRATOR).

MICRORREGIÕES	60	70	75	80
I - ALTO SÃO MATEUS (a)		15.521	6.904	1.595
II - COLATINA (b)	6.500	4.856	2.422	694
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	17.615	4.072	1.440	494
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	3.395	1.754	1.297	464
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	4.010	1.955	1.729	660
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3.111	2.664	2.009	1.033
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	3.478	1.094	902	490
VIII - VITÓRIA	1.626	919	763	467
ESPÍRITO SANTO	4.850	2.833	1.713	631

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

(a) Área litigiosa em 1960.

(b) Exclusiva área litigiosa em 1960.

TABELA 23. DISPONIBILIDADE POTENCIAL DE TRATORES EM RELAÇÃO A MÃO-DE-OBRA OCUPADA, ES E MICRORREGIÕES, 1970-1980. (NO TRATORES POR 1000 PESSOAS OCUPADAS EM MÉDIA NO ANO).

MICRORREGIÕES	70	75	80
I - ALTO SÃO MATEUS (a)	1	3	12
II - COLATINA (b)	2	4	10
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	3	10	25
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	4	6	15
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	3	3	8
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	5	9
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	7	9	18
VIII - VITÓRIA	10	14	26
ESPÍRITO SANTO	3	6	14

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

(a) Área litigiosa em 1960.

(b) Exclusiva área litigiosa em 1960.

regiões mais atrasadas do norte do Estado, permitindo que os seus valores absolutos se aproximem ao da média estadual, como se observa na Baixada Espírito-Santense e em Colatina, nos anos 70. O decréscimo da atividade pecuária e a expansão das lavouras, nestas duas microrregiões, no final da década, contribuíram para que isso fosse possível. Já em Alto São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim, onde a pecuária não retrocedeu em igual magnitude, a área explorada por trator manteve-se alta, embora nesta última houvesse uma base relativamente mais tecnificada, tanto em 1960, quanto em 1970. Quanto à disponibilidade de tratores por pessoa ocupada, as considerações são semelhantes, mesmo observando-se uma evolução mais rápida do que o indicador anterior, o que comprova, mais uma vez, a natureza da modernização extensiva quanto aos aspectos da exploração da terra, principalmente para a atividade pecuária, mas tendo por meta elevar a produtividade do trabalho.

O grau de mecanização da agricultura do Espírito Santo, quando analisado sob a ótica da disponibilidade de tratores em relação à área explorada ou ao número de pessoas ocupadas, revela-se superior à maioria dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Durante os dois decênios aqui analisados, apenas houve "atraso" em relação aos Estados do Sul e Sudeste. (60) Enquanto o Espírito Santo mal

(60) - Sobre o emprego de máquinas e insumos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil, ver HOFFMANN, R. et alii. *Op. cit.*, p. 290-313.

conseguiu acompanhar o crescimento médio nacional, até meados dos anos 70 - inclusive com um desempenho abaixo daquele alcançado pelas principais regiões agrícolas do Brasil -, no final deste período, ao contrário, os seus indicadores de mecanização cresceram a taxas superiores às verificadas na maioria dos Estados brasileiros; exetutando-se, é claro, as regiões de expansão da fronteira agrícola no norte do país. Portanto, a corrida perdida até 1975 foi recuperada em curto espaço de tempo, no final dos anos 70. Isso permitiu que, no mínimo, fosse mantida a distância que o separava das Regiões Sul e Sudeste (exceto São Paulo), em termos da intensidade da mecanização.

Na Tabela 24, podem ser vistos os índices de utilização de insumos químicos na agricultura capixaba. Percebe-se o aumento no uso de fertilizantes e defensivos, especialmente na segunda metade da década de 70, quando a pecuária cede espaço para as lavouras. Estas últimas passaram a usar insumos químicos em grau muito superior ao verificado na década anterior. Vale ressaltar que a porcentagem de estabelecimentos que utilizavam adubação, no Espírito Santo, no início da década de 60, estava próxima daquela observada nas regiões de agricultura mais atrasada do país. No entanto, em 1980, esse valor já era comparável ao dos Estados mais adiantados, o que comprova mais uma vez o ritmo acelerado da modernização.

TABELA 24. PORCENTAGENS DE ESTABELECIMENTOS QUE UTILIZAM ADUBACAO QUINICA E/OU ORGANICA E DEFENSIVOS. ES E MICRORREGIOES. 1960-1980. (PORCENTAGENS DO NUMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS).

MICRORREGIOES	ADUBACAO QUIM E/OU ORG.				DEFENSIVOS	
	60	70	75	80	75	80
I - ALTO SAO MATEUS (a)		4,6	1,8	20,7	80,6	78,9
II - COLATINA (b)	6,4	7,3	13,3	48,4	73,0	79,5
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	0,4	2,9	6,0	33,3	77,3	80,2
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	11,0	31,1	51,0	79,8	79,0	85,0
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAO	2,6	12,3	33,8	82,3	63,1	87,1
VI - CACHOEIRO DE ITAPENIRIM	5,6	14,2	22,5	63,0	76,9	84,7
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	0,8	3,5	11,2	38,0	69,7	72,4
VIII - VITORIA	6,5	14,9	19,0	40,3	66,7	74,9
ESPIRITO SANTO	5,3	13,0	23,9	57,1	74,5	81,7

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

(a) Area litigiosa em 1960.

(b) Exclusive area litigiosa em 1960.

3.2. Emprego e relações de trabalho

O conceito de modernização da agricultura não envolve apenas as transformações na base técnica, mas também alterações no emprego de mão-de-obra e nas relações de trabalho. O avanço das forças produtivas sob o capitalismo conduz ao maior controle do capital sobre o processo de produção, o que implica eliminar a interveniência de aspectos subjetivos e/ou fortuitos na determinação do tempo de trabalho, socialmente necessário para a produção de mercadorias. Isto significa, por um lado, reduzir a absorção de mão-de-

obra e, por outro, a introdução de relações sociais de produção, adequadas ao desenvolvimento capitalista.

No Brasil, é difícil obter indicadores precisos dessas mudanças, haja vista a natureza dos dados estatísticos disponíveis e a complexidade de relações de trabalho existentes. Por exemplo, o cálculo da média de pessoal ocupado na agricultura para 1960, bem como da estrutura de emprego ficou prejudicado neste trabalho por questões de compatibilização estatística entre os Censos Agropecuários. Contudo, como a década de 60 é de fundamental importância para o entendimento das mudanças ocorridas na agropecuária capixaba, optou-se pela utilização dos dados de população rural existentes nos Censos Demográficos; esta foi a forma encontrada para estimar a geração de emprego rural. No que diz respeito à interpretação da composição relativa da mão-de obra, utilizaram-se as categorias encontradas nos Censos Agropecuários.

Na década de 60, parcela considerável da população rural capixaba não encontrou ocupação na agricultura. O Programa de Erradicação dos Cafezais e a pecuarização que o seguiu contribuíram fundamentalmente para provocar uma redução líquida de 137.470 pessoas que habitavam o campo durante esse decênio. Dentro do Estado, as duas principais microrregiões cafeeiras, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, foram as que mais perderam contingente, cerca de 142.912 pessoas entre 1960 e 1970 (ver Tabela 25). Estes resultados

significaram a expulsão antecipada de boa parte da população rural dessas áreas. Ou seja, isso ocorreu antes mesmo que a modernização agrícola se tornasse mais intensa na década posterior. Para ter-se um exemplo, atente-se para o fato de que entre 1970 e 1975, quando já havia cessado a erradicação, o número médio de pessoas ocupadas na agricultura, apesar de não ter crescido significativamente para o total do Estado, apresentava uma elevação de 16,9% em Colatina (ver Tabela 26). Aparentemente contraditória com o que se poderia esperar para a década de 70, esta constatação pode ser explicada por dois argumentos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar a magnitude da população perdida nos anos 60, o que deprimiu a base estabelecida para 1970. Em segundo lugar, foi nesse período que se iniciaram os Planos de

TABELA 25. POPULAÇÃO RURAL DO ESPÍRITO SANTO E MICRORREGIÕES, 1960 - 1970.

MICRORREGIÕES	1960	1970
I - ALTO SÃO MATEUS	87.342	63.244
II - COLATINA	308.021	209.902
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	138.422	151.200
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	140.589	135.735
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	28.618	53.515
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	80.053	70.698
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	170.900	126.107
VIII - VITÓRIA	60.942	67.016
ESPÍRITO SANTO	1.014.887	877.417

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS

TABELA 26. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA NO ANO, 1970-1980.
ES E MICROREGIÕES.

MICROREGIÕES	70	75	80
I - ALTO SÃO MATEUS (a)	27.137	17.904	21.466
II - COLATINA (b)	73.916	86.440	102.963
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	59.236	56.950	68.379
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	59.111	65.730	68.423
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	31.895	36.082	36.829
VI - CACHOEIRO DE ITAPENIRIN	45.269	40.230	49.814
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	23.217	24.053	20.876
VIII - VITÓRIA	6.986	7.036	6.179
ESPÍRITO SANTO	326.768	334.425	374.928

FORTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

(a) Área litigiosa em 1960.

(b) Exclusive area litigiosa em 1960.

Renovação e Revigoração de Cafezais, cujos resultados, em termos de geração de emprego, foram positivos logo no início da década, uma vez que na anterior a pecuarização já havia eliminado boa parcela do emprego agrícola. Essa nova expansão do café, cuja base técnica se apresentava modernizada, não incidiu diretamente sobre a agricultura cafeeira antecedente, o que causaria imediato desemprego. Na realidade, houve uma destruição prévia desta última, seguida por uma pecuarização incapaz de absorver excedentes marginalizados de força de trabalho. Somente então o café moderno, superior à

pecuária em termos de geração de emprego, foi capaz de reabsorver uma parcela da mão-de-obra que havia sido desocupada em Colatina, elevando o nível de emprego. Também contribuiu para essa elevação, durante os primeiros cinco anos da década de 70, a própria continuidade do avanço da pecuária, agora ocupando áreas de matas.

Em Cachoeiro de Itapemirim, também atingido pela erradicação na década de 60, continuou o decréscimo de pessoal, entre 1970 e 1975, ao contrário de Colatina. Nas duas microrregiões, a eliminação de cafezais reduziu o contingente populacional. No entanto, a retomada dos plantios privilegiou, inicialmente, apenas o norte do Estado, enquanto em Cachoeiro isso só aconteceu de 1975 a 1980.

Nesses cinco anos, o pessoal ocupado na agricultura capixaba voltou a crescer. Desta feita, devido a um movimento inverso ao do período anterior, recuperam-se as lavouras - principalmente a do café, nas microrregiões não-tradicionais nesta cultura - e regridem as pastagens. Apenas no Litoral Sul e em Vitória, ocorreu redução do pessoal ocupado. No primeiro, explicável pela modernização e expandão da agricultura canavieira e, no segundo, possivelmente devido à forte atração exercidas pelas atividades urbanas da Grande Vitória.

Em que pese uma recuperação no número de pessoas ocupadas entre 1970 e 1975, em algumas microrregiões, não houve crescimento significativo para o total capixaba.

Comparado com outros Estados da Federação, exceto São Paulo, o Espírito Santo apresentou a menor taxa de crescimento do país, durante esse período. Já no quinquênio seguinte, enquanto nas principais regiões agrícolas brasileiras o nível de emprego reduziu-se ou cresceu a taxas menores, no Espírito Santo houve uma superior expansão. (61)

Segundo os indicadores de base técnica, a modernização da agricultura capixaba foi mais intensa na segunda metade da década de 70. A princípio, seria de esperar-se que os indicadores de emprego acompanhassem esse ritmo, em sentido inverso. No entanto, observa-se o contrário, ou seja, o pessoal ocupado cresceu mais rapidamente no momento mais intenso das transformações na base técnica. Apesar de isso parecer contraditório, não custa relembrar, em primeiro lugar, a modernização agrícola ocorreu no Espírito Santo, durante o referido período, por meio de nova expansão da cafeicultura, e, em segundo lugar, essa modernização foi precedida de intensa pecuarização. Ou seja, primeiro ocorreu uma expulsão que antecedeu a modernização e, a seguir, uma atividade de pouco absorvedora de mão-de-obra foi sucedida por outra de superior capacidade em reter força de trabalho, ainda que esta tenha sido acompanhada de maior progresso técnico. Obviamente, isso não significa a inexistência de excedentes popu-

(61) - A respeito da evolução do emprego e das relações de trabalho no Brasil, ver HOFFMANN, R. et alii. *Op. cit.*, p. 337-357.

lacionais marginalizados, no campo. Conforme será visto posteriormente, o êxodo rural então verificado confirmou a versão de que a modernização da agricultura expulsa força de trabalho agrícola.

Sob um outro ângulo, ocorreram transformações nas relações de trabalho, as quais se efetuaram com enorme rapidez, durante a década de 70. A mão-de-obra familiar reduziu-se de 60,3% para 47,3% durante o período (ver Tabela 27). Ao mesmo tempo, os empregados permanentes e temporários aumentaram sua participação de 19,6% para 33,2%. Embora esse movimento sinalize o avanço das relações capitalistas, a agricultura capixaba conseguiu manter uma característica singular na composição relativa da sua força de trabalho, qual seja, a de destacar-se nacionalmente, como aquela que possuía o maior percentual de Parceiros e Outros - 20,1%, em 1970. Entre 1970 e 1975, houve uma queda na participação relativa dessas categorias; no entanto, com a retomada dos plantios de café foi possível retornar ao patamar anterior, já no final da década. Observa-se que as microrregiões cafeiras concentraram a maior parte dos indivíduos pertencentes a essas categorias. Já a mão-de-obra familiar apresentou queda em todas as microrregiões do Estado, ainda que mais acentuadamente na segunda metade da década. Isso permite concluir que a modernização foi acompanhada pela redução na participação de membros não-remunerados da família - geralmente vinculados à posse da terra - e uma elevação no uso de traba

TABELA 27. COMPOSIÇÃO RELATIVA DA MÃO-DE-OBRA OCUPADA EM MÉDIA NO ANO, ES E MICRORREGIÕES, 1960 - 1980. (PORCENTAGENS EM RELAÇÃO AO NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA NO ANO).

MICRORREGIÕES	FAMILIAR			EMPREGADOS PERMANENTES			EMPREGADOS TEMPORÁRIOS			PARCEIROS/OUTROS		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
	I - ALTO SÃO MATEUS	61,8	57,2	44,6	6,9	17,7	17,4	17,7	18,7	30,9	13,6	6,4
II - COLATINA	55,4	54,3	44,1	3,9	9,5	10,0	12,1	11,6	21,4	28,7	24,6	24,4
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	65,6	60,6	43,2	7,7	12,3	23,0	19,5	18,1	24,2	7,3	9,0	9,5
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	73,2	71,3	62,7	2,9	5,0	6,9	6,5	7,0	10,0	17,4	16,7	20,4
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	55,1	49,7	42,4	2,8	6,3	8,7	5,8	10,4	12,1	36,3	33,6	36,8
VI - CACHOEIRO DE ITAPENIRIM	43,2	46,4	38,4	11,4	17,7	21,6	16,1	17,0	16,6	29,4	18,8	23,4
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	66,4	67,7	57,7	6,2	10,2	12,5	23,1	18,9	26,2	4,3	3,2	3,6
VIII - VITÓRIA	69,9	66,6	49,0	11,3	12,4	28,5	16,0	17,5	20,6	2,8	3,4	1,9
ESPIRITO SANTO	60,3	58,6	47,3	5,9	10,3	14,1	13,7	13,3	19,1	20,1	17,7	19,5

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

lhadores destituídos desse meio de produção, como o são os parceiros, agregados, os moradores e outros.

Por razões históricas da formação de sua estrutura agrícola, baseada na pequena propriedade, a microrregião Colonial Serrana Espírito-Santense foi a que apresentou a maior incidência do trabalho familiar, ocorrendo o inverso para a participação dos Empregados. Quanto a estes, também desvinculados da posse da terra, nota-se o predomínio dos temporários, cuja presença foi maior no norte do Estado e na região canavieira do Litoral Sul Espírito-Santense. A participação de Empregados Permanentes e Temporários no total da mão-de-obra ocupada é crescente para todo o período e em todas as microrregiões.

3.3. Os complexos agroindustriais

A modernização da agricultura é resultado do próprio desenvolvimento da economia capitalista, cuja dinâmica, em última instância, é induzida pela indústria de transformação. Na etapa originária do capitalismo, o aprofundamento do processo de divisão social do trabalho promoveu a separação espacial entre a agricultura e a indústria. Ou seja, os sistemas fabris criados nas cidades apartaram-se da antiga economia dominial da Idade Média. No entanto, essa separação sobreviveu apenas enquanto ainda restavam resquícios do feudalismo no campo. Uma vez ultrapassada a fase inicial do "capitalismo concorrencial" e estabelecidas as estruturas oligo

polizadas da etapa contemporânea, embora a divisão técnica do trabalho tenha alcançado patamares superiores, houve uma reaproximação entre a indústria e a agricultura, determinando relações caracteristicamente distintas. O avanço do capital, ao mesmo tempo em que transformou e subordinou a produção agrícola, contribuiu para integrá-la aos setores industriais: os que passaram a fabricar os meios de produção necessários aos novos processos de trabalho introduzidos no campo e aqueles que passaram a demandar matérias-primas geradas pela agricultura.

Isso remete o estudo ao conceito de "Complexos Agroindustriais", entendido como uma estrutura integrada de setores industriais a jusante e a montante da agricultura, onde esta aparece subordinada aos monopólios e oligopólios industriais, típicos da fase moderna do capitalismo. Tal subordinação, num plano genérico, pode ser atribuída ao inferior "poder de mercado" das empresas agrícolas, as quais se encontram visivelmente mais dispersas. Num plano específico, ela pode ser percebida pelas diferentes formas de interferência das agroindústrias na própria modernização da agricultura.

Assim, a interveniência dos setores industriais na agricultura transparece, distintivamente, sob formas que vão desde um simples contrato comercial, visando a garantir a regularidade do abastecimento e o padrão de qualidade da matéria-prima até a influência direta na maneira de produzir. A multiplicidade de características, assumida por esta integração inter-

setorial, não pode ser refletida por meio de um padrão genérico, mas sim por estudos de casos particulares, capazes de revelar as distintas formas de subordinação da agricultura à indústria. Para exemplificar, no Espírito Santo podem detectar-se dois níveis extremos de relações entre os dois setores. De um lado, existem as relações estritamente comerciais, entre as fábricas de chocolate e a zona agrícola cacaueteira, e, de outro, uma fortíssima integração entre as destilarias de álcool e a agricultura canavieira. Enquanto para as primeiras trata-se apenas de um vínculo contratual sujeito às determinações do mercado internacional do cacau, para as últimas ocorre uma imposição tecnológica. A verticalização setorial das destilarias é fundamental para atender as necessidades de abastecimento regular e o estabelecimento de preços compatíveis com a rentabilidade esperada, algo somente concretizado através de um elevado índice de auto-abastecimento, ou seja, tanto as áreas de cultivo de cana (ou a sua maior parcela), quanto a planta industrial estão sob controle de um mesmo "bloco de capital".

Desta forma, a produtividade agrícola passa a ser afetada pela agroindústria por meio de diversos mecanismos: localização mais adequada da produção, exigência de padronização do produto, assistência e facilidades de crédito, departamentos de pesquisa e outros. Por outro lado, ao avanço das condições técnicas de produção correspondem transformações nas relações de trabalho: os pequenos produtores que

não conseguem acompanhar os novos padrões tecnológicos são alijados; os que ficam estabelecem novas características para a produção familiar; a proletarização se estende.

Conforme foi visto, fracassaram as tentativas de montar-se uma estrutura agrícola-industrial, integrada no Espírito Santo, durante as primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, a ausência de um setor industrial produtor de meios de produção obrigava aqueles projetos a importarem, juntamente com os equipamentos, todo um padrão tecnológico. As dificuldades de adaptação e manutenção daí resultantes por si sós explicariam sua inviabilidade. Em segundo lugar, essas dificuldades eram impostas pelo próprio estágio "tardio" de desenvolvimento capitalista em que se encontrava o país, mais "tardio" ainda na economia do Espírito Santo. A ausência de um mercado de trabalho local representava um forte entrave à sobrevivência dos empreendimentos.

No entanto, quando se estuda a presença de agroindústrias, no Espírito Santo, nas décadas posteriores a 1960, as condições são outras. O país já havia iniciado a montagem dos setores industriais produtores de meios de produção, e os mercados de produtos e de trabalho cresceram devido ao intenso ritmo das transformações. Além disso, é preciso lembrar as especificidades históricas da economia capitalista deste período, quer dizer, a erradicação do café, pecuarização, modernização/diversificação agrícola e industrialização. Conforme foi ressaltado, após o Programa de Erradica-

ção, seguiram-se o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras e o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, além da criação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo. Por meio destes mecanismos de intervenção pública foram instalados, com incentivos, vários projetos industriais na área de processamento da produção agropecuária, principalmente em subsetores ligados à nova base agrícola. Isso permitiu que o processamento agroindustrial se diversificasse. O segmento voltado para o café, tradicionalmente majoritário, perdeu expressão, e cresceram atividades não apenas ligadas à pecuária bovina de corte e de leite, mas também à suinocultura, à avicultura, à silvicultura (celulose) e à lavoura canavieira (álcool). A partir da conformação de um perfil de consumo, ditado pelo processo de urbanização e concentração da renda, ampliaram-se a pauta e a exigência de produtos mais elaborados. Por outro lado, a transformação técnica da agricultura, ao caminhar em direção à quimificação e mecanização, permitiu a instalação de segmentos, ainda que pouco sofisticados, da "indústria para agricultura".

A Tabela 28 mostra os setores industriais ligados à agricultura no Estado. Procurou-se apresentá-los em dois grupos: a Indústria para Agricultura, que representa os fornecedores de insumos mecânicos, químicos e biológicos, e as Agroindústrias Processadoras, que demandam matérias-primas agrícolas e as transformam. As dificuldades na obtenção dos dados censitários impediram uma análise mais detalhada do

TABELA 28. SETORES INDUSTRIAIS LIGADOS A AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO, 1975 - 1980.

INDUSTRIAS	1975			1980		
	NE	PO	VP	NE	PO	VP
INDUSTRIA PARA AGRICULTURA						
Fab. de maq. e apar. agric.	-	-	-	3	(x)	(x)
Inset., germ. e fungic.	2	(x)	(x)	2	8 *	7,2 *
Adubos, fert. e corret.	1	(x)	(x)	3	213	1585,9
Racoes	12	211	616,3	11	223	781,0
AGROIND. PROCESSADORAS						
Madeira	428	7143	6091,2	341	5919	4954,5
Celulose	-	-	-	1	(x)	(x)
Borracha	1	(x)	(x)	1	(x)	(x)
Couro e peles	4	(x)	(x)	6	167	106,8
Oleos e gord. veg. bruto	15	139	98,5	1	(x)	(x)
Benef. de fibras veg.	1	(x)	(x)	-	-	-
Alimentares:						
-Benef. Cafe e Cereais	432	703	855,3	940	1937	3996,8
-Moagem de Trigo	1	(x)	(x)	2	(x)	(x)
-Torref. e moag. cafe	26	211	496,0	16	196	433,5
-Cafe soluvel	1	(x)	(x)	1	(x)	(x)
-Produç. milho	21	41 *	21,3 *	35	55	9,6
-Produç. mandioca	37	251 *	643,7 *	61	697	225,0
-Benef., moag. nao espec.	1	2 *	0,4 *	1	3 *	6,6 *
-Conservas veg. e sucos	4	65 *	63,3 *	1	16 *	16,0 *
-Espec. e condimentos	2	24 *	21,6 *	2	32 *	32,1 *
-Doces	9	110 *	85,0 *	7	75	48,3
-Abat. animais e cons. carne	26	1077 **	222,9 **	35	1343	4192,9
-Cons. pescado	2	(x)	(x)	4	299	114,2
-Laticinios	25	761 **	3595,9 **	22	907	4346,3
-Fabr. acucar	3	274	800,1	2	(x)	(x)
-Refino oleos vegetais	-	-	-	3	327	3864,2
Bebidas	134	(x)	(x)	138	(x)	(x)
Fumo	1	(x)	(x)	-	-	-

FONTE: CENSO INDUSTRIAL

NE: numero de estabelecimentos.

PO: media mensal de pessoal ocupado.

VP: valor da producao em milhoes de cruzeiros a precos de 1980 (corrigido pelo IGP-DI).

(x) informacao nao disponivel e impossivel de ser estimada.

* informacao estimada.

** informacao subestimada por falta de dados para alguns estabelecimentos.

crescimento destas indústrias. No entanto, é possível perceber algumas relações.

Quanto ao primeiro grupo, transparece um nítido crescimento. Em 1980, o Censo apresentava três fabricantes de máquinas e aparelhos agrícolas, que não existiam em 1975. São empresas de pequeno porte, pertencentes ao setor metal-mecânico e, portanto, nem sempre voltadas, exclusivamente, para a agricultura. Em geral, fabricavam secadoras de café e máquinas de beneficiamento de café e cereais, atendendo, desta forma, a uma demanda local. Ainda neste grupo, é representativo o crescimento de Adubos, Fertilizantes e Corretivos, bem como de Rações. As primeiras são empresas do segmento misturador da indústria de fertilizantes, cuja tecnologia, relativamente simples, tornou possível a existência de grande número de pequenos estabelecimentos, por quase todo o país. As segundas, também caracterizadas como um segmento de baixo grau de tecnificação, importam grande parte das matérias-primas (soja, milho, farelo de trigo e outros) de outros Estados e as utilizam nas composições de rações, destinadas principalmente à avicultura e à suinocultura. É inexpressiva a participação da "indústria para agricultura" do Espírito Santo, no conjunto da produção nacional do setor. Isto se deve ao próprio processo de industrialização concentrada, verificada no país, onde as principais plantas industriais (tratores, máquinas pesadas, colheitadeiras, etc.) - devido a uma escala mínima suficiente para abastecer todo o mercado brasi-

leiro - instalaram-se preponderantemente próximas às zonas mais industrializadas no Sul-Sudeste.

Já a concentração regional da indústria processadora foi menos intensa. Ainda que também estivesse desigualmente distribuída no território nacional, foi possível a existência de plantas menores e/ou dependentes da proximidade das fontes de matéria-prima. Isto permitiu à "periferia" nacional o aproveitamento de "vantagens locacionais", cujo resultado foi o crescimento de seu parque industrial. No Espírito Santo, até fins da década de 70, a agroindústria processadora cresceu concentrada, fundamentalmente, em atividades do gênero Produtos Alimentares. A única exceção de maior importância foi uma forte presença das serrarias, que, com o esgotamento das reservas florestais, foram sendo transferidas para o sul da Bahia e, posteriormente, para a região norte do país. Entretanto, ao final deste período, a pauta de produtos tornou-se mais diversificada. Além dos tradicionais Beneficiamento de Café e Cereais e Fabricação de Açúcar, tornaram-se relevantes Abate de Animais e Conservas de Carne, Laticínios, Café Solúvel, Moagem de Trigo e Refino de Óleos Vegetais (derivados do processamento de cacau). O maior salto na produção verificou-se com o aumento no abate de bovinos. Durante os anos 70, estavam em operação quatro grandes frigoríficos: Frigorífico Paloma Ltda (1969), FRIMACAL - Frigoríficos e Matadouro Cariacica Ltda (1975), FRIGOESTE - Frigorífico Oeste Capixaba S/A (1975) e FRISA - Frigorífico Rio

Doce S/A (1968).

A partir dos anos 80, a agroindústria capixaba passou por rápido e diversificado crescimento. Ainda que não esteja disponível o Censo Industrial de 1985, é possível fazer esta afirmativa, tendo em vista o surgimento de dois subgêneros não ligados à fabricação de alimentos: Celulose e Álcool. O primeiro pode ser detectado ainda no Censo de 1980, quando a empresa Aracruz Celulose S/A completava apenas um a no de atividade industrial.

De acordo com o seu Relatório Anual de 1988 (62), o Grupo Aracruz estava composto pelas seguintes empresas:

- * Aracruz Celulose S/A - Holding e unidade industrial com capacidade instalada de 475.000t/ano (33% da produção nacional);
- * Aracruz Florestal - Responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, manejo e fornecimento de madeira. Possuía 109.178 hectares de terras, em 1986, dos quais 79.678 reflorestados com eucalipto;
- * Portocel - Porto especializado para exportação de celulose (único do gênero no país);
- * Aracruz Internacional e Aracruz Trading - Sediadas no exterior, apóiam os negócios externos e o desenvolvimento de novos mercados;
- * Aracruz Corretora de Seguros - Presta serviços às demais em presas do Grupo, agenciando seguros.

(62) - Aracruz Celulose S/A, Relatório Anual 1988. Rio de Janeiro, 1989.

Trata-se, portanto, de uma estrutura verticalizada, que revela um alto grau de integração e subordinação tecnológica da agricultura, diante da produção industrial. Na composição acionária da empresa, transparece, também, o controle exercido pelo capital financeiro sobre suas atividades. Em 1990, quando estavam em curso as obras de duplicação da unidade industrial, eram seus proprietários os seguintes grupos econômicos: Lorentzen (norueguês), 28%; Souza Cruz (inglês), 28%; Safra (brasileiro), 28%; BNDES, 12% e Outros, 4%. (63). Ou seja, montou-se uma estrutura moderna de exploração econômica, completamente articulada com a acumulação capitalista de âmbito internacional e alheia a qualquer participação majoritária do capital mercantil local.

A segunda atividade que causou impacto na agroindústria capixaba, na década de 80, foi a produção de álcool, viabilizada pelos incentivos do Programa Nacional de Alcool - PROÁLCOOL. A efetiva implantação do Proálcool, no Espírito Santo, verificou-se somente em 1979, na segunda fase do Programa, quando foram fixadas metas para a produção nacional, até 1985. Recursos oficiais subsidiados destinaram-se à instalação de novas destilarias, formação de canaviais, bem como para a modernização da Usina Paineiras. O Decreto-Lei nº 1820-N, de 1985, redefiniu a área e a implantação das

(63) - GAMA, R.C. *Dados e informações complementares sobre os grandes projetos*. Vitória, 1990, p. 24.

destilarias no Estado. Foram efetivados os seguintes projetos: Companhia de Álcool de Conceição da Barra - ALCON (1984, 60 mil l/dia), Alcooleira Mateense S/A - ALMASA (1982, 60 mil l/dia), Destilaria Itaúnas S/A - DISA (1983, 240 mil l/dia), Cristal Destilaria Autônoma de Álcool S/A - CRIDASA (1982, 245 mil l/dia), Linhares Agroindustrial S/A - LASA (120 mil l/dia), Usina Paineiras S/A (destilaria anexa, 270 mil l/dia) e Alcooleira Boa Esperança S/A - ALBESA (40 mil l/dia). (64).

Conclusivamente, é possível afirmar que a agroindústria capixaba cresceu no interior do processo de industrialização e modernização do campo ocorrido no Espírito Santo. Isto pode ser medido de forma interessante quando se observa o "ranking" das maiores empresas do Estado, no ano de 1984. (65) Do total das cem maiores, dezoito eram indústrias de transformação ligadas à agricultura, sendo que treze estavam entre as cinquenta maiores. A Aracruz Celulose S/A ocupava a terceira posição, na classificação geral. Este conjunto de dezoito empresas era responsável pela produção de álcool hidratado (4), produtos alimentares (8), bebidas (1), fertilizantes (2), calçados (1), celulose (1) e subprodutos da madeira (1). A maioria delas foi instalada nas décadas de 70 e 80.

(64) - SANTOS, R. de S. *Op. cit.*, p. 26-28.

(65) - IDEIES. *100 maiores empresas do Estado do Espírito Santo*. Vitória, IDEIES, 1985.

3.4. Resultados: concentração fundiária, produtividade e êxodo rural

As alterações na base técnica e nas relações de trabalho na agricultura, e sua própria subordinação à dinâmica da acumulação capitalista, acarretaram transformações fundamentais na estrutura agrária. Surge, então, o fenômeno da concentração da propriedade fundiária e o campo passa a expulsar excedentes populacionais que nem sempre são absorvidos nas cidades pela indústria de transformação. Examinaremos alguns desses resultados da modernização a seguir.

Concentração fundiária

Até 1970, o Espírito Santo apresentava o menor Índice de Gini da distribuição da posse da terra, dentre todos os Estados brasileiros. Apenas Santa Catarina, também colonizada por imigrantes europeus, pequenos proprietários, apresentava alguma similaridade. No entanto, na década de 60, iniciou-se um intenso processo de concentração fundiária, cujo ritmo assemelhou-se apenas ao que se verificou em algumas áreas de expansão agrícola, no norte do país.

Apesar do ininterrupto crescimento do Índice de Gini, no Espírito Santo, até 1980, a área média dos estabelecimentos apenas alterou-se significativamente entre 1970 e 1975 (ver Tabela 29 e 30). Na realidade, durante a década de

TABELA 29. AREA MEDIA EM HECTARES DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS. ES E MICRORREGIOES. 1960 - 1980.

MICRORREGIOES	60	70	75	80
I - ALTO SAO MATEUS (a)		192,8	154,1	152,9
II - COLATINA (b)	51,3	53,6	62,5	57,6
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	60,7	72,9	99,7	113,8
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	44,1	39,4	43,5	40,7
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	47,5	39,7	42,3	42,1
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	60,2	51,2	60,0	60,3
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	57,1	41,5	43,7	40,0
VIII - VITORIA	36,2	34,5	51,9	67,6
ESPIRITO SANTO	52,7	53,2	63,4	63,9

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

(a) Area litigiosa em 1960

(b) Exclusive area litigiosa em 1960.

TABELA 30. INDICE DE GINI DA DISTRIBUICAO DA POSSE DA TERRA ENTRE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS. ES E MICRORREGIOES. 1960-1980.

MICRORREGIOES	60	70	75	80
I - ALTO SAO MATEUS (a)		0,662	0,701	0,731
II - COLATINA (b)	0,487	0,557	0,580	0,602
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	0,591	0,657	0,694	0,744
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	0,421	0,456	0,471	0,501
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	0,545	0,547	0,546	0,562
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0,631	0,631	0,615	0,628
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	0,644	0,640	0,673	0,687
VIII - VITORIA	0,699	0,746	0,764	0,770
ESPIRITO SANTO	0,550	0,604	0,628	0,654

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

(a) Area litigiosa em 1960.

(b) Exclusive area litigiosa em 1960.

60, enquanto no norte do Estado houve uma expansão da área explorada, com grandes propriedades voltadas para pecuária de corte - elevando a área média -, no sul, o tamanho médio foi reduzido pela crise da cafeicultura. Verificaram-se, portanto, alterações compensatórias que permitiram manter a área média para o Estado como um todo. Embora no norte o movimento tenha sido acompanhado por maior concentração da posse da terra, não se pode dizer que o movimento inverso verificado no sul do Estado tenha representado uma desconcentração, conforme demonstra a estabilidade dos indicadores calculados para as Microrregiões V, VI e VII (ver Tabela 30 e 31). Nota-se, também, que nos anos 60, as microrregiões Alto São Mateus e Baixada Espírito-Santense ampliaram, substancialmente, sua superioridade, em termos de área média e de desigualdade em relação ao Estado como um todo.

A tendência concentradora foi mantida durante o primeiro quinquênio dos anos 70, seguida por uma elevação na área média das microrregiões do sul, que recuperaram os patamares do princípio da década anterior. Este último fato, somado ao que já vinha se processando no norte, permitiu uma elevação do tamanho médio dos estabelecimentos para o total estadual. Em termos conclusivos pode dizer-se que o aumento da desigualdade na distribuição da posse da terra, observado no Espírito Santo, até 1975, explica-se, basicamente, pelas transformações verificadas no norte do Estado. Isto se deve não apenas à expansão pecuária sobre as florestas naturais, mas

TABELA 31. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS 50 % MENORES, 10 % E 5 % MAIORES ESTABELECIMENTOS NO TOTAL DA ÁREA. ESPÍRITO SANTO E MICRORREGIÕES. 1960 - 1980.

MICRORREGIÕES	50 -				10 +				5 +			
	1960	1970	1975	1980	1960	1970	1975	1980	1960	1970	1975	1980
I - ALTO SÃO MATEUS (a)	-	9,2	7,2	5,8	-	54,2	57,7	61,0	-	40,3	43,4	45,9
II - COLATINA (b)	19,2	15,2	14,0	12,6	39,4	44,9	47,2	48,6	28,0	32,6	35,0	35,9
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	14,4	10,8	9,4	7,2	49,6	55,9	60,5	66,1	39,0	44,7	49,0	54,9
IV - COLÔNIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	22,2	19,9	19,1	17,5	32,0	33,3	35,1	37,6	21,1	22,2	23,5	25,6
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	14,9	14,5	14,7	13,9	41,8	41,3	41,5	43,1	29,5	28,6	28,9	30,4
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	10,9	10,8	11,5	10,9	40,1	51,2	49,2	50,6	35,7	37,4	35,5	36,7
VII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	11,4	10,1	8,8	8,2	54,7	53,2	55,5	56,9	43,0	40,1	42,1	43,8
VIII - VITÓRIA	8,0	5,5	5,2	4,9	59,0	63,9	66,8	67,3	46,6	49,3	53,7	54,0
ESPÍRITO SANTO	15,8	12,7	11,8	10,7	44,6	49,2	52,2	55,1	33,1	37,2	40,5	43,3

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

(a) Área litigiosa em 1960.

(b) Exclusiva área litigiosa em 1960.

também à pecuarização de antigas regiões de café e, ainda, pelo início dos projetos de reflorestamento incentivados, na Baixada Espírito-Santense.

Já na segunda metade dos anos 70, devido ao esgotamento da fronteira agrícola e ao retrocesso da pecuária de corte, a área média dos estabelecimentos não continuou a crescer no Estado como um todo. No entanto, elevaram-se os outros indicadores de concentração fundiária. Tanto o Índice de Gini, quanto a participação dos 10% ou 5% maiores estabelecimentos na área total explorada, pela primeira vez, cresceram em todas as microrregiões, ao contrário da década de 60, quando os efeitos concentradores da erradicação só se fizeram sentir no norte do Estado. Não é por mera coincidência que, entre 1975 e 1980, tenha ocorrido maior intensidade na modernização da agricultura capixaba, conforme demonstraram os indicadores de transformação tecnológica e relações de trabalho. Ressalta-se a alteração na estrutura fundiária da Baixada Espírito-Santense, onde se localizou grande parte dos projetos de reflorestamento. Ali, os 5% maiores estabelecimentos possuíam 54,9% da área total explorada, em 1980. Revela-se, assim, uma associação positiva entre a maior capitalização da agricultura do Espírito Santo e a concentração fundiária.

Produtividade

O progresso técnico representa o mecanismo fundamental da redução do tempo de trabalho, socialmente necessário para a produção de mercadorias, no regime capitalista. Trata-se de uma das formas pelas quais os capitais individuais exercem controle sobre a produção, com o objetivo de elevar a produtividade de trabalho e, assim, sobreviver no interior da concorrência intercapitalista. Partindo desta premissa, pode-se inferir que um dos resultados do avanço do capitalismo no campo é justamente a elevação da produtividade do trabalho, a partir do emprego de novas tecnologias. Isto pode ser avaliado, indiretamente, através da produtividade da terra, bastando que se observe a evolução da produção por unidade de área explorada. No entanto, o mais correto é medir o valor agregado por unidade de força de trabalho.

Na Tabela 32, verifica-se a evolução do valor agregado por pessoa ocupada, na agricultura do Espírito Santo, a partir do ano censitário de 1970. (66) Naquele ano, as duas principais microrregiões produtoras de café, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, apresentavam produtividade superior à média capixaba. Embora, a princípio, isto se explique pelo fato de constituírem-se pólos das principais atividades mer-

(66) - Para 1960 não foi possível fazer estimativas, uma vez que o Censo Agropecuário desse ano não apresenta informações a respeito dos valores monetários da produção.

TABELA 32. VALOR AGREGADO (a) POR PESSOA OCUPADA EM MEDIA NO ANO NA AGRICULTURA, ES E MICRORREGIOES. 1970-1975-1980. VALOR REAL (b) EM CRUZEIROS DE 1970.

MICRORREGIOES	70	75	80	70/80 (%)
I - ALTO SAO MATEUS	550	1.981	1.808	220,9
II - COLATINA	1.458	1.048	1.498	2,8
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	1.008	1.193	1.315	20,8
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	1.030	995	1.440	38,6
V - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAO	982	876	1.361	38,6
VI - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1.322	1.641	1.712	29,5
VII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	1.109	1.258	1.962	76,9
VIII - VITORIA	1.225	1.391	1.500	22,5
ESPIRITO SANTO	1.144	1.187	1.512	32,2

FONTE: CENSOS AGROPECUARIOS

- (a) Valor da producao agropecuaria - Consumo intermediario (adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos, medicamentos, racoes, sal, aluguel de maquinas e equipamentos, transporte da producao, combustiveis e lubrificantes, impostos e taxas e outras despesas; exceto salarios, quota-parte da producao entregue a parceiros, arrendamento de terras, servicos de empreitada, juros e despesas bancarias).
- (b) Foi utilizado como deflator um indice de precos de Paasche obtido dos dados de quantidade e valor da producao das principais culturas da Regiao Sudeste (-SP). Ver HOFFMANN, R. et al, Op. cit., pp. 684-691.

TABELA 33. TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULACAO RURAL. ES E MICRORREGIOES. 1960 - 1980. (EM %).

MICRORREGIOES	1960/1970	1970/1980
I - ALTO SAO MATEUS	-27,6	-51,5
II - COLATINA	-31,9	-15,4
III - BAIXADA ESPIRITO-SANTENSE	9,2	-31,2
IV - COLONIAL SERRANA ESPIRITO-SANTENSE	-3,5	-5,8
V - VITORIA	87,0	-77,7
VI - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAO	-11,7	-2,1
VII - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	26,2	17,8
VIII - LITORAL SUL ESPIRITO-SANTENSE	10,0	30,4
ESPIRITO SANTO	-13,5	23,4

FONTE: CENSOS DEMOGRAFICOS

cantis, não se deve esquecer de que, em 1970, essas microrregiões já haviam passado por uma fase de transformações nas suas respectivas estruturas produtivas. Em ambas o café havia sido parcialmente substituído pela pecuária. Isto é, uma atividade de baixa utilização de mão-de-obra substituiu parte do espaço deixado por outra largamente absorvedora. Certamente isso contribuiu para manter alto o valor da produtividade do trabalho, principalmente em Colatina, onde predominava a pecuária extensiva de corte. Ressalte-se que as cotações do café ainda estavam deprimidas, enquanto o preço da carne se encontrava em ascensão.

Entre 1970 e 1980, o valor agregado por pessoa ocupada elevou-se em todas as microrregiões do Espírito Santo. (67) Para o Estado como um todo, a produtividade do

(67) - Não é aconselhável analisar a evolução do valor agregado por pessoas ocupadas, no Espírito Santo, subdividindo a década de 70 em dois quinquênios (1970-1975, 1975-1980), pois o valor da produção agrícola encontrava-se fortemente determinado por uma cultura permanente, o café, cujo ciclo de produção é longo. Para algumas microrregiões, onde a influência do café é maior, esta advertência torna-se mais pertinente. A retomada do plantio de café, em princípios da década, implicou geração de despesas sem que no mesmo período se verificassem colheitas e, portanto, "valor de produção". Uma vez que o cálculo do valor agregado implica subtrair do valor da produção as despesas verificadas no mesmo ano, fica claro que o indicador subavalia a produtividade do trabalho nos anos em que a incidência de pés novos é maior, dado que ainda não estão produzindo. Assim, presume-se que, em 1975, a maior parte da colheita de café foi proveniente de pés antigos, menos produtivos, e que os pés novos, incorporados sob nova tecnologia, somente apresentaram resultados em anos posteriores. Obviamente, isto contribuiu para reduzir a diferença entre o valor da produção e as despesas realizadas, naquele ano. Devido a esses problemas, o indicador da Tabela 31 deve ser analisado com maiores cuidados. Torna-se indispensável alertar que o progresso técnico embutido nas plantações de café, realizadas antes de 1975, somente contribuiu para a elevação do valor agregado nos anos posteriores, conforme se observou a partir dos dados censitários de 1980.

trabalho cresceu 32,2%, mas algumas microrregiões distanciaram-se desta média. Em Alto São Mateus, devido à grande expansão da pecuária bovina sobre as florestas, houve um crescimento de 228,9%. No Litoral Sul Espírito-Santense, observa-se, também, uma alta taxa (76,9%), pois aí ocorreu intensa modernização da agricultura canavieira. Já em Colatina, a produtividade do trabalho cresceu muito pouco, ao longo da década (2,8%). Provavelmente, o retorno à agricultura cafeeira e o retrocesso da pecuária explicam esse baixo desempenho, pois a cultura do café, mesmo sob bases modernas, permitiu absorver um contingente maior de força de trabalho. Note-se que, em Cachoeiro de Itapemirim, onde a cafeicultura também se expandiu, sem provocar retrocesso da pecuária leiteira, a produtividade do trabalho expandiu-se a uma taxa maior (29,5%).

É interessante observar que, ao longo da década, reduziram-se as disparidades entre as produtividades das microrregiões. Em 1980, os indicadores aproximaram-se da média estadual, dando a impressão de que a modernização, ao envolver todo o espaço agrícola capixaba, permitiu uma recuperação mais rápida das áreas mais atrasadas. Ou seja, o desenvolvimento capitalista no campo estabeleceu uma tendência a homogeneizar as áreas onde penetrou.

Êxodo rural

O êxodo rural foi a consequência inexorável do

processo em questão. Não se pode, entretanto, atribuir apenas à elevação da composição orgânica do capital os números expressivos apresentados pelos deslocamentos rurais-urbanos, havidos no Brasil, nas últimas décadas. Na verdade, a agricultura já expulsava excedentes populacionais antes do processo mais intenso de modernização. Sempre foram comuns fluxos migratórios tradicionais. As antigas áreas de ocupação rural, na medida em que se tornavam incapazes de absorver uma população com altíssimas taxas de crescimento, expulsavam contingentes que reproduziam a mesma estrutura produtiva na fronteira agrícola, caracterizando uma migração de sentido rural-rural. Uma vez fechadas estas fronteiras e, portanto, as possibilidades do crescimento extensivo, tornou-se patente a incapacidade da agricultura de continuar criando emprego, em nível compatível com o crescimento populacional. Portanto, mesmo supondo a manutenção do atraso nas relações de produção, a agricultura, a longo prazo, apresentar-se-ia incapaz de crescer extensivamente e criar um ritmo prolongado de geração de emprego. Contudo, antes que se esgotasse totalmente a fronteira agrícola, houve transformações na base técnica que aceleraram o processo migratório. Como resultado, esgotaram-se mais rapidamente as oportunidades de trabalho no campo, e a migração direcionou-se com mais intensidade no sentido rural-urbano. Mas a industrialização não criou paralelamente um número suficiente de ocupações nas cidades, gerando uma massa de subempregados e assalariados de baixa qualifica-

ção e baixa remuneração.

Esse processo apresenta-se com grande nitidez no Espírito Santo. Até 1960, houve contínua transferência de população do sul para o norte do Estado. Esse deslocamento em direção à fronteira agrícola reproduzia, em seu caminho, a pequena propriedade fundamentada na agricultura cafeeira. Enquanto o sul perdia contingente, inclusive para o Rio de Janeiro, o norte ganhava excedentes populacionais oriundos não apenas das antigas áreas de café, mas também da Bahia e de Minas Gerais.

Na década de 60, esse movimento começa a perder fôlego. Com a crise da cafeicultura e a erradicação, a maioria dos municípios do interior, inclusive no norte do Estado, passou a apresentar saldo migratório negativo. Conforme se observa na Tabela 33, apenas a Baixada Espírito-Santense - com a fronteira agrícola ainda aberta - absorvia população no meio rural. O ritmo de urbanização foi intenso: em 1960, apenas 28% da população residiam nas cidades; em 1970, este percentual atingiu 45,1% (ver Tabela 34). A região da Grande Vitória apresentou expressivos ingressos, enquanto as antigas zonas produtoras de café expulsavam boa parte de sua população. Isto se constata não apenas no município de Colatina, que perdeu o maior contingente, mas também na microrregião de Cachoeiro de Itapemirim, cujos saldos migratórios negativos, ponderados pelas respectivas populações, foram os mais elevados do Estado (ver Tabela 35).

TABELA 34. GRAU DE URBANIZAÇÃO, ES E MICRORREGIÕES, 1960-1980. (% DA POPULAÇÃO URBANA SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO).

MICRORREGIÕES	1960	1970	1980
I - ALTO SÃO MATEUS	6,6	21,6	49,2
II - COLATINA	18,1	34,4	46,5
III - BAIXADA ESPÍRITO-SANTENSE	14,9	31,7	61,7
IV - COLONIAL SERRANA ESPÍRITO-SANTENSE	12,9	18,8	28,8
V - VITÓRIA	85,6	86,1	98,3
VI - VERTENTE ORIENTAL DO CAPARAÓ	14,9	22,7	38,7
VII - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	33,2	46,9	59,6
VIII - LITORAL SUL ESPÍRITO-SANTENSE	20,3	29,6	60,3
ESPÍRITO SANTO	28,4	45,1	66,8

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS 1960 A 1980

Na década seguinte, o processo de urbanização teve continuidade, e a população rural decresceu mais acentuadamente. Nessa época, já havia se esgotado completamente a capacidade de expansão da fronteira agrícola. Além disso, o impacto da erradicação dos cafezais e a continuidade da pecuarização conseguiram manter essa tendência até, pelo menos, meados dos anos 70. Somente a retomada dos plantios de café e a expansão de outras lavouras evitaram que esse ritmo se prolongasse até o fim da década, não sendo, entretanto, suficiente para compensar os efeitos das transformações técnicas. Enquanto a maioria dos municípios do interior apresentava saldos migratórios negativos, a região da Grande Vitória, com seu intenso crescimento industrial, atraía uma massa popula-

TABELA 35. RESULTADOS DA ESTIMACAO DO SALDO NATURAL, DO SALDO MIGRATORIO E DO SALDO MIGRATORIO PONDERADO.
UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESPIRITO SANTO. 1960 E 1970.

MUNICIPIOS (a)	POPULACAO			ESTIMATIVAS		
	1970	1960	CRESCIMENTO	SALDO NATURAL	SALDO MIGRATORIO	SALDO MIGR. PONDERADO (b)
ALTO SAO MATEUS						
Ecoporanga	40.006	31.399	-16.067	6.835	-23.442	-590
Montanha	13.541	17.394	3.853	2.780	1.073	69
Mucurici	20.044	11.531	-8.513	2.113	-10.626	-673
COLATINA						
Baixo Guandu	27.200	25.933	1.267	3.841	-5.108	-192
Colatina	107.587	111.678	4.091	18.014	-13.923	-127
Nova Venecia	47.947	45.660	-2.287	9.062	-11.349	-242
Barra de S. Francisco	54.458	51.519	-2.939	9.825	-12.764	-241
Boa Esperanca	10.545	11.109	564	2.141	-1.577	-146
Mantenopolis	12.267	13.631	1.364	2.378	-1.014	-78
Pancas	20.300	30.095	1.795	6.118	-4.323	-148
Sao G. da Palha	36.011	42.296	6.285	8.091	-1.806	-46
BAIXADA ESP.-SANTENSE						
Conceicao da Barra	32.074	28.384	-3.690	5.868	-9.558	-316
Sao Mateus	41.418	55.000	13.662	11.059	2.603	54
Linhares	93.215	123.163	29.948	26.553	3.395	31
Aracruz	26.804	35.791	8.987	6.254	2.733	87
Fundao	8.251	9.215	964	1.048	-84	-10
Pinheiros	21.284	20.045	-1.239	3.686	-4.925	-238
COL. SERR. ESP.-SANTENSE						
Domingos Martins	24.456	27.584	3.128	3.770	-642	-25
Itaguacu	12.061	13.266	1.205	1.772	-567	-45
Santa Leopoldina	21.958	24.664	2.706	4.075	-1.369	-19
Santa Tereza	26.015	25.991	-24	3.480	-3.504	-135
Afonso Claudio	47.742	48.288	546	9.730	-9.184	-191
Ibiracu	17.296	20.234	2.938	2.582	356	19
Alfredo Chaves	10.432	10.726	294	1.131	-837	-79
Itarana	9.937	8.925	-12	1.177	-1.189	-133
VITORIA						
Cariacica	102.027	109.099	87.072	27.575	59.497	409
Serra	17.377	82.568	65.191	9.894	55.297	1.107
Viana	10.627	23.440	12.813	3.349	9.464	556
Vila Velha	124.731	203.401	78.670	26.076	51.794	316
Vitoria	136.391	207.736	71.345	27.753	43.592	253
VERT. OR. DO CAPARAO						
Castelo	25.938	25.885	-53	3.583	-3.636	-140
Iuna	32.143	37.622	5.479	6.709	-1.230	-35
Muniz Freire	18.900	18.964	64	3.865	-3.301	-201
Conceicao do Castelo	15.060	17.324	2.264	3.361	-1.097	-68

continua

continuacao Tabela 35

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM						
Alegre	40.693	33.519	-7.174	4.781	-11.955	-322
Apiaca	7.443	6.510	-933	1.006	-1.939	-278
Cachoeiro de Itapemirim	101.649	123.686	22.037	17.055	4.982	44
Guacui	16.923	19.405	2.482	2.862	-380	-21
Jeronimo Monteiro	7.379	8.291	912	1.027	-115	-15
Mimoso do Sul	23.952	23.275	-677	3.230	-3.907	-165
Muqui	12.867	12.565	-302	1.948	-2.250	-177
Sao Jose do Calçado	9.748	9.141	-607	1.171	-1.778	-188
Atilio Vivacqua	7.140	5.952	-1.188	607	-1.795	-274
Bom Jesus do Norte	5.122	6.573	1.451	712	739	126
Divino Sao Lourenco	3.967	3.419	-548	660	-1.208	-327
Dores do Rio Preto	3.754	4.000	254	686	-432	-111
LIT. SUL ESP. -SANTENSE						
Guarapari	24.463	38.500	14.037	6.248	7.789	247
Anchieta	11.515	11.413	-102	1.792	-1.894	-165
Iconha	7.655	8.282	627	1.376	-749	-94
Itapemirim	28.766	35.113	6.347	7.370	-1.023	-32
Rio Novo do Sul	9.278	8.900	-378	1.087	-1.465	-161
Piuma	3.610	5.345	1.735	883	852	190
Presidente Kennedy	10.890	9.801	-1.089	2.063	-3.152	-305

FONTE: CENSOS DEMOGRAFICOS in A. H. CASTIGLIONI. Migration, urbanisation et developpement - le cas de L'Espirito Santo - Bresil. Bruxelles. Editions Ciaco, 1989. p. 45.

(a) Divisao geopolitica de 1970.

(b) Saldo Migratorio multiplicado por 1000 e dividido pela media da soma das populacoes de 1970 e 1980.

cional, cuja magnitude se apresentava ainda maior do que a verificada nos anos 60.

A erradicação dos cafezais tem sido considerada como o principal responsável pelo êxodo rural no Espírito Santo. De fato, seus negativos efeitos sociais alimentaram as estatísticas dos discursos oficiais das décadas de 60 e 70, com o objetivo de angariar incentivos fiscais, visando à recuperação econômica do Estado. No entanto, conforme observou Rodrigues,

"... é errôneo imputar à ruptura ocorrida na década de sessenta, geralmente conhecida como 'erradicação dos cafezais', a causa fundamental do êxodo demográfico que se segue. Naquele momento, as regiões onde a ocupação era mais antiga, já apresentavam várias décadas de expulsão demográfica, em alguns casos absoluta. O que ocorria até então é que este processo era pouco percebido, na existência, ainda no interior do Espírito Santo, de espaços a ocupar. A erradicação abrupta dos cafezais e mesmo daquela forma de ocupação vai antecipar um processo que se esgotaria, gradualmente, em fins da década de setenta. (68)

(68) - RODRIGUES, A.C.D. *A dinâmica demográfica no Espírito Santo entre 1940 e 1980*. Vitória, 1989. (ES Século XXI:RH-01)

Na realidade, a erradicação e a pecuarização anteciparam um processo de exclusão de força de trabalho que normalmente ocorre quando as transformações na base técnica realizam-se de forma radical. Se apenas os indicadores de base técnica estivessem disponíveis, seria possível dizer que a expulsão de mão-de-obra rural no Espírito Santo deveria ter acontecido com maior violência, em fins da década de 70, e não antes. De certa forma, a ruptura com a antiga estrutura foi extremamente mais violenta do que em outras regiões do país, pois foi agenciada pela destruição prévia da base existente sem o concomitante e imediato processo de modernização. Existiu um hiato temporal entre a quebra da antiga cafeicultura - principal fruto mercantil da propriedade familiar de subsistência - e o surgimento da nova agricultura empresarial.

Assim, quando a modernização técnica se tornou mais intensiva, a partir da segunda metade dos anos 70, os seus efeitos sobre o nível de emprego rural foram bem menores. Por outro lado, substituiu-se a pecuária por lavouras, cuja capacidade de absorção de força de trabalho era superior.

CONCLUSÕES

A análise realizada permitiu identificar duas fases distintas na história recente da agropecuária do Espírito Santo. A primeira inicia-se em fins do século passado, com a extinção do escravismo e a formação dos núcleos coloniais. A segunda manifesta-se a partir da década de 70, com a modernização da base técnica de produção e das relações de trabalho. Entre esses dois momentos, existiu um intervalo, circunscrito aos anos 60, em que a antiga estrutura, formada na primeira fase, sofre os abalos destruidores da erradicação dos cafezais.

Pode dizer-se que a primeira fase compreende a formação e a consolidação da estrutura agrária que fundamentou a modernização da agropecuária capixaba. O fim das grandes fazendas escravistas no sul do Estado e a criação de núcleos coloniais com imigrantes europeus permitiram a montagem de uma singular economia, baseada na pequena propriedade familiar, em que o café era o principal - e, em grande medida, o único - item de produção mercantil. A produção de subsistência e a existência de uma fronteira agrícola aberta garantiam a reprodução ampliada desta estrutura, tornando-a imune às crises periódicas, provocadas pela superprodução de café. A natureza desta formação incapacitava-a de gerar amplos mercados de consumo e de trabalho. Resistia, portanto, não só às crises, mas também à industrialização, como provam as frustradas tentativas do governo estadual. O atraso das relações mercantis e a descomprometida intervenção do Estado na

produção agrícola estabeleciam outro foco de imutabilidade: a preservação de precárias condições técnicas de produção. Nos anos 30, a atuação mais efetiva do Serviço de Defesa do Café tornou possível alguma melhoria neste sentido, mas não houve qualquer efeito sobre as relações básicas da pequena produção.

A integração das economias regionais após a crise dos anos 30 e a consolidação de um mercado nacional permitiram que aquela estrutura ampliasse lentamente seu grau de mercantilização. As ligações rodo-ferroviárias com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, bem como a melhoria nas instalações portuárias, em Vitória, criaram suporte para que não apenas o café, mas também outros produtos (carne, leite, madeiras, açúcar etc.) cristalizassem uma residual inserção do Espírito Santo no mercado nacional.

O crescimento extensivo desta economia agrícola esbarrou nos limites físicos de suas possibilidades de expansão ao atingir o extremo norte do Estado. Antes, porém, que tais limites fossem totalmente atingidos, a crise cafeeira dos fins dos anos 50 inaugurou a utilização de fortes instrumentos de intervenção estatal sobre a base produtiva. A erradicação dos cafezais na década de 60 marcou o fim de um modelo não empresarial baseado na pequena propriedade. Destruiu a antiga agricultura cafeeira e de subsistência, que foi rapidamente substituída por uma pecuária bovina pouco absorvedora de força de trabalho. Os efeitos daí resultantes foram tão dramáticos que serviram de fundamento para que as elites locais anga

riassem os incentivos fiscais patrocinados pelo Governo Federal. Sob o rótulo de "recuperação econômica" instituíram-se diversos instrumentos de transformação.

Após o rompimento nos anos 60, teve início a segunda fase da história recente da agropecuária capixaba. Tratava-se da montagem de uma nova estrutura, baseada em padrões tecnológicos mais avançados, administração empresarial das atividades e ampliação das relações de trabalho, típicas do regime capitalista de produção. Esse processo foi simultaneamente inaugurado pelos programas de crédito assistido para a pecuária, pelo Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras e pelos incentivos fiscais. Por meio desses instrumentos ampliou-se uma atividade criatória, submetida à lógica do lucro; implantaram-se agroindústrias, infra-estrutura e projetos de reflorestamento. A modernização das lavouras iniciou-se ainda em princípios dos anos 70, com os Programas de Revigoração dos Cafezais, mas intensificou-se somente a partir de meados da década, quando o crédito rural e a assistência técnica, patrocinados pela orientação do Governo Federal, com apoio das instituições locais, atingiram, também, as outras culturas.

Enquanto na primeira metade da década, a modernização da agricultura no Espírito Santo foi restrita e menos intensa do que nas principais regiões agrícolas do país, no quinquênio seguinte esta situação foi revertida. A intensidade das transformações passou a ser superior à da maioria dos

Estados da Federação, ditando um ritmo veloz de modernização. Esta conclusão resulta da observação de vários indicadores: o aumento mais rápido das despesas monetárias e do uso de meios de produção mecânicos e químicos, a ampliação da contratação de força de trabalho assalariado, o rápido crescimento da produtividade do trabalho e uma forte concentração da propriedade fundiária.

A partir da década de 70, assistiu-se, também, à ampliação e à diversificação da agroindústria. Instalaram-se setores a montante (metal-mecânico, fertilizante, rações, etc.) e a jusante (frigoríficos, laticínios, beneficiamento e industrialização de café e cereais, celulose, etc.) da agricultura. Embora os primeiros, devido a seu pequeno porte, não tivessem exercido grande influência sobre os aspectos técnicos da agropecuária local, as agroindústrias processadoras foram, em alguns casos, fundamentais nesse sentido.

Em síntese, a erradicação dos cafezais na década de 60 representou o marco histórico mais importante para a agropecuária capixaba, pois destruiu uma estrutura apenas parcialmente integrada aos mercados e extremamente resistente às crises e às políticas governamentais (agrícolas ou industriais). Em seguida, montou-se uma economia agrícola totalmente mercantilizada, sujeita à lógica do lucro e às flutuações do mercado, aberta às determinações das políticas agrícolas e completamente integrada ao processo de acumulação capitalista. O rápido ritmo das transformações explica-se pela forma drásti-

ca pela qual se verificou a ruptura. A erradicação dos cafezais, acompanhada pela expansão da pecuária, expulsou previamente a força de trabalho que não seria absorvida pelos novos padrões, eliminou, também, boa parcela dos proprietários rurais resistentes à absorção do progresso técnico e menos aptos à administração empresarial. Em outras palavras, algumas das conseqüências do próprio processo de modernização agrícola foram historicamente antecipadas.

Nos anos 80, apesar da grande restrição verificada na concessão de crédito rural subsidiado e da crise econômica no Brasil, a modernização agrícola continuou avançando no Espírito Santo. Na região da Grande Vitória instalaram-se ou ampliaram-se grandes projetos industriais, contribuindo para um crescimento dos mercados locais acima da média nacional. A agricultura foi também beneficiada por preços ascendentes do café, por programas especiais de crédito e assistência técnica (Proálcool, Provárzeas. etc.) e pela ampliação da infraestrutura (eletrificação rural, estradas de rodagem, etc.).

Infelizmente, a não-disponibilidade do Censo Agropecuário de 1985 impediu a construção de indicadores da modernização neste período. No momento em que estas conclusões eram escritas, teve-se acesso apenas a alguns dados preliminares da aquela pesquisa. Constatou-se que o Índice de Gini para a concentração da posse da terra elevou-se de 0,654, em 1980, para 0,673, em 1985. A área média dos estabelecimentos reduziu-se de 63,9ha para 56,3ha, respectivamente. Porém, a participação dos 50% menores estabelecimentos no total da área re-

duziu-se de 10,7% para 9,6%, enquanto os 5% maiores estabelecimentos ampliaram sua participação de 43,3% para 44,8%. Estes resultados, a princípio, confirmam a continuidade do processo de concentração da propriedade fundiária no Estado, como fruto do modelo modernizante implantado no período recente.

Quais foram os efeitos sociais de todas estas transformações? A resposta poderia ser dada a partir de alguns indicadores de qualidade de vida no campo. Os Censos Demográficos revelam alguma melhoria entre 1970 e 1980: a porcentagem dos domicílios rurais duráveis sobre o total de domicílios saltou de 61,8% para 84,6%; a porcentagem dos domicílios com canalização interna para abastecimento de água cresceu de 10,2% para 29,5%; a porcentagem dos domicílios com escoadouros sanitários ampliou-se de 3,2% para 17,6%; a porcentagem dos domicílios com iluminação elétrica saiu de 11,8% para 30,1%; os domicílios que tinham rádio, geladeira, televisão e automóvel cresceram de 41,4%, 2,8%, 1,3% e 2,4% para 75,7%, 15,8%, 15,9% e 10,5%, respectivamente; a taxa de alfabetização elevou-se de 48,7% para 55,6%; a esperança de vida ao nascer, que era de 59,0 anos, na década de 60, subiu para 68,1 anos, na década seguinte.

Contudo, ainda persistiam profundas desigualdades. Hoffmann calculou que o rendimento familiar "per capita" médio, no meio rural capixaba, em 1980, era de 0,55 salário

mínimo (69), a porcentagem da renda recebida pelos 50% mais pobres era de 15,8%, enquanto os 5% mais ricos recebiam 34,2%. Não basta observar apenas a situação dos que ficaram no campo. Os migrantes compreendiam uma parcela significativa da população envolvida. Segundo Castiglioni (70), entre 1970 e 1980, a migração rural-urbana, no Espírito Santo, transferiu pessoas para as atividades menos especializadas e mais mal pagas nas cidades, principalmente para a construção civil, o comércio ambulante e os serviços domésticos. O setor terciário absorveu 51,5% do total de migrantes, sendo que 35,1% das mulheres migrantes foram transformadas em empregadas domésticas. Dos que tinham mais de 10 anos, 31,5% recebiam menos de um salário mínimo e 65,4%, menos de dois.

Não é difícil constatar que o ritmo desse progresso foi ruinoso, "transformando o próprio desenvolvimento em um acontecimento degenerativo, ao invés de construtivo". (71) Não existiu, verdadeiramente, um ajustamento paralelo das populações afetadas às condições modificadas pelo crescimento econômico. A melhoria das condições de vida, expressa pelas

(69) - O tamanho médio da família no meio rural do Espírito Santo em 1980 era de 5,07 pessoas. HOFFMANN, R. *Distribuição da renda na agricultura*. 1988. p. 8 e 9.

(70) - CASTIGLIONI, A.H. *Op. cit.*, passim.

(71) - POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 54.

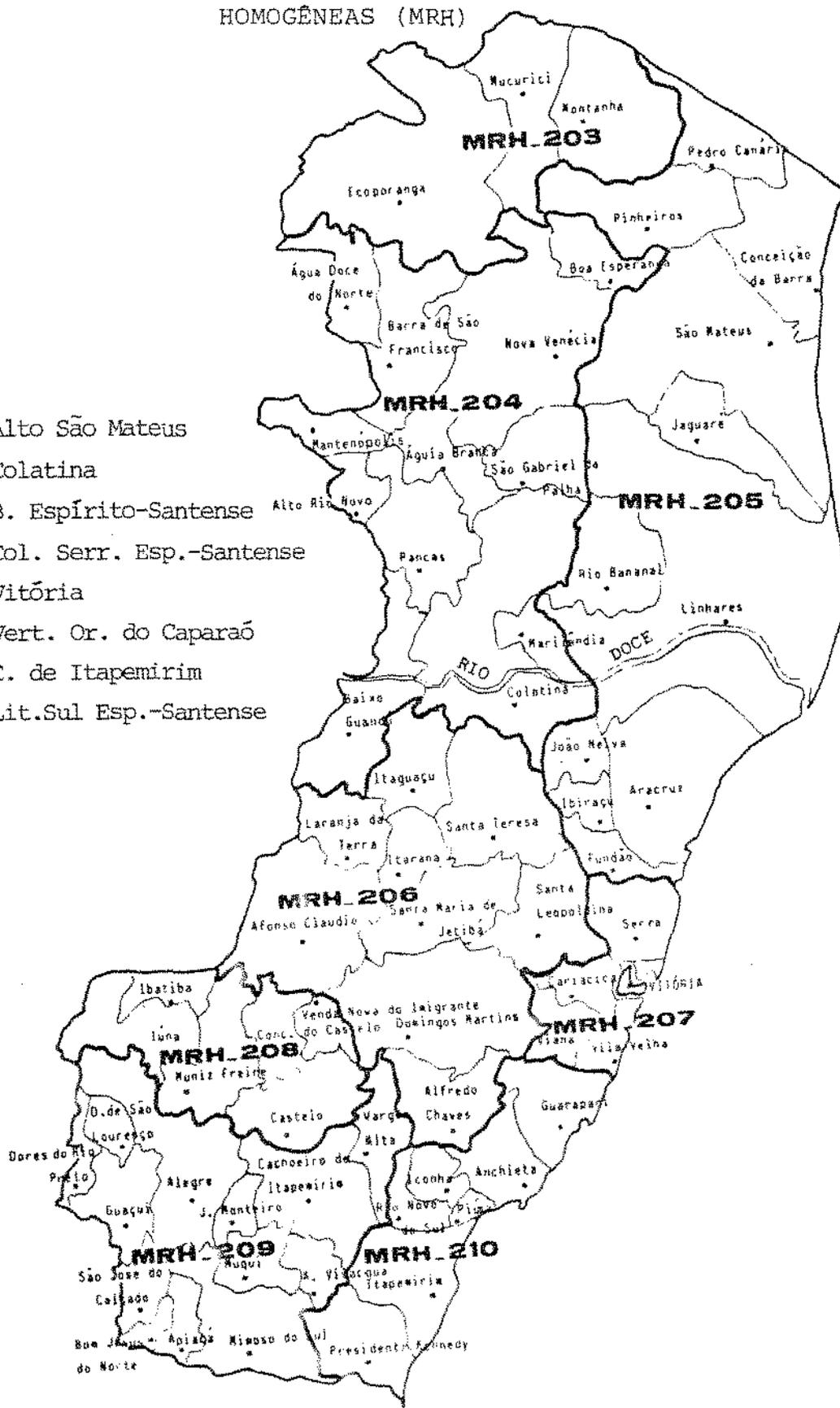
condições dos domicílios rurais, não revela os traumas do processo. Representa, apenas, uma parte insignificante do corpo social atingido. Basta observar o contingente de migrantes rurais que responderam pela favelização dos centros urbanos. Não há dúvidas de que o ritmo do ajustamento esteve aquém do ritmo das mudanças. Não se quer aqui lançar argumento contra o progresso material da sociedade, mas contra a assimetria de sua manifestação. Não existem garantias de um movimento equilibrado e auto-regulado, conforme propõem os mais ardorosos defensores da irrestrita economia de mercado. Não existem garantias de que a riqueza gerada seja bem distribuída.

Formas de intervenção sempre foram historicamente necessárias para evitar a degradação. Controles e ações do Estado são exemplos mais evidentes neste sentido. No Brasil, o Estado foi, em grande medida, promotor das mudanças sem que, em paralelo, contribuísse no mesmo grau para o ajuste social. Obviamente isso decorreu do próprio caráter das classes sociais que o formavam e o utilizavam em seu benefício. Logo, a conquista de uma coordenação por esta via reguladora pressupõe o rompimento do processo de alienação a que esteve submetida a maior parcela dos atingidos, sem o qual continuarão a serem alijados das conquistas materiais que lhes são devidas.

APÊNDICES

MAPA 2
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DIVISÃO SEGUNDO MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS (MRH)

- MRH-203 - Alto São Mateus
MRH-204 - Colatina
MRH-205 - B. Espírito-Santense
MRH-206 - Col. Serr. Esp.-Santense
MRH-207 - Vitória
MRH-208 - Vert. Or. do Caparaó
MRH-209 - C. de Itapemirim
MRH-210 - Lit.Sul Esp.-Santense



APENDICE II. PARTICIPACAO DAS MICRORREGIOES HOMOGENEAS NO TOTAL DA PRODUCAO. ESPIRITO SANTO, DIVERSOS PRODUTOS. (PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DA PRODUCAO ESTADUAL DE CADA PRODUTO).

ALHO

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	-	-	-	-	-	-	-	-
64/65/66	0,0	11,3	1,7	56,2	0,0	8,7	14,6	7,5
69/70/71	0,0	19,1	1,9	37,6	0,0	7,9	26,7	6,8
74/75/76	0,0	5,8	0,4	29,3	0,0	17,4	41,4	6,2
79/80/81	0,0	1,9	0,0	78,9	0,0	10,7	8,5	0,0
84/85/86	0,0	0,3	0,0	95,7	0,0	3,9	0,2	0,0

ABACAXI

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	0,6	7,4	19,6	8,1	45,0	1,3	7,3	10,4
64/65/66	0,3	2,5	7,7	2,4	45,1	0,3	2,4	39,3
69/70/71	0,1	0,5	47,8	1,2	25,1	0,1	0,3	24,9
74/75/76	0,1	0,0	3,8	0,0	15,7	0,0	0,4	79,9
79/80/81	0,0	0,0	13,7	2,2	6,5	0,0	0,4	77,2
84/85/86	0,0	0,0	4,0	0,0	41,6	0,0	0,0	55,6

ARROZ

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	5,6	28,7	5,9	7,4	1,5	3,4	28,7	18,9
64/65/66	6,4	24,8	6,6	8,9	1,6	5,1	27,2	19,4
69/70/71	7,1	38,1	6,6	12,6	2,5	4,6	15,0	13,6
74/75/76	4,1	50,0	9,3	6,5	2,9	4,1	15,9	7,1
79/80/81	4,6	57,4	5,2	6,7	3,2	3,4	14,4	5,1
84/85/86	6,0	52,7	8,5	9,3	1,0	5,5	12,9	2,5

continua

continuação Apêndice II

BANANA

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	1,2	18,3	14,6	15,1	24,6	4,9	12,1	9,1
64/65/66	0,9	15,4	14,7	23,3	13,0	7,4	14,8	10,6
69/70/71	0,7	11,6	9,9	19,6	11,2	6,5	13,1	27,4
74/75/76	0,8	9,0	14,5	20,9	11,0	7,3	17,7	18,8
79/80/81	0,6	10,5	7,5	22,0	9,1	5,0	14,9	30,5
84/85/86	0,2	11,3	8,6	33,7	8,2	1,6	5,3	31,1

BATATA

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	0,0	0,0	0,0	77,0	0,0	3,7	19,3	0,0
64/65/66	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	1,7	9,7	0,0
69/70/71	0,0	0,0	0,0	63,3	0,0	14,4	22,3	0,0
74/75/76	0,0	0,0	0,0	72,5	0,0	16,6	10,9	0,0
79/80/81	0,0	0,0	0,0	45,9	0,0	39,1	15,0	0,0
84/85/86	0,0	0,0	0,0	29,6	0,0	54,4	16,1	0,0

BOVINOS

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	4,7	19,0	12,8	16,1	3,0	5,6	26,1	12,8
64/65/66	10,0	24,2	14,4	11,7	2,9	5,1	20,6	11,1
69/70/71	15,3	24,0	15,4	10,3	2,1	6,0	19,7	6,6
74/75/76	16,6	24,0	20,9	10,4	1,7	4,5	15,7	6,3
79/80/81	18,0	21,1	21,4	10,1	1,8	4,5	16,2	6,9
84/85/86	18,5	19,6	21,8	9,1	2,0	4,4	16,7	7,8

cont inua

continuacao Apêndice II

CACAU

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	0,0	4,3	95,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
64/65/66	0,0	5,9	94,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
69/70/71	0,0	4,1	95,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
74/75/76	0,0	2,1	97,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
79/80/81	0,0	1,3	98,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
84/85/86	0,0	2,8	96,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0

CAFE

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	0,4	41,6	10,1	13,4	0,7	6,7	23,5	3,5
64/65/66	0,5	40,2	12,5	12,6	0,5	9,3	21,9	2,6
69/70/71	1,3	41,4	8,3	12,5	0,6	10,8	22,5	2,6
74/75/76	2,1	44,0	11,2	14,3	0,1	9,9	17,7	0,7
79/80/81	1,6	28,5	9,1	18,4	0,0	23,7	18,0	0,6
84/85/86	1,9	39,9	11,1	16,0	6,0	15,3	9,1	0,7

CANA DE ACUCAR

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	2,6	8,9	8,1	12,0	3,8	10,6	32,4	21,6
64/65/66	1,9	9,7	4,1	9,1	5,0	11,3	32,9	26,0
69/70/71	1,5	10,4	3,8	11,3	3,5	16,5	27,3	25,7
74/75/76	1,5	9,1	3,0	8,9	2,0	16,9	20,6	37,8
79/80/81	1,2	9,9	5,5	8,4	2,0	9,6	13,0	50,5
84/85/86	3,6	3,5	47,6	1,7	0,2	0,3	6,0	37,1

continua

continuacao Apendice II

FEIJAO

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	NRH/203	NRH/204	NRH/205	NRH/206	NRH/207	NRH/208	NRH/209	NRH/210
59/60/61	11,2	27,5	4,4	13,5	1,3	26,1	12,7	3,3
64/65/66	6,0	36,5	7,2	19,1	1,2	10,0	14,2	5,9
69/70/71	9,1	17,6	0,1	36,8	1,1	9,5	10,5	7,2
74/75/76	4,1	19,0	6,3	38,3	0,6	18,0	10,1	3,5
79/80/81	4,3	30,6	12,0	24,3	0,9	13,6	11,9	2,5
84/85/86	4,4	15,8	40,6	16,7	0,9	12,6	6,9	2,1

GALINHAS

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	NRH/203	NRH/204	NRH/205	NRH/206	NRH/207	NRH/208	NRH/209	NRH/210
59/60/61	2,8	18,5	10,8	18,7	2,7	11,8	24,3	10,4
64/65/66	4,3	23,5	8,9	25,0	2,4	11,5	17,7	6,7
69/70/71	2,7	23,3	8,2	28,5	2,8	11,6	17,0	5,9
74/75/76	2,0	15,0	11,4	46,8	3,7	8,8	8,0	4,3
79/80/81	1,5	11,3	9,1	55,7	3,3	9,9	5,9	3,3
84/85/86	1,6	10,8	4,6	58,3	2,3	15,3	5,5	1,7

LARANJAS

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	NRH/203	NRH/204	NRH/205	NRH/206	NRH/207	NRH/208	NRH/209	NRH/210
59/60/61	3,0	11,9	5,8	36,5	5,3	6,3	25,1	6,1
64/65/66	2,5	27,5	5,9	30,6	4,2	3,7	21,7	4,0
69/70/71	2,3	23,5	6,3	35,2	3,8	4,0	20,0	4,9
74/75/76	2,8	14,9	4,8	29,8	21,5	4,6	14,5	7,1
79/80/81	2,5	16,9	7,4	29,7	15,4	4,2	14,5	9,4
84/85/86	0,7	27,4	10,5	30,4	8,1	3,3	12,9	6,6

cont inua

continuação Apêndice II

LEITE								
ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	-	-	-	-	-	-	-	-
64/65/66	-	-	-	-	-	-	-	-
69/70/71	-	-	-	-	-	-	-	-
74/75/76	9,7	20,4	12,6	11,3	2,2	6,3	27,9	9,5
79/80/81	15,2	18,1	13,3	9,3	1,5	5,5	25,6	11,5
84/85/86	16,3	17,1	13,5	10,8	1,8	4,8	23,0	12,7

MAIÃO								
ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	-	-	-	-	-	-	-	-
64/65/66	-	-	-	-	-	-	-	-
69/70/71	-	-	-	-	-	-	-	-
74/75/76	3,4	52,3	20,6	23,5	0,0	0,0	0,0	0,3
79/80/81	0,0	17,8	56,4	7,9	17,5	0,0	0,0	0,4
84/85/86	0,0	1,2	83,8	12,0	2,5	0,0	0,3	0,1

MANDIOCA								
ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	9,5	8,3	26,8	24,8	3,5	1,9	13,8	11,5
64/65/66	8,0	13,1	28,4	14,1	3,0	2,3	13,4	17,6
69/70/71	6,3	22,7	30,2	13,9	2,0	1,0	9,5	13,5
74/75/76	4,8	15,8	36,6	16,4	0,8	0,8	6,2	18,6
79/80/81	10,3	19,5	31,0	8,3	1,3	0,8	4,3	24,4
84/85/86	14,6	14,3	49,8	3,8	0,6	0,4	4,0	12,4

cont inua

continuação Apêndice II

MILHO

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	4,0	30,3	3,7	21,4	0,2	18,0	20,8	1,3
64/65/66	2,6	31,4	4,1	25,9	0,4	18,3	15,3	2,0
69/70/71	4,3	27,1	2,1	39,6	0,2	13,1	11,4	2,2
74/75/76	2,2	33,3	2,2	29,0	0,2	16,2	14,2	2,7
79/80/81	2,2	35,4	2,9	28,6	0,4	13,2	15,4	2,0
84/85/86	1,5	30,5	3,5	30,4	0,3	17,2	15,1	1,4

PIMENTA DO REINO

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61								
64/65/66	0,0	6,4	24,6	67,4	0,0	0,0	1,6	0,0
69/70/71	0,0	7,4	20,8	70,8	0,0	0,0	1,0	0,0
74/75/76	0,0	15,7	64,4	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0
79/80/81	0,0	9,3	86,6	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0
84/85/86	0,0	2,5	97,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

SUINOS

ANOS	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	5,3	21,8	11,8	24,7	1,2	7,7	20,7	6,8
64/65/66	8,7	23,6	10,0	22,7	0,8	8,7	16,7	8,7
69/70/71	6,4	27,6	9,6	22,8	0,6	8,9	16,4	7,7
74/75/76	5,0	28,3	16,0	25,0	1,3	7,6	12,5	2,7
79/80/81	4,2	26,9	14,4	26,9	1,4	9,2	13,4	3,5
84/85/86	2,9	27,5	14,9	27,3	1,8	9,4	12,8	3,6

continua

continuação Apêndice II

TOMATE

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	-	-	-	-	-	-	-	-
64/65/66	0,0	7,5	0,0	65,5	0,0	5,4	19,6	2,0
69/70/71	0,0	3,7	0,0	65,1	0,0	3,1	27,4	0,7
74/75/76	0,0	18,4	0,0	56,4	0,0	8,0	15,3	1,8
79/80/81	0,2	9,5	0,1	69,3	0,0	14,7	5,9	0,4
84/85/86	0,0	7,0	1,6	63,5	0,0	18,4	9,3	0,2

VACAS ORDENADAS

ANOS	MICRORREGIOES HOMOGENEAS							
	MRH/203	MRH/204	MRH/205	MRH/206	MRH/207	MRH/208	MRH/209	MRH/210
59/60/61	-	-	-	-	-	-	-	-
64/65/66	-	-	-	-	-	-	-	-
69/70/71	-	-	-	-	-	-	-	-
74/75/76	12,2	24,6	16,9	11,6	2,0	5,0	21,6	6,2
79/80/81	16,5	20,5	15,8	11,2	1,7	4,9	20,4	9,0
84/85/86	19,0	20,6	15,3	11,1	1,0	4,4	19,4	8,2

FONTE: PAM - FIBGE
DEE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, V.P.F. de. Escravidismo e transição: o Espírito Santo. 1850-1888. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- ARACRUZ CELULOSE S.A. Relatório anual. Rio de Janeiro, 1989.
- AURELIANO DA SILVA, L.M.L. No limiar da industrialização: estado e acumulação de capital. 1919-1937. Campinas, 1976. Tese (Doutorado em Economia)-DEPE/UNICAMP.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). Avaliação da política de incentivos fiscais do DL 880 e Lei 2.465. Vitória, 1986. (Mimeo)
- _____. Plano de ação. 1975/79. Vitória, 1975.
- _____. Três anos da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo. Vitória, 1970.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO, PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO. Programa especial de desenvolvimento da pecuária de corte. Vitória, 1975.
- BANCO DO BRASIL. Manual do Fiset: fundos de investimentos setoriais, pesca, turismo, reflorestamento. 4a.ed. Rio de Janeiro, 1986.
- BELIK, W. A estrutura e evolução do processamento agroindustrial no Brasil. 1965/1985. Versão preliminar. Campinas, 1986. Convênio UNICAMP/SEPLAN. (Mimeo)
- BITTENCURT, G. A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização. Vitória, Cátedra, 1987.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Provárzeas/Profir: relatório 88. Brasília, 1988.
- BUAINAIN, A.M. Notas sobre a produção de alimentos e padrão de consumo alimentar. Campinas, 1987. (Mimeo)

- _____ ; GRAZIANO DA SILVA, J. Reforma agrária, pequena produção e produção de alimentos. Campinas, 1988. (Mimeo)
- _____ ; SOUZA FILHO, H.M. de. A trajetória recente da agricultura: da recessão à recuperação. In: CARNEIRO, R. (Org.) Política econômica da Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____ ; _____. Crescimento e crise na agricultura brasileira em 1987. In: CARNEIRO, R. (Org.) A heterodoxia em xeque. Campinas, Bienal-UNICAMP, 1988.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970. São Paulo, Global, 1985.
- _____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2a.ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio. 4a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CARRERA, F.M.N.F.R. A expansão da pecuária bovina no Espírito Santo - 1960 a 1980. Vitória, 1990. (Mimeo). Monografia (Graduação em Economia) - UFES.
- CASTIGLIONI, A. Migration, urbanisation et developpement: le cas de l'Espírito Santo - Brèsil. Louvain, 1986. Tese (Doutorado em Demografia) - Institut de Demographie/ Université Catholic de Louvain.
- CASTRO, A.C. A industrialização incompleta da agricultura brasileira: a questão da heterogeneidade tecnológica. (s.l., s.n., s.d.)
- CELIN, M.F. Migração interna no Espírito Santo - 1940/1980. Belo Horizonte, UFMG, 1982. Dissertação (Mestrado em Economia) - CEDEPLAR-UFMG.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO. A pecuária bovina: estudos para o desenvolvimento econômico

do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1969.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA. Programa de desenvolvimento da pecuária de corte nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Vitória, 1970.

DELFIN NETTO, A. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro, FGV/SUPLAN, 1979.

DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. Campinas, DEPE/IFCH/UNICAMP, 1984. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP.

DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. Mudanças no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. Análise conjuntural. Curitiba, I PARDES, 1986.

ENCONTRO PARA LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE PROBLEMAS DA AGROPECUÁRIA, 1, 1980, Cariacica. I Encontro para levantamento e análise de problemas da agropecuária. Cariacica, ES, ENCAPA, 1980.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO), Governo. Plano de diversificação e desenvolvimento agrícola: síntese. Vitória, 1969.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. Estudo e diagnóstico da economia agropecuária do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1974.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. Programa de recuperação de vales úmidos no Espírito Santo. Vitória, Convênio SEAG/DNOS.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria da Indústria e do Comércio. As 100 maiores empresas do Estado do Espírito Santo - Ano base 1984. Vitória, 1985.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria do Planejamento. Migrações internas no Espírito Santo. Vitória, 1979.

FASSARELLA, R.A. Padrões de crescimento do setor de culturas do Estado do Espírito Santo. Piracicaba, ESALQ, 1987. Dis-

- sertação (Mestrado em Economia Agrária) - ESALQ/USP.
- FERREIRA, S.P. Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração do mercado nacional - 1849/1960. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1987.
- FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Estrutura demográfica do Espírito Santo. 1940/2000. Vitória, FIJSN, 1977.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 16a.ed. São Paulo, Ed.Nacional, 1979.
- GAMA, R. de C. Dados e informações complementares sobre os grandes projetos. Vitória, 1990. (Mimeo)
- GOMENSORO, S.C. de M. de. Proálcool: um estudo sobre a formulação de um programa econômico do governo. Itaguaí, UFR/RJ, 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), UFRRJ.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981:
- _____; KAGEYAMA, A.A. Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975. Pesquisa e planejamento econômico, v.13, nº 1, abr. 1983.
- GUARNIERI, L.C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura. Campinas, 1979. Dissertação (Mestrado em Economia) - UNICAMP.
- HOFFMANN, R. A pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980. Trabalho apresentado no VI Encontro Brasileiro de Econometria. São Paulo 1984.
- _____. Distribuição da renda na agricultura. (s.l., s.n.) 1988. (Mimeo).

- _____ et alii. Inovações tecnológicas e evolução recente da agricultura brasileira: relatório de pesquisa. (s.l., s.n.) 1985. Convênio FINEP/ESALQ.
- HOMEM DE MELO, F. Prioridade agrícola: sucesso ou fracasso. S. Paulo, FIPE/Pioneira, 1985.
- _____. Problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____; FONSECA, E.G. Proálcool, energia e transportes. São Paulo, FIPE/Pioneira, 1981.
- IBAMA. Superintendência Regional do Espírito Santo. Estatística geral dos projetos de reflorestamento do Estado do Espírito Santo por empresa e objetivo. Vitória, 1987.
- IBGE. Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- IDEIES. 100 maiores empresas do Estado do Espírito Santo. Vitória, IDEIES, 1985.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Programa de desenvolvimento regional integrado. Vitória, 1983. Convênio IJSN/COPLAN/GERES.
- KAGEYAMA, A.A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Campinas, 1986. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP. (Mimeo).
- _____ et alii. As condições de operação da agroindústria paulista: síntese da pesquisa, conclusões e recomendações. Campinas, UNICAMP/SICCT/SP, 1984 v.1.
- _____; GRAZIANO DA SILVA, J. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas, 1988. (Mimeo).
- _____; _____. A estrutura agrária do Espírito Santo. Vitória, 1979. Material didático do curso de Planejam

to Agrícola da CEPA/ES. (Mimeo).

- _____ ; _____. Produtividade e progresso técnico na agricultura. Campinas, DEPE/IFCH/UNICAMP, 1982. Texto para discussão n. 12.
- LÊNIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento 1974-76: sonho e fracasso. Rio de Janeiro, 1978. Tese (Livre Docência em Economia) - UFRJ.
- _____. Quinze anos de política econômica. 3a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARTINE, G. Modernização agrícola e emprego rural no Brasil. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural da SOBER. Piracicaba, 1989.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MEDEIROS, A.C. Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - FGV.
- MELLO, J.M.C. de. O capitalismo tardio. 4a.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MORANDI, A.M. et alii. Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo - 1930-1970. Vitória, UFES/CCJE/Departamento de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1984.
- _____ ; ROCHA, H.C. Antecedentes e evolução recente da economia capixaba. Vitória, UFES/CCJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1986. (Mimeo).
- MOTTA, M.B. et alii. Proposição do Banco Central do Brasil para a realização do Programa Nacional de Pecuária - PROPEC - no Espírito Santo. Vitória, CEPA, 1981. Convênio CEPA/SEAG.

- MÜLLER, G. O complexo agroindustrial brasileiro. São Paulo, 1981. (Relatório de pesquisa nº 13) - FGV.
- NAKANO, Y. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. Rev. de Economia Política, São Paulo, v. 1, n.3, jul/set., 1981.
- NOVAES, F.A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- NOVAES, M.A.V. de. Comercialização agrícola e bolsa de mercadorias. Vitória, 1989. Monografia (Graduação em Economia):UFES.
- OLIVEIRA, C.A.B. de. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas, IE/UNICAMP, 1988. Tese (Doutorado em Economia) - IE/UNICAMP.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- ROCHA, H.C. et alii. Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo - 1930/1970. Vitória, UFES/CCJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisa, 1984. (Mimeo)
- _____ et _____. Propostas de política e diretrizes setoriais para a indústria no Espírito Santo. Vitória, UFES/CCJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1987. (Mimeo).
- _____ ; COSSETTI, M. da P. Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo: 1850/1930. Vitória, UFES/CCJE/Dep. de Economia/Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1983. (Mimeo)
- ROCHA NETO, R.L. Avaliação do Procaçau no Espírito Santo: uma abordagem sob a ótica da "modernização conservadora". Vitória, 1990. Monografia (Graduação em Economia) UFES. (Mimeo)
- RODRIGUES, A.C.D. A dinâmica demográfica no Espírito Santo entre 1940 e 1980. O potencial demográfico no Espírito Santo de 1980 a 2010. Vitória, 1989. (ES Século XXI:RH01).

- _____ ; SIMÕES, R.G. Os grandes diretores do processo de transformação no Espírito Santo. Vitória, 1988. (ES Século XXI).
- SALGADO, M.M.T. Transformações na economia agrícola dos municípios do Espírito Santo: 1960-1975. Viçosa, 1981.
- SANTOS, R. de S. A influência do proálcool na estrutura fundiária do Espírito Santo. Vitória, 1989. Monografia (Graduação em Economia) UFES.
- SCHULTE, E.M.B. Bovinocultura de corte no Espírito Santo: subsídios para o planejamento. Vitória, CEPA, 1978.
- SILVA, M.Z e. Espírito Santo: Estado, interesse e poder. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) FGV.
- SILVA, Sérgio. Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária. Cadernos IFCH-UNICAMP, Campinas, jan. 1984.
- _____. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 7a.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- SOCIETÀ PER LA MATEMATICA E L'ECONOMIA APPLICATE. Subsídios para definição de um plano de desenvolvimento industrial no Estado do Espírito Santo. Vitória, 1986. (Mimeo).
- SOUZA MARTINS, J. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: Encontros com a Civilização Brasileira, 22. Rio de Janeiro, 1980
- VILARINHO, C.R. de O. Um estudo nas mudanças na estrutura agrária em municípios "monocultores" de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo - 1970/1980. Campinas, 1984. (Mimeo).
- WANDERLEY, M. de N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão Tecnológica. Brasília, v.2, nº 1, jan/abr., 1985.

ÍNDICE DAS TABELAS

1. Número de estabelecimentos, valor da produção e número de operários segundo ramos da indústria de transformação. Espírito Santo-1920	36
2. Produção anual de café. Espírito Santo-1930/31 - 1939/40	45
3. Área plantada com café. Espírito Santo-1930/38	45
4. Principais produtos vegetais exportados. Espírito Santo-1935/40	50
5. Quantidade produzida e rendimento das principais culturas agrícolas. Espírito Santo-1939/41-1957/59 ...	53
6. Quantidade de café produzida e área plantada. Espírito Santo-1940/59	54
7. Quantidade produzida dos principais produtos agrícolas por regiões. Espírito Santo-1940/50/60	55
8. Preço médio de exportação do café. Espírito Santo-1945/83	61
9. Participação relativa dos principais gêneros na formação do valor bruto da produção da indústria de transformação. Espírito Santo-1949/80	72
10. Aplicações de recursos do programa de diversificação das regiões cafeeiras no Espírito Santo-1967/70 ..	78
11. Distribuição do crédito rural segundo a finalidade. Espírito Santo-1969/85	95
12. Taxas de crescimento do crédito rural. Espírito Santo-1969/80-1980/85	96
13. Taxas de crescimento do crédito rural de custeio para culturas selecionadas. Espírito Santo-1969/76-1974/76-1977/85	97
14. Taxas de crescimento de crédito rural de custeio e investimento para produtos selecionados da pecuária. Espírito Santo-1969/76-1974/76-1977/80-1980/85 ..	98
15. Taxas geométricas de crescimento da área colhida para diversas culturas. Espírito Santo-1960/85	103

16. Taxas geométricas de crescimento para produção agrícola. Espírito Santo-1960/85	103
17. Taxas geométricas de crescimento do efetivo pecuário e da produção leiteira. Espírito Santo - 1960/85	117
18. Área total dos estabelecimentos e área explorada. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	127
19. Composição da área explorada. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	129
20. Índice de evolução e valor real das despesas por hectare explorado. Espírito Santo e microrregiões-1970/80	133
21. Índices de evolução e valor real das despesas por pessoa ocupada em média na agricultura. Espírito Santo e microrregiões-1970/80	134
22. Disponibilidade potencial de tratores em relação à área explorada. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	136
23. Disponibilidade potencial de tratores em relação à mão-de-obra ocupada. Espírito Santo e microrregiões-1970/80	136
24. Porcentagens de estabelecimentos que utilizam adubação química e/ou orgânica e defensivos. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	139
25. População rural do Espírito Santo e microrregiões-1960/70	141
26. Número médio de pessoas ocupadas na agricultura no ano. Espírito Santo e microrregiões-1970/80	142
27. Composição relativa da mão-de-obra ocupada em média no ano. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	146
28. Setores industriais ligados à agricultura no Espírito Santo-1975/80	152

29. Área média em hectare dos estabelecimentos agropecuários. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	159
30. Índice de Gini da distribuição da posse da terra entre estabelecimentos agropecuários. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	159
31. Participação relativa dos 50% menores, 10% e 5% maiores estabelecimentos no total da área. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	161
32. Valor agregado por pessoa ocupada em média por ano na agricultura. Espírito Santo e microrregiões-1970/75/80	164
33. Taxa de crescimento da população rural. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	164
34. Grau de urbanização. Espírito Santo e microrregiões-1960/80	169
35. Resultados da estimação do saldo natural, do saldo migratório e do saldo migratório ponderado. Unidades administrativas do Espírito Santo-1960/70	170